

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**INVENTANDO TRADIÇÕES, CONSTRUINDO
MEMÓRIAS:
A “REVOLUÇÃO DE 30” NA PARAÍBA**

JOSÉ LUCIANO DE QUEIROZ AIRES

**JOÃO PESSOA - PARAÍBA
DEZEMBRO-2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

INVENTANDO TRADIÇÕES, CONSTRUINDO MEMÓRIAS:

A “REVOLUÇÃO DE 30” NA PARAÍBA

JOSÉ LUCIANO DE QUEIROZ AIRES

ORIENTADORA: Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

**JOÃO PESSOA - PARAÍBA
DEZEMBRO - 2006**

A298i Aires, José Luciano de Queiroz.
Inventando Tradições, Construindo Memórias: A
“Revolução de 30” na Paraíba / José Luciano de
Queiroz Aires. – João Pessoa: 2006.

167p.

Orientadora: Rosa Maria Godoy Silveira.
Dissertação (mestrado)- UFPB/CCHLA.

1. Revolução de 1930 2. João Pessoa-
Revolução de 1930 3. Tradições inventadas 4.
Lugares de memória 5. Paraíba- História

UFPB/BC

CDU: 94(813.3) (043)

JOSÉ LUCIANO DE QUEIROZ AIRES

**INVENTANDO TRADIÇÕES, CONSTRUINDO
MEMÓRIAS:
A “REVOLUÇÃO DE 30” NA PARAÍBA**

Avaliado em _____ com média _____

Banca Examinadora da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Prof^ª. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB)
Orientadora

Prof^ª. Dra. Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Examinadora

Prof. Dr. Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (UFCG)
Examinador

Prof^ª. Dra. Monique Cittadino (UFPB)
Suplente

Prof^ª. Dra. Margarida Maria Santos Dias (UFRN)
Suplente

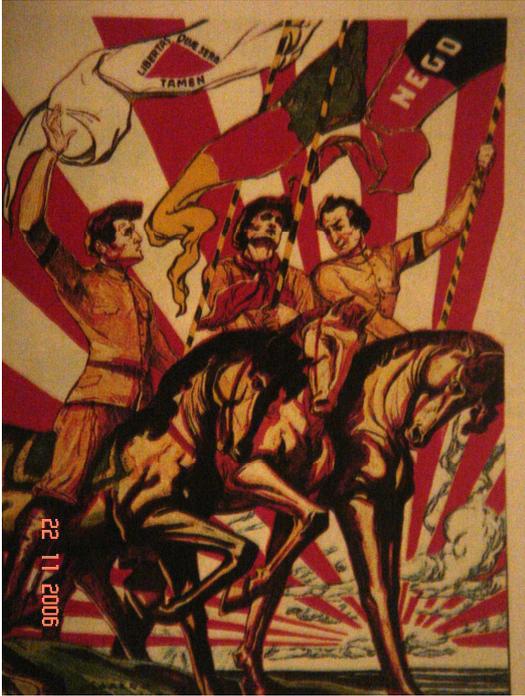
DEDICATÓRIA

Dedicamos esse trabalho:

Aos nossos pais, José Cavalcante Aires e Maria José Queiroz Aires, que não se curvaram aos discursos provincianos de que “filho de pobre e do interior” não tem condições de ir muito longe nos estudos; desconstruindo discursos, não mediram esforços pra que eu estudasse e, se hoje me sinto vitorioso, divido com muita justiça esse troféu com aqueles que também me deram a vida;

Aos meus irmãos Luciana, Tarciano, Juliana e Zé Maria e as minhas sobrinhas Lara Nathyele e Mariana, companheiros de todas as horas;

Aos alunos da Universidade Estadual da Paraíba, onde, juntos, trabalhamos na difícil tarefa da construção do conhecimento.



A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p.6).

Enquanto os governadores Getúlio Vargas e Antonio Carlos preparavam o golpe de estado que derrubaria Washington Luís, a Paraíba continuou a desempenhar um papel coadjuvante no drama revolucionário que se desenrolou entre agosto e outubro. Por ironia, foi Juarez Távora, o homem a quem João Pessoa condenara à prisão em 1922, por causa da Revolução do Forte de Copacabana, quem coordenou a ofensiva revolucionária na capital paraibana (LEWIN, 1993, p.359).

AGRADECIMENTOS

Como somos daqueles que acham que “*a fé remove montanhas*”, não poderíamos deixar de começar agradecendo a Deus, espírito maior do universo, ele que nos dá força e coragem para lutar contra as durezas da vida e ter paz espiritual.

Agradecemos, também, ao povo da terra, onde, em meio a um mundo materialista desigual, competitivo e desumano, podemos ter certeza que ainda existem pessoas com as quais conviver é, acima de tudo, muito bom. Temos a convicção de que amigos são aqueles que compartilham de nossos momentos de felicidades, mas não é apenas isso, por outro lado, o amigo fiel e infalível tende a ajudar o outro na hora em que o barco pode a afundar.

Em um trabalho como esse, podemos medir a nossa resistência por meio de nós mesmos, pela nossa fé e força de vontade, mas também por outros sujeitos que, direta ou indiretamente, fazem parte de cada momento de sua elaboração. Dentre eles, lembramos os seguintes:

- À professora Rosa Maria Godoy Silveira, agradecemos pela brilhante orientação, que, sem rigores de horários ou de lugar, se dispôs a colocar o toque de mestre na obra de um aprendiz, entretanto, as falhas contidas nesse texto são de responsabilidade do autor; agradecemos, ainda, pela simplicidade com que nos acolheu em sua residência, e pela companhia agradável, regada a chope e epistemologia, nas noites campinenses;
- Flávio Lúcio Rodrigues Vieira, amigo, ainda parente e professor da disciplina Tópicos Especiais em História e Região, agradecemos pela força e pelo apoio que, desde o princípio, não se negou a dar;
- Aos professores Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, Cláudia Engler Cury, Regina Célia Gonçalves, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Ariane Norma de Menezes Sá, pelas discussões que fizemos ao cursar as disciplinas, as quais tiveram importância fundamental na elaboração desse trabalho;
- Aos colegas de turma, Nora, Augusto, Marcos, Martinho, Robson, Naiara, Rossana, Ivonildes, Paulo, Sarah, Francisco e Simone, pela solidariedade e companheirismo de sempre, bem como pela permuta de idéias construídas no decorrer desses dois anos, algo enriquecedor de nossa bagagem intelectual;

- À secretária do programa, Virgínia, que mostrou competência e responsabilidade na condução dos trabalhos burocráticos, às vezes, se transformando em colega de turma, às vezes em colega de farras;
- Aos alunos da Universidade Estadual da Paraíba, que, muitas vezes, compartilharam de nossas angústias e alegrias, projetos e sonhos;
- Aos professores Élio Chaves Flores e Regina Célia Gonçalves, coordenadores do Programa;
- À amiga Nora e ao amigo Martinho, em particular, ela, pelo empréstimo do ombro amigo que sempre nos concedeu nos momentos de desespero; ele, pela assessoria tecnológica, fotografando os documentos que precisamos;
- À prof^a. Monique Cittadino e a Fábio Rocha, por permitirem que pesquisássemos no Arquivo Maurílio de Almeida;
- Ao professor Luís Hugo Guimarães e funcionários do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, pelo acesso ao acervo da Instituição;
- A todas as pessoas que nos concederam entrevistas, agradecemos pela contribuição;
- Aos amigos Ceíça, Denis, Anderson, Alex, Helena, Renato, Prissila e Daniela, pelos momentos de farras que passamos juntos, muitas das quais funcionando como alívio ao *stress*, oscilando entre a labuta acadêmica e os prazeres mundanos das mesas de bares;
- Ao amigo e aluno Thomas Bruno, do curso de História da UEPB, pela troca de idéias e pelo trabalho de assessoria tecnológica que desempenhou em prol de um leigo em máquinas fotográficas digitais;
- Ao amigo e companheiro de trabalho de longas estradas, Faustino Neto, agradecemos por compartilhar de cada linha da elaboração desse trabalho;
- A Carlos (Fera), Regina e Rosângela, amigos de sempre.

RESUMO

Este trabalho problematiza os conflitos de memórias em torno da chamada Revolução de 1930, na Paraíba. Trata-se de uma temática por demais discutida na historiografia brasileira, no entanto, nosso objetivo é tratá-la mediante uma nova abordagem. Não temos em mente fazer apologia ao fato, como fez (e ainda faz) a historiografia oficial. Também não se constitui como finalidade do presente trabalho discutir a natureza da Revolução de 1930 e o Estado que emerge daquela conjuntura política, uma vez já trabalhados pela historiografia marxista. Muito embora em alguns momentos dialoguemos com determinada vertente do marxismo, como Gramsci e Hobsbawm, nossa pesquisa trilha os caminhos da memória, das tradições inventadas, do simbólico. É do nosso interesse discutir a construção da memória mitificada de João Pessoa, o processo conflituoso dessa construção histórico-cultural e o poder simbólico expresso na institucionalização dessa memória. A quem interessava a construção dessa simbologia? Esse é o norte do nosso trabalho. Buscamos aporte teórico, além das referências já citadas anteriormente, na Nova História e na sociologia francesa (Nora, Le Goff, Pollak, Certeau) além da historiografia brasileira, sobretudo, em José Murilo de Carvalho. No decorrer dos capítulos, discorreremos a respeito dos diversos *lugares de memória* sobre João Pessoa, desde os nomes de logradouros públicos, monumentos, bandeira e hino, até a materialização da História em livros e da socialização dessa memória organizada por várias instituições, nas comemorações do feriado do 26 de julho.

Palavras-chave: “Revolução de 1930”. Tradições inventadas. Lugares de memória.

ABSTRACT

This work problematizes the conflicts of memories around the call Revolution of 1930, in the Paraíba. One is about a thematic one for excessively argued in the Brazilian historiografia, however, our objective is to treat it by means of a new boarding. We do not have in mind to make vindication to the fact, as it made (and still it makes) the official historiografia. Also one does not consist as purpose of the present work to argue the nature of the Revolution of 1930 and the State that politics emerges of that conjuncture, a time already worked by the marxist historiografia. Much even so at some moments we dialogue with definitive source of the marxism, as Gramsci and Hobsbawm, our research treads the ways of the memory, of the invented traditions, the symbolic one. It is of our interest to argue the construction of the mitificada memory of João Person, the conflituoso process of this description-cultural construction and the express symbolic power in the institutionalization of this memory. Who it interested the construction of this symbology? This is the north of our work. We search arrives in port theoretical, beyond the cited references already previously, in New History and French sociology (Daughter-in-law, Le Goff, Pollak, Certeau) beyond the Brazilian historiografia, over all, in Jose Murilo de Carvalho. In elapsing of the chapters, we discourse on the diverse ones *memory places* on João Person, since the names of public areas, monuments, flag and hymn, until the materialization of History in books and the socialization of this memory organized for some institutions in the commemorations of the holiday of the 26 of July.

Word-key: "Revolution of 1930". Invented traditions. Places of memory.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - João Pessoa no Meio das Ruas das Capitais Brasileiras.

QUADRO II - Coligações Partidárias- Paraíba- 1915.

QUADRO III - Coligações Partidárias- Paraíba-1930.

QUADRO IV - A Institucionalização da memória de João Pessoa na Assembléia
Legislativa da Paraíba.

QUADRO V - Doações para a Construção do Monumento a João Pessoa na Capital.

QUADRO VI - Doações para a Construção do Monumento a João Pessoa em Campina
Grande.

QUADRO VII - Intelectuais e a Produção Científica do IHGP (1931-1945)

QUADRO VIII - Programação da “Semana de João Pessoa”

QUADRO IX - Adorando o Altar da Pátria (1932)

QUADRO X - A Guarda do Monumento (1937)

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Fotografia nº 1 - Comícios da Aliança Liberal (1929)

Fotografia nº 2 - Chegada do corpo de João Pessoa na Estação da Great Western

Figura nº 1 - Primeira Bandeira da Paraíba

Figura nº 2 - Atual Bandeira da Paraíba

Fotografia nº 3 - Incêndio da Casa Mesquita

Fotografia nº 4 - O Povo em Armas

Fotografia nº 5 - Manifestações pela Bandeira do Nego

Fotografia nº 6 - Monumento no Cemitério São João Batista

Fotografia nº 7 - Mausoléu de João Pessoa

Fotografia nº 8 - Túmulo de João Dantas

Fotografia nº 9 - Praça João Pessoa antes do monumento

Fotografia nº 10 - Monumento na praça da Capital - Representação da AÇÃO

Fotografia nº 11 - Monumento na praça da Capital - Representação do CIVISMO

Fotografia nº 12 - Monumento na praça da Capital - Representação do NÉGO

Fotografia nº 13 - Monumento na praça da Capital - Representação do Presidente João
Pessoa

Fotografia nº 14 - Altar da Pátria

Fotografia nº 15 - Comemoração do 26 de julho no Município de Taperoá

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
EPIGRAFE.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 O MITO DA “REVOLUÇÃO” DE 30 NA PARAÍBA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL.....	06
2.1 DE SANTO A HERÓI: JOÃO PESSOA NO MEIO DAS RUAS, PRAÇAS E AVENIDAS.....	11
2.2 “NEM PERREPISTA, NEM LIBERAL: DEVOLVAM O NOME PARAÍBA A NOSSA CAPITAL”.....	23
2.3 A MEMÓRIA PELOS OLHOS: UMA BANDEIRA RUBRO-NEGRA OU VERDE-BRANCA?.....	37
2.4 “ARQUIVO DE PEDRA”: A MEMÓRIA LAPIDAR E MARMÓREA.....	50
3 A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO LUGAR DE MEMÓRIA: A HISTORIOGRAFIA PARAIBANA E A MEMÓRIA OFICIAL	72
3.1 “HISTÓRIA-CIÊNCIA” E O PARADIGMA MODERNO.....	72
3.2 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: O SABER HISTÓRICO DE CUNHO OFICIAL.....	76
3.2.1 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAÍBANO: GUARDIÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA.....	80
3.3 A CONSTRUÇÃO DO FATO E DO “HERÓI”: UMA CULTURA HISTÓRICA “HEROICIZANTE”.....	86
4 UM FERIADO PARA COMEMORAR: A MEMÓRIA EM FORMA DE CALENDÁRIO.....	111
4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM FERIADO: A MARCA DA MEMÓRIA.....	111
4.2 UM “HERÓI” PARAIBANO COMO “HERÓI” NACIONAL.....	116

4.3 AS PRÁTICAS COMEMORATIVAS SOBRE JOÃO PESSOA.....	126
4.4 ESCOLA, FESTA CÍVICA, COMEMORAÇÃO.....	140
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	161

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre os conflitos de memórias em torno do movimento de 1930 na Paraíba. O objetivo geral do mesmo consiste em discutir a construção da memória oficial, que, ao perpassar a idéia de pertencimento à sociedade englobante¹ acaba relegando à marginalidade e aos subterrâneos as memórias das elites derrotadas.

A tese central dessa discussão consiste na construção da memória mitificada de João Pessoa, e na *invenção de tradições* apelando para seu nome, com objetivos distintos, porém, convergentes: a) legitimar o golpe de Estado tramado por uma corrente da Aliança Liberal, ocorrido em outubro de 1930; e b) legitimar o Estado que se estrutura a partir do referido golpe.

Como é bastante notório, não constitui ineditismo nenhum tratar do objeto “Revolução de 1930”. Bastante estudado pela historiografia brasileira, de um modo geral, revela-se como sendo uma das predileções de pesquisadores paraibanos. Porém, nosso trabalho atenderá uma abordagem teórico-metodológica diferenciada das obras escritas sobre 1930 na Paraíba. Não seguiremos pelas trilhas da historiografia oficial, buscando louvar fatos e adorar mitos. Também não nos interessa investigar as lutas de classes e/ou o sentido da “revolução”, e da tipologia de Estado que se estrutura, como muito bem já fizeram os historiadores marxistas. Nossa análise se propõe a transitar pelo lado das memórias e do imaginário político², interagindo com o conflito entre grupos políticos, no plano simbólico.

É uma temática que sempre nos despertou interesse. Desde criança, sentíamos curiosidade em conhecer o assunto. Essa curiosidade emergiu das histórias contadas

¹ O termo é utilizado pelo sociólogo francês Michael Pollak, quando se refere às pretensões de uma memória de grupo em se tornar memória coletiva, como se a mesma fosse referência identitária para toda uma sociedade.

² Sobre o conceito de imaginário, Le Goff coloca que o mesmo faz interfaces com outros, a exemplo de mentalidades, representações e símbolos. Porém, ocorrem diferenciações com relações a esses. Para o autor, como também para Castoriadis, o imaginário não deve ser visto como algo estático como as mentalidades, que evoca uma idéia maior de imobilidade ou de permanência em longa duração. Também se aproxima do conceito de representações, mas se distancia na medida em que essas são abstrações, se caracterizam por “*traduções mentais de uma realidade exterior percebida*” (LE GOFF, 1994, p. 11). A noção de imaginário engloba imagens mentais, visuais, verbais, etc.

pelos nossos avós e aguçou-se ao cursar as disciplinas de História da Paraíba, do curso de Licenciatura Plena em História da UEPB. Sendo assim, reconhecemos de fundamental importância, no que concerne à escolha dessa temática para nossas pesquisas, a leitura de duas obras e o incentivo pessoal de seus autores: *Morte e Vida das Oligarquias* (Eliete Gurjão) e *A Revolução Estatizada* (José Octávio).

Seria objeto de pesquisa do trabalho de graduação. Como, na época que a concluímos (1997), não havia sido, ainda, implantado o trabalho de final de Curso, tivemos que adiar nossa pretensão, enfim, concretizada no curso de Especialização em História do Brasil, ministrado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pesquisamos as *“Memórias do Movimento de 1930 em Taperoá”*, com base na metodologia da História Oral, buscando as imagens construídas por remanescentes do movimento naquele município paraibano.

Nessa dissertação, porém, fizemos o caminho inverso: em vez de estudar as memórias pelo foco da História Oral, nos propusemos a estudá-las pelo ângulo dos *lugares de memória* institucionalizados, com ênfase menor no não oral.

Diante do exposto, buscamos aporte teórico-metodológico em vertentes divergentes, porém, pertinentes para nossa interlocução. Dialogamos com a corrente culturalista marxista, ao trabalharmos com Hobsbawm³ e o conceito de *tradições inventadas*, ao mesmo tempo em que invocamos a Nova História francesa, sobretudo Le Goff e Nora, deste, tomando como referência relevante, a categoria *lugares de memória*. Não menos importante é a fundamentação que visualizamos nos trabalhos sociológicos franceses de Michael Pollak. Nele, encontramos subsídios para a discussão no âmbito das batalhas de memórias, notadamente, entre uma memória coletiva oficial e as *memórias subterrâneas* ou *marginais*. Interessa-nos entender como a memória é construída, é interessante verificar os *“processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias”* (POLLAK, 1989).

³ Entendemos que Hobsbawm, a exemplo de outros autores, não deve ser analisado de forma rígida ou imutável, no tocante aos pressupostos epistemológicos. Com relação ao citado historiador inglês, é bem verdade que algumas de suas obras “clássicas”, a exemplo de *A Era dos Impérios*, *das Revoluções* e *do Capital*, se inscrevem na perspectiva mais economicista, pontuado no esquema base-superestrutura, porém, nas últimas décadas, desenvolveu trabalhos numa perspectiva social da cultura, como os livros *História Social do Jazz*, *Ecossistema da Marselhesa* e *A Invenção das Tradições*.

Tivemos em mente e direcionamos esse trabalho na linha do imaginário político, conforme fez José Murilo de Carvalho em *A Formação das Almas*, ao analisar o imaginário da República Brasileira, os conflitos em torno do mito de origem, dos símbolos nacionais e do herói do regime. Tentamos percorrer, à luz desses aportes, no intuito de revelar a simbologia contida no movimento de 1930, na Paraíba, as articulações desses símbolos com o contexto político da época e o poder de coesão social neles expresso.

Quanto às fontes, nosso trabalho foi construído a partir de um cruzamento das mesmas em suportes escritos, orais e imagéticos, sem hierarquizá-las nem cultuá-las como espelho da verdade. Longe de qualquer inocência e imparcialidade, tomaremos os documentos históricos fazendo a crítica, pois eles são elaborados de forma a expressar intencionalidades e subjetividades dos sujeitos.

Utilizamos, como documentação escrita, os arquivos privados de Ademar Vidal e João Pessoa, sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; os livros de Atas e de Projetos de Leis, arquivados na Assembléia Legislativa da Paraíba, e os Jornais *A União*, *Correio da Manhã*, e *A Liberdade*, arquivados no IHGP e no acervo Maurílio de Almeida. Também fizemos usos de fontes orais, entrevistando alguns remanescentes do movimento de 1930, sobretudo herdeiros de uma memória oral. Os entrevistados foram escolhidos tanto tomando como critério o fato de serem ligados por parentesco aos grupos políticos conflitantes naquela época como também pessoas dos segmentos subalternos, que também rememoram os acontecimentos. No tocante às fontes imagéticas, analisamos as duas bandeiras da Paraíba e o monumento de João Pessoa, na praça do mesmo nome, na capital do estado, além de fotografias, buscando compreender a representação simbólica neles contidos.

Dessa forma, o nosso trabalho é composto da presente **Introdução**, que se constitui no nosso **primeiro capítulo** e de outras quatro partes.

No segundo capítulo, intitulado **O mito da “Revolução” de 1930 na Paraíba: uma construção histórico-cultural**, discutimos a *invenção de tradições* e a construção dos *lugares de memória* em torno do mito João Pessoa. Nessa parte do trabalho, demos destaque ao primeiro movimento da construção dessa memória oficial, pensada no calor dos acontecimentos, entre o assassinato do presidente e a tomada do poder do

aparato estatal estadual, a 03 de outubro de 1930. Aproveitando-se da comoção de grande parte da população, uma corrente da Aliança Liberal tratou de institucionalizar a memória da “revolução” a partir do mito João Pessoa. De modo que, em questão de menos de dois meses, a Assembléia Legislativa aprovou diversos projetos para cultuar a memória do presidente morto, entre esses, o que mudava o nome da capital de Parahyba para João Pessoa, o que criava uma nova bandeira para o estado, o que mandava erigir monumentos no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, e em praça da capital paraibana. Nos municípios paraibanos e nas capitais dos estados, o nome de João Pessoa passou a denominar ruas, praças, avenidas e povoados.

No terceiro capítulo, intitulado **A escrita da História como lugar de memória: historiografia paraibana oficial**, estudamos a construção da História oficial sobre o movimento de 1930 na Paraíba e o conflito de versões sobre o acontecimento, com o bloco derrotado. Nosso recorte está situado nas obras escritas entre 1930 e 1945, pois entendemos que faziam parte de um mesmo contexto histórico e foram suficientes para produzir um conhecimento que atendesse aos interesses do bloco vitorioso. Nesse capítulo, tentamos mostrar, justamente, como os intelectuais ligados à Aliança Liberal tiveram espaços institucionais para publicação de seus trabalhos, cujos discursos eram acionados a partir do lugar que ocupavam no aparelho do Estado e, intelectualmente, credenciados pela forma de condução da prática historiográfica do IHGP. Enquanto isso, os intelectuais ligados aos perrepistas lutavam por espaços nos quais pudessem expor a sua versão sobre aquela conjuntura política. Em suma: buscamos entender como a escrita da história vai sedimentar uma memória coletiva oficial, perpassando a idéia da “verdadeira” história da “revolução”, homogeneizando o discurso e escamoteando outras versões.

No quarto capítulo, intitulado **Um feriado para comemorar: a memória em forma de calendário**, objetivamos tomar a institucionalização do feriado de 26 de julho, na Paraíba, como mais um *lugar de memória* de João Pessoa. Nesse particular, vislumbramos, na discussão, as práticas de comemorações cívicas, sobretudo as realizadas pelas escolas, pois entendemos que o conhecimento histórico produzido a reboque da historiografia oficial foi socializado por instituições de ensino, incutindo nos sujeitos a ideologia do bloco vitorioso e, ao mesmo tempo, procurando denegrir,

desqualificar a imagem das elites políticas derrotadas. Assim sendo, fizemos um recorte temporal semelhante ao do capítulo anterior (1930-1945), pelas mesmas justificativas que colocamos anteriormente: trata-se do início da socialização⁴ da memória oficial, no contexto da Era Vargas. Estudamos as comemorações da morte de João Pessoa ocorridas, anualmente, no dia 26 de julho, procurando entender as relações entre essas práticas cívicas e os interesses do Estado estruturado após 1930 na Paraíba.

A título de Considerações Finais, nosso quinto capítulo analisa algumas conclusões a que chegamos após a realização dessa pesquisa, ao mesmo tempo em que ressaltamos os questionamentos para os quais ainda não alcançamos respostas e que estão abertos a futuros trabalhos.

⁴ Socialização aqui entendida como a produção, reprodução, recepção e circulação da cultura. Ou seja, o conjunto de experiências vividas pelo indivíduo que internalizam os elementos socioculturais do seu meio, que constroem sua identidade social de si próprio e dos outros. O processo de socialização pode ser de dois tipos: a) primária- onde a pessoa é apresentada ao mundo por mediações de pais, professores, etc; e b) secundária- onde a pessoa se apresenta ao mundo, sem intermediações. Os principais agentes da socialização são a família, a escola e grupos sociais diversos.

2 O MITO DA “REVOLUÇÃO” DE 30 NA PARAÍBA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL

O mito, segundo Eliade (*apud* Castelo Branco, 2005, p. 28), tem como principal função “[...] *revelar os modos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas: tanto a alimentação ou o casamento, quanto o trabalho, a educação, a arte ou a sabedoria*”. Acrescenta Castelo Branco (2005, p. 28) que

[...] ele revela modelos significativos numa dada sociedade, que devem ser seguidos pelos mais jovens, para manterem as tradições passadas, repetindo rituais e práticas que seus antepassados fizeram. Daí uma necessidade de uma sacralização da realidade para garantir a repetição da atmosfera mítica, sobrenatural, em que os mitos são revelados em cerimônias sagradas ou em *rituais de passagem*. É através do poder dos **ritos** que os mitos se repetem, reatualizando-se, tornando-se vivos novamente e dinâmicos.

Esse aporte conceitual é de valor considerável para a reflexão sobre a construção do mito João Pessoa, cuja discussão perpassa todos os capítulos desse trabalho. Desde o dia do assassinato do, então, presidente paraibano, foi se criando uma atmosfera mítica em torno de seu nome, santificando-o, heroicizando-o e cultuando a sua “martirização”. No imaginário coletivo, ele “obrava milagres”, seu espírito era bastante invocado para resolver questões terrenas. Os vitoriosos de 1930 o tomam como exemplo a ser seguido e passam para a sociedade a mesma missão: seguir os passos do “grande paraibano”, “bravo” e “resistente”.

João Pessoa vira mito nos primeiros instantes de sua morte e passa a ser cultuado como tal, anualmente, nas comemorações cívicas do 26 de julho, as quais abordaremos no quarto capítulo. Através de uma diversidade de ritos, a sua mitificação é reiterada no decorrer dos anos, com objetivos de legitimação do Estado que emerge da conjuntura de 1930. Hoje, ainda há quem faça apologias a este mito, muito embora não haja mais a mesma força de outrora.

Decorrido menos de um mês, após a proclamação da República Brasileira, o encarregado de negócios da França no Rio de Janeiro, Camille Blondel, anotou a tentativa dos vitoriosos do 15 de novembro de construir a versão oficial destinada à História: “o encarregado percebera um fenômeno comum aos grandes eventos: a

batalha pela construção de uma versão oficial dos fatos, a luta pelo estabelecimento do mito de origem". (CARVALHO, 1990, p. 35) No que concerne à proclamação da República, ocorreria verdadeira batalha em torno desse mito de origem, com Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva e Floriano Peixoto disputando o papel principal do nascimento do novo regime político no país.

Não é o que podemos inferir com relação ao movimento de 1930. O mito da chamada Revolução de 30 foi, sem sombra de dúvida, o ex-presidente João Pessoa, candidato único ao papel de gerador do movimento que decreta o fim da Primeira República. Ele aparece travestido de mártir e herói, como um Aquiles que, traído pelo calcanhar, morreu jovem, coberto de glória, cumprindo a profecia anunciada ao nascer. Para João Pessoa vivo, criou-se a imagem de um estadista; morto, virou herói, a ponto do historiador Wellington Aguiar compará-lo ao Hércules da mitologia grega.⁵

Para a mitificação de João Pessoa, membros da Aliança Liberal cuidaram de inventar tradições, localizadas em vários *lugares de memória*. Nesse particular, faz-se mister, antes de analisarmos esse processo, discutirmos duas categorias pertinentes ao nosso tema: *tradições inventadas e lugares de memória*.

A primeira delas é formulada pelo historiador da vertente da História Social Inglesa de extração marxista, Eric Hobsbawm. Em obra intitulada *A Invenção das Tradições*, organizada em parceria com Terence Ranger, ele formula o referido conceito da seguinte forma:

Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1984, p. 9.)

Como *tradição inventada*, a elaboração dos seus critérios não é de ordem material, mas simbólica, ritualizada. Por exemplo, as esporas que fazem parte do uniforme de

⁵ Wellington Aguiar é escritor sócio do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Escrevendo para o caderno especial "70 anos da Revolução de 30", do Jornal *A União*, 9 maio. 2004, assim se expressou, com relação ao presidente João Pessoa: "O presidente do Estado parecia um Hércules, na luta titânica pelo engrandecimento da Paraíba e melhoria de vida para seu povo"

gala dos oficiais da cavalaria britânica são mais importantes para a *tradição* quando os cavalos não estão presentes (HOBSBAWM, 1984, p.12).

Consoante esclarece o historiador inglês, são inventadas tradições quando ocorrem transformações na sociedade destruindo os padrões sociais para os quais foram criadas as “velhas” tradições, a ponto de colocá-las como inúteis, pois os novos padrões exigem “novas” tradições. Ou ainda, inventam-se tradições, quando as “velhas” tradições e seus promotores e divulgadores institucionais não conseguem mais a capacidade de adaptação e flexibilidade ou quando são eliminadas de outra forma (HOBSBAWM, 1984, p. 12).

Para o historiador inglês, ocorreu uma produção em massa de tradições na Europa, entre 1870 e 1914. Tal produção é analisada por Hobsbawm levando em consideração o contexto histórico da época e suas transformações sociais. Nas suas palavras,

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação tornava as formas tradicionais de governo através de estados e hierarquias sociais e políticas mais difíceis ou até impraticáveis. Eram necessários novos métodos de governo ou de estabelecimento de alianças (HOBSBAWM, 1984, p. 271).

Entre as décadas finais do século XIX e a I Guerra Mundial, o Estado, visto de baixo, definia-se como palco representativo da vida dos súditos e cidadãos. Era o contexto das ações coletivas dos cidadãos, desde que oficialmente reconhecidas. Em verdade, a política, no novo sentido do século XIX, tinha dimensões nacionais e colocava como inseparáveis o Estado e a sociedade. Visto de cima, o Estado, de acordo com seus governantes e grupos dominantes, preocupava-se com a questão da obediência e lealdade de seus súditos e componentes sociais, ou com sua legitimação perante eles (HOBSBAWM, 1984, p. 272/273).

Havia aí um problema. Bem ou mal, os súditos haviam sido transformados em cidadãos, pelo menos do ponto de vista eleitoral. Ao mesmo tempo, eclodiam os movimentos sociais de massa, desafiando o sistema e revelando-se incompatíveis com a ordem vigente. O Estado burguês até via com bons olhos a democracia eleitoral, mas desde que restringisse a cidadania dos grupos e classes “populares” apenas à

incumbência do voto sem participação nesse Estado. Assim, buscava, por meio das novas tradições, manter a estabilidade social, a identidade nacional, a coesão social.

Hobsbawm classifica as “*tradições inventadas*” em três categorias: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de uma comunidade reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

Parece-nos que as “*tradições inventadas*”, no processo histórico do movimento de 1930, na Paraíba, se inscrevem nas três categorias citadas, tendo em vista que a simbologia criada em torno da mitificação de João Pessoa atende às exigências de coesão social em torno do apoio da população ao golpe de estado da Aliança Liberal, assim como legitima o Estado enquanto instituição a partir de valores, idéias, signos, rituais, criados com o objetivo de serem socializados para a população, como representações da sociedade englobante.

Uma outra categoria que consideramos pertinente, para tratarmos o nosso objeto, vem da historiografia francesa. Trata-se, como já fizemos notar em momento anterior, dos *lugares de memória*, categoria essa criada pelo historiador Pierre Nora.

O autor parte da expressão *aceleração da história*, para caracterizar o momento de ruptura da modernidade com um passado, sobretudo, a partir da chamada mundialização, processo no qual o mundo se torna um só, com os meios de comunicação exercendo papel substancial. A história se torna mais rápida, a duração do fato é a duração da notícia. Com o passado perdendo seu lugar para o eterno presente, trazendo ameaças de perda de identidades, surgem os chamados *lugares de memória*, com o objetivo de se contraporem ao efeito desintegrador da rapidez contemporânea.

Nora considera que, com a modernidade e o surgimento da sociedade industrial, desaparece a memória coletiva das sociedades tradicionais para dar lugar a uma memória arquivística, pautada pela cultura material, que tem a função de lembrar pelo grupo.

Ele considera que

(...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, 13).

Ocorre uma diferenciação entre as explicações de Halbwachs e Nora no que concerne à transformação da memória em história. Para o primeiro, a história começa quando a memória social acaba, ou seja, quando os grupos sociais deixam de existir, a única forma de salvar suas lembranças é “fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p. 80). Para o segundo, a memória tradicional deixa de existir porque passa a ser reivindicada pelo discurso histórico. Senão vejamos: “*Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história*” (NORA, 1993, p.14).

A materialização da memória, conforme Nora, descentralizou-se e democratizou-se. Nos tempos clássicos, as três grandes instituições produtoras de arquivos eram a Igreja, as grandes famílias e o Estado. Hoje, “*produzir arquivo é o imperativo da época*”, da sociedade da velocidade, da rapidez e do esquecimento.

Para ser considerado *lugar de memória*, três características devem ser levadas em consideração: material, funcional e simbólica, simultaneamente. Consoante Nora (1993 p. 22):

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo expresso de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre.

Nosso trabalho também se apóia em conceitos discutidos pelo pesquisador francês Michael Pollak. No artigo Memória, Esquecimento, Silêncio, publicado na *Revista de Estudos Históricos*, da Fundação Getúlio Vargas (RJ), o autor chama atenção para a predileção dos historiadores atuais pelos conflitos de memória, em detrimento dos fatores de continuidade e estabilidade da mesma, preocupação central

nos estudos sociológicos de Maurice Halbwachs. Nesse particular, Pollak analisa como a *memória coletiva oficial* se sobrepõe às *memórias subterrâneas* ou *clandestinas*, aquela, se apresentando como a memória da sociedade englobante e se apropriando de vários *lugares de memória*. Enquanto isso, as últimas são silenciadas, porém, mantidas e transmitidas no quadro familiar, em associações e em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Analisando as *memórias clandestinas* das vítimas do terror stalinista, na ex-URSS, ele ressalta que

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que a sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Esse aporte teórico é bastante significativo para refletirmos sobre nosso objeto. Estudamos os conflitos de memória do movimento de 1930, e, no decorrer do texto, trabalhamos a idéia de como a versão do grupo vitorioso ocupou vários *lugares de memória*, perpassando a imagem de uma memória que fosse da sociedade englobante. Por outro lado, as lembranças do grupo vencido são silenciadas, mas mantidas através da transmissão oral, esperando ocupar, oportunamente, algum *lugar de memória*.

2.1 DE SANTO A HERÓI: JOÃO PESSOA NO MEIO DAS RUAS, PRAÇAS E AVENIDAS

Conforme definição de Carvalho (1990, p. 55):

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos.

Para o mesmo autor, não há regime político que não cultue seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns casos, os heróis surgem quase que espontaneamente, a partir das lutas que antecederam a nova ordem. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário esforço na escolha e na promoção do herói.

A ausência da participação popular na implantação do regime republicano leva à compensação por meio da mobilização simbólica (CARVALHO, 1990, p.55).

Se, no caso da proclamação da República brasileira, diante da “bestialização”⁶ da população, foi preciso a tal mobilização simbólica para “formar almas” em prol do regime político, no caso da “revolução” de 1930, não se pode dizer que ocorreu da mesma forma. Houve a participação de segmentos médios urbanos em mobilizações de rua por parte da Aliança Liberal; houve a presença de segmentos que, entre a morte de João Pessoa e a tomada do poder, estiveram nas ruas, ora chorando o “mártir”, ora vibrando com seu herói. Concomitantemente, uma corrente da Aliança Liberal articulava o golpe de Estado, iniciado na madrugada de 03 de outubro, na Paraíba, que culminou com a deposição do presidente da República, Washington Luís, em 24 seguinte, no Rio de Janeiro. Mesmo assim, foi necessária a mobilização simbólica.

A construção histórico-cultural do “herói” João Pessoa se insere na primeira tipologia enunciada por Carvalho (1990, p. 55), surge no interior das lutas que antecederam o novo regime, cultuado pela população. Ao contrário das batalhas disputando o papel de “herói” da proclamação, João Pessoa não encontrou concorrente no tocante a ser “herói” da “revolução”. A Aliança Liberal na Paraíba, vitoriosa em 1930, digladiou, até internamente, do ponto de vista político e ideológico, mas nenhuma de suas alas abriu mão do nome de João Pessoa como o herói de 1930.

A partir daquele ano, seu nome passou a denominar ruas, praças e avenidas espalhadas pelas capitais do Brasil, transcendendo os limites geopolíticos da Paraíba, considerado a dimensão nacional do símbolo-mor da Aliança Liberal.

O historiador Robert Levine aponta na direção da pouquíssima popularidade da figura de Vargas em 1930. Segundo o brasilianista:

Fora do Rio Grande do Sul, praticamente, ninguém sabia nada sobre Getúlio Vargas, quando de sua passagem pelo ministério de Washington Luís ou pelo Palácio do governo em Porto Alegre. As fotografias nos jornais (e cinejornais, num preto e branco granulado), apresentaram aos brasileiros durante a campanha presidencial de 1930 e, depois, já como chefe de estado. O rádio contribuiu para aumentar muito o contato de Vargas com o público (LEVINE, 2001, p. 141).

⁶ Essa expressão deriva da frase do republicano paraibano Aristides Lobo, que se referia a como a mudança de regime político no Brasil surpreendera a população. Em outras palavras, significa a ausência de participação popular no golpe de 15 de novembro de 1889.

Nesse particular, concordamos com Levine. Vargas não era tão conhecido em 1930 como seria depois, sua popularidade e mitificação serão construídos no decorrer dos dezenove anos (somando os seus dois governos) à frente do governo brasileiro, sendo o suicídio e a carta-testamento elementos simbólicos que iriam coroar seu “heroísmo”, com o rádio exercendo papel de destaque no culto a sua personalidade. Mesmo assim, nas eleições de março de 1930, ele protagonizava o grupo oposicionista ao oficialismo cateteano. No entanto, a partir de julho seguinte, os papéis se invertem e, morto, João Pessoa passa a representar o verdadeiro mito em nome do qual se fará a tomada do poder, decretando, assim, o fim da “República Velha”.

Destarte, a criação de *lugares de memória* em torno dos quais girava o nome do ex-presidente paraibano, não se fez apenas no plano estadual, mas também na esfera nacional. Se as missas realmente conduzirem os espíritos a Deus, a julgar pela quantidade das celebradas pelos quatro cantos do Brasil, João Pessoa, certamente, deve ter chegado direto ao céu sem conhecer sequer o purgatório.⁷

Segundo depoimento de Manuel Dantas Vilar Filho, o palanque político da Aliança Liberal foi remontado para nele subir o cadáver de João Pessoa. Vejamos como se expressa a fala de um sujeito politicamente marginalizado pela oficialidade:

Pois bem, aí com a morte dele (**João Pessoa**) serviu de destaque, veja que detalhe curioso. Ele era o presidente do Estado no exercício do poder, foi assassinado, o cadáver foi trazido pra capital depois foi posto num caixão, num navio, foram até o Rio Grande do Sul em cada porto descia faziam um comício retomando o movimento da chamada Aliança Liberal que tinha sido derrotada na eleição de março, tá certo? Inauguravam uma rua com o nome dele, tá certo? Quer dizer, a grande dimensão dele foi gerar um cadáver.⁸ (Grifos nossos).

Ocorre certo exagero no depoimento quando o entrevistado afirma que o cadáver de João Pessoa foi até o estado do Rio Grande do Sul. De fato, foi até o Rio de Janeiro, sendo sepultado no cemitério São João Batista. Entretanto, pelo que noticiou o Jornal A

⁷ O Jornal *A União* noticia comunicados de missas em homenagem à memória de João Pessoa, celebradas em vários estados do Brasil, assim como nos municípios da Paraíba.

⁸ Manuel Dantas Vilar Filho é engenheiro civil e fazendeiro, primo de João Dantas, o assassino de João Pessoa, e da esposa de João Suassuna, presidente da Paraíba anterior a João Pessoa, Rita Vilar Suassuna. Reside na Fazenda Carnaúba, no município de Taperoá-PB. Na mesma fazenda, hospeda-se o escritor Ariano Suassuna, sempre que vai àquele município. Esta entrevista foi-nos concedida no dia 11 de maio de 2006, na Associação Comercial de Campina Grande.

União, procede a afirmativa de que o navio Rodrigues Alves, que conduzia o corpo, ancorava em alguns portos para que o morto fosse cultuado pela população, como em Recife, Maceió e Salvador.

Na capital federal, não seria diferente. Pelo contrário, lá estava o Catete, que se encontrava com um inquilino perrepista com os dias contados. Destarte, ter sido sepultado no Rio de Janeiro não atendeu apenas a razões de âmbito pessoal, qual seja, o fato de lá residirem sua esposa e filhos. Também teria atendido a questões políticas, com a “peregrinação do corpo” por vários estados, parando para descanso eterno justamente na cidade centro do poder do país. O choro da população não se resumiu ao estado da Paraíba, era pertinente fazer “vasos de lágrimas” acompanharem o navio com o corpo de João Pessoa, arregimentando apoio para a tomada do Catete das mãos de Washington Luís. Na Praça Mauá, Pinheiro Chagas falou em nome do estado de Minas Gerais, enquanto o tribuno e político Maurício Lacerda assim se expressou, representando o estado do Rio de Janeiro:

Cidadãos! Mirai este esquife! Morrei por este homem que por vós morreu. Ajoelhem-se e deixem passar o cadáver deste **Cristo do civismo!** E ergam-se, depois, para ajustar contas com os **Judas que o traíram.**⁹ (Grifos nossos).

Podemos perceber, nitidamente, uma tentativa de associar o mártir cívico ao mártir religioso, remontando, de certo modo, à cristianização da memória medieval do Ocidente. A idéia maniqueísta está bastante explícita nesse discurso, onde João Pessoa é associado a Jesus Cristo, o “bem”, o “salvador”, o que doou sua vida em prol da humanidade; e nesse caso, Judas seriam os “perrepistas”, os “traidores”, o “mal”, aqueles em quem se deveria jogar pedras, como reza a tradição.

Para José Murilo de Carvalho, (1990, p.67), o apelo à tradição cristã do povo é uma forma de santificar “heróis” cívicos e legitimar o regime político vigente. Se os republicanos brasileiros, após a proclamação, escolheram Tiradentes como seu “herói”, figurado como Cristo, os aliancistas buscarão em João Pessoa algo semelhante. A propósito, merece citarmos uma nota divulgada pela Liga Nacionalista do estado do Pará, celebrando a martirização do presidente paraibano:

⁹ Este trecho do discurso de Maurício Lacerda se encontra transcrito no livro **O Legislativo na História da Paraíba**, Edição comemorativa aos 180 anos da instalação do Poder Legislativo no Brasil, 2004.

Na hora em que a usina da Pará Electric apitar, a Hóstia Sagrada está sendo levantada na Cathedral, e em cada coração uma prece a Deus pedirá á paz na Parahyba. A cidade paralizará o seu movimento por três minutos e todos os brasileiros, de pé, prestarão uma homenagem cívica á memória do inolvidável João Pessoa e a terra cuja autonomia elle defendeu até a **última gota de sangue** (Jornal *A União*, 6 set. 1930 - grifos nossos).

Analisando os fatores que influenciaram na escolha de Tiradentes como o “herói” da República Brasileira, Carvalho (1990, p.67), elencando seus concorrentes, tais como Frei Caneca, conclui que este *“morreu como herói desafiador, quase arrogante, num ritual de fuzilamento”*, enquanto Tiradentes teve um cerimonial de enforcamento comparado à crucificação de Cristo e morreu passivamente, traído por Joaquim Silvério dos Reis, o “Judas” da Inconfidência Mineira.

Com João Pessoa, ocorre essa analogia. Ele passa a ser o âmago da Aliança Liberal, pela forma como morreu, “defendendo” a autonomia da Paraíba *“até a última gota de sangue”*, conforme podemos notar na leitura do documento acima citado.

A historiografia oficial, a reboque de Ademar Vidal, construiu a idéia de um complô organizado por João Dantas, Augusto Moreira Caldas, João Suassuna e outros, para assassinar o presidente da Paraíba. Este terá sido vítima dessa “traição”, tendo sido pego de surpresa na Confeitaria Glória, morrendo sem ter direito de defesa. A partir de então, seu corpo passou a ser cortejado e sua alma passou a ser santificada. Além das missas, a que nos reportamos em momento anterior, outras formas de religiosidade popular foram praticadas. O Jornal *A União* descreve as romarias organizadas com destino à Praça João Pessoa, nas quais as pessoas rezavam em torno de um retrato do presidente morto, ali instalado. Ademar Vidal ressalta que, durante o velório, *“os romeiros trazem flores e levam as que já murcharam. Fazem promessas. Relíquias que servem talvez para remédio. João Pessoa santificado pelo seu povo”*. (VIDAL, 1978, p. 313).

Observando o arquivo pessoal de João Pessoa, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, podemos perceber a santificação do ex-presidente, construída em forma de cartas, mensagens e poemas, como o que vemos a seguir:

Um bandido covarde fez um santo
E muita gente vai se admirar,

Porém o Caso de João Pessoa
Bem analisado é fácil de explicar.

(...)

João Pessoa é hoje para mim um santo
A quem eu não me canso de adorar,
Já não preciso freqüentar igrejas
Por que tenho aqui este santo e seu altar.

O Christo foi justo e sacrificou-se
Para salvar a humanidade inteira,
João Pessôa morreu com Christo
Pela salvação da raça brasileira.

Hoje imploro a Deus a sua piedade
Para nossa Pátria que é muito bôa,
Não essa Pátria de Seu Zé Pereira
E sim a Pátria de João Pessôa.

Para provar quanto adoro a este santo
Deixo escripto nestes versos a minha fé,
Desculpe-me a falta de grammática
Pois eu não sou literato, e sim, chauffeur.

(Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP).

Em consonância com o que afirma Le Goff, (1992, p. 446), ao analisar a memória medieval do Ocidente, se a memória cristã se manifesta essencialmente na comemoração de Jesus, anualmente, na liturgia que o comemora do Advento ao Pentecostes, através dos momentos essenciais do Natal, da Quaresma, da Páscoa e da Ascensão, e cotidianamente, na celebração eucarística, a um nível mais “popular”, cristalizou-se, sobretudo, nos santos e nos mortos. Os mártires eram testemunhos. Depois da morte, cristalizava-se em torno da sua recordação a memória dos cristãos.

Entendemos como importante esse referencial para pensarmos a construção das noções de martirização e santificação de João Pessoa, mediante práticas de religiosidade popular. E, contrariando o ditado que diz que “*santo de casa não obra milagre*”¹⁰, o presidente da Paraíba “*obrou milagre*” na imaginação popular, como veremos:

¹⁰ Utilizamos a expressão “santo de casa” para demonstrar o quanto João Pessoa foi cultuado na Paraíba, a ponto de ser, por diversas vezes, santificado pelo imaginário popular. No entanto, é bom que se diga que, não obstante ser paraibano de Umbuzeiro, viveu a maior parte de sua vida fora da Paraíba. Nasceu em 24 de janeiro de 1878; em 1889, viajou para o Rio de Janeiro, acompanhando seu tio Epitácio Pessoa. No ano seguinte, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha. Em 1897, foi desligado da escola e incluído no 4º Batalhão de Artilharia, em Belém do Pará. Voltando à Paraíba, logo foi morar em

Um milagre de João Pessoa

Esteve hontem em nosso Gabinete redaccional a velhinha Maria Lyra que nos contou o seguinte:

Que dois filhos seus incorporaram-se ás tropas revolucionárias; um no 22 B.C. actualmente na Bahia, o outro no 8 B.C. de Porto Alegre.

De alguns dias para cá as notícias escassearam e os boatos começaram a chegar-lhe aos ouvidos de que os dois rapazes já não viviam.

Contrariada e ferida no âmago coração de mãe, ella fizera piedosas prece diante da effigie sagrada do immortal João Pessôa, para que lhe chegasse notícias dos seus filhos.

Dois dias depois ella recebia carta e telegramma dos dois entes queridos.

(Jornal *Correio da Manhã*, 8 nov. 1930)

Morto tragicamente e “traído”¹¹ por antigos aliados, João Pessoa “operava pelo sacrifício, no domínio místico, a salvação que não pudera operar no domínio cívico”. (CARVALHO, 1990, p.68) Vivo, não conseguiu vencer as eleições presidenciais de março de 1930; além disso, teve a bancada federal da Paraíba depurada pelo Congresso Nacional¹² e não conseguiu vencer os rebelados de Princesa Isabel.¹³

Recife, enquanto acadêmico de Direito. Em 1907, foi nomeado sub-bibliotecário na Faculdade de Direito do Recife, em seguida viajou à Europa, voltou a Pernambuco e, em agosto de 1909, mudou-se para o Rio de Janeiro. Lá, foi representante da Fazenda Pública, auxiliar do auditor-geral da Marinha, Auditor da Marinha e Ministro do Supremo Tribunal Militar, respectivamente. Em 1928, voltou à Paraíba como presidente do estado. (AGUIAR, 2005).

¹¹ A palavra “traidor” está aspeada porque implica em juízo de valor de um dos lados dos contendores políticos de 1930. Ela é igualmente utilizada da perspectiva do outro contendor.

¹² Nas eleições de março de 1930, o resultado para o Congresso Nacional foi o seguinte: Senador - Manuel Tavares Cavalcanti (Aliança Liberal)- 31.967 votos e José Gaudêncio Correia de Queiroz (Perrepista)- 12.000 votos. Deputados Federais - Aliança Liberal: José Américo de Almeida, 29.103; Carlos da Silva Pessoa, 28.458; Antonio Galdino Guedes, 28.454; Demócrito de Almeida, 28.318. Perrepista - João Suassuna, 13.328; Flávio Ribeiro Coutinho, 11.181; Acácio de Figueiredo, 10.520; Artur de Carvalho Rodrigues dos Anjos, 9.800; Cláudio Oscar Soares, 2.905; Álvaro Correia Lima, 2.549. Partido Democrático - Otacílio de Albuquerque, 8.658. A vitória dos candidatos da Aliança Liberal foi rejeitada pela Comissão de Reconhecimento de Poderes da Câmara dos Deputados, reconhecendo como vitoriosos os candidatos perrepistas, (AGUIAR, 1999, p.508), correligionários do presidente Washington Luis.

¹³ A Guerra de Princesa pode ser sintetizada como uma revolta de coronéis sertanejos, chefiada pelo deputado estadual José Pereira e apoiada pelos Pessoa de Queiroz, proprietários de firmas comerciais instaladas em Recife. João Pessoa, ao assumir o governo da Paraíba, empreendeu um controle do coronelismo, tirando de suas mãos incumbências como a polícia, a justiça, o fisco, as obras contra as secas. Para completar a insatisfação de alguns coronéis, pautou sua política econômico-tributária de forma a dinamizar as transações comerciais com os estados vizinhos pela capital da Paraíba, reduzindo a subordinação ao Recife com o qual os coronéis sertanejos comercializavam pelas fronteiras do Alto Sertão. A gota d’água para a eclosão da Guerra de Princesa foi de ordem política. Na convenção do Partido Republicano Conservador, o presidente João Pessoa excluiu da chapa que disputava vagas ao Congresso Nacional, o ex-presidente João Suassuna, mantendo o seu primo Carlos Pessoa. Daí José Pereira, em Princesa, os Dantas em Teixeira e João Suassuna, em Catolé do Rocha, romperem com João Pessoa e passarem a compor com a oposição a este, chefiada pelo desembargador Heráclito Cavalcante. Iniciava-se, assim, a guerra que só acabaria com a morte de João Pessoa e a intervenção

Morto, porém, conseguiu realizar dois dos três objetivos, pois, como frisamos desde o início, sua memória mitificada seria elaborada pela corrente “revolucionária” da Aliança Liberal para rearticular os planos do golpe de Estado. Na madrugada de 3 para 4 de outubro, tem início, na Paraíba, o movimento que, no dia 24 daquele mês, depôs Washington Luiz e impediu a posse de Júlio Prestes. Cumpria-se o primeiro objetivo. Antes disso, Princesa já havia sido ocupada mediante intervenção federal, pondo fim à guerra que, há mais de seis meses, assolava o estado. José Pereira derrotado, cumpria-se o segundo objetivo. Só não se realizou o terceiro porque Getúlio Vargas governou de forma autoritária, com o Congresso Nacional fechado durante a maior parte de sua longa gestão; dessa maneira, a bancada federal paraibana eleita, da Aliança Liberal, não retornou ao Congresso.

Parece haver consenso na historiografia paraibana no tocante à influência da morte de João Pessoa para a concretização do movimento de outubro de 1930. Parece-nos interessante citar uma observação feita pelo governador perrepista de Pernambuco, Estácio Coimbra, na qual afirmava, após a morte de João Pessoa, que “*a Aliança Liberal agora tem um mártir*” (VIDAL, 1978, p. 178).

Em nossa concepção, é procedente essa afirmação. A morte de João Pessoa tem um peso importante no que concerne à efervescência e à reorganização da Aliança Liberal, de tal maneira que a construção de sua memória será a munição fundamental para a retomada dos planos golpistas costurados a nível nacional, com ponta-pé inicial na Paraíba. Portanto, João Pessoa, naquele momento, seria o maior símbolo nacional da Aliança Liberal e, a partir de seu nome, seriam inventadas tradições e construídos *lugares de memória*.

Em pesquisas que realizamos no *site* das Empresas de Correios e Telégrafos, podemos nos dar conta da dimensão do mito João Pessoa pelo Brasil afora. Das vinte e seis capitais brasileiras, apenas em sete delas não encontramos uma rua com o nome do ex-presidente da Paraíba (QUADRO I).

QUADRO I

federal. (Sobre esse assunto, ver RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**: Uma Contribuição ao Estudo do Mandonismo Local - Paraíba (1930). João Pessoa: A União, 1978).

JOÃO PESSOA NO MEIO DAS RUAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

CAPITAL	NOME DA RUA	BAIRRO
SÃO LUÍS	Avenida João Pessoa	João Paulo
	Avenida João Pessoa	Monte Castelo
	Avenida João Pessoa	Outeiro da Cruz
	Avenida João Pessoa, 211 A	João Paulo
	Avenida João Pessoa, 407	Outeiro da Cruz
TEREZINA	Não encontrado	-
FORTALEZA	Travessa João Pessoa	Montese
	Avenida João Pessoa, até 4493/4494	Benfica
	Avenida João Pessoa, de 4495/5519/5	Damas
	Avenida João Pessoa, de 5521/5522 a 6999	Montese
	Avenida João Pessoa, de 7001/7002 ao fim	Pargaba
	Avenida João Pessoa, 7.189	Pargaba
NATAL	Rua João Pessoa	Cidade Alta
	Rua João Pessoa, 198	Cidade Alta
	Rua João Pessoa, 267	Cidade Alta
	Rua João Pessoa, 219	Cidade Alta
RECIFE	Largo João Pessoa	Casa Amarela
	Rua João Pessoa	Estância
	Rua João Pessoa	Santo Amaro
MACEIÓ	Não encontrado	
ARACAJU	Rua João Pessoa	Centro
	Rua João Pessoa, 320	Centro
SALVADOR	Rua João Pessoa da Sussuarana	Sussuarana
	Rua João Pessoa	Calabetão
	Rua João Pessoa	Narandiba
RIO BRANCO	Não encontrado	
MANAUS	Rua João Pessoa	Betânia
	Travessa João Pessoa	Betânia
BELÉM	Travessa João Pessoa (Cj. Bela Vista)	Val-de-Cães
BOA VISTA	Não encontrado	-
PORTO VELHO	Rua João Pessoa (Pedacinho de Chão)	Pedacinho de Chão
	Rua João Pessoa	Nova Esperança
MACAPÁ	Não encontrado	-
PALMAS	Rua João Pessoa	Jardim Aurení I
RIO DE JANEIRO	Rua João Pessoa	Barros Filho
	Travessa João Pessoa	Barros Filho
	Rua João Pessoa	Bonsucesso
	Praça João Pessoa	Centro
	Rua Pres. João Pessoa	Jacarepaguá

	Rua João Pessoa	Vargem Pequena
SÃO PAULO	Avenida João Pessoa	Lauzane Paulista
BELO HORIZONTE	Praça João Pessoa	Santa Efigênia
VITÓRIA	Não encontrado	-
CUIABÁ	Não encontrado	-
CAMPO GRANDE	Rua João Pessoa	Monte Castelo
GOIÂNIA	Rua João Pessoa	Alto da Glória
	Rua João Pessoa	Vila Jardim São Judá
	Rua João Pessoa	Parque Amazônia
	Rua João Pessoa	São Francisco
	Rua João Pessoa	Vila Luciano
	Rua João Pessoa	Alto da Glória
CURITIBA	Não encontrado	
FLORIANÓPOLIS	Rua João Pessoa	Itaguaçu
PORTO ALEGRE	Avenida João Pessoa	Centro
	Avenida João Pessoa	Farroupilha

Fonte: Site dos Correios- www.correios.com.br. Quadro elaborado pelo autor. Em algumas capitais, a Rua João Pessoa inicia em um bairro e termina em outro. No caso de outras, porém, ocorre a existência de mais de uma rua com a denominação do ex-presidente paraibano, em bairros diferentes.

As páginas do Jornal *A União* estão repletas de telegramas comunicando ao governo da Paraíba ou à redação do próprio periódico a substituição de nomes de ruas, praças, avenidas e povoados pelo nome de João Pessoa. Ainda em setembro do mesmo ano, pelo decreto 1804, do intendente do Conselho Municipal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, João Crespo, a antiga Rua da Liberdade passava à denominação de Rua João Pessoa. Interessante chamarmos atenção para o fato de ser, o Rio Grande do Sul, um dos estados que compunham a Aliança Liberal.

No entanto, a maioria de atos semelhantes ou parecidos só ocorreria após a tomada do poder pelos aliancistas, em outubro de 1930, certamente por sofrerem antes, restrições perrepeistas. Daí em diante, podemos enumerar alguns, dentre eles: a) o novo prefeito de Recife decreta que a principal rua da cidade terá a denominação de João Pessoa; b) o prefeito Luiz Coelho Alves da Silva, de Rio Branco (PE), muda o nome da Rua da Estação para Praça Presidente João Pessoa; c) em Quebrângulo (PE), o prefeito José Vieira coloca o nome de João Pessoa na rua da Matriz; d) em Queimadas (PE), o prefeito denomina uma rua de João Pessoa; e) em Palmas, o nome

de João Pessoa vai se instalar em uma praça; f) no município de Luiz Gomes, o prefeito Fernando Sobrinho transforma o nome da povoação de Malta em João Pessoa; g) o prefeito do Rio de Janeiro, Adolpho Bergamini, coloca o nome de João Pessoa na Praça do Governador; h) em Novo Exu (PE), o prefeito Manuel Ayres muda o nome da antiga Rua Renato Barroso para Rua João Pessoa; i) em Manaus(AM), a Praça Gonçalves Ledo passa a ser denominada Praça João Pessoa; j) em Guarapava (PR), a principal praça da cidade passa a denominar-se Praça João Pessoa; e l) em Vitória(ES)¹⁴, o prefeito Asdrúbal Soares coloca o nome de João Pessoa em uma praça da cidade.

Caso emblemático ocorreu em Fortaleza. A Avenida João Pessoa era, anteriormente, uma estrada de barro batido, até 1929, quando Washington Luiz mandou construí-la em concreto. Ao término dos serviços, a rua passou à denominação de Avenida Washington Luiz. Conforme assinala Miguel Ângelo de Azevedo:

(...) logo veio a Revolução de 1930 e o povo arrancou as placas e substituiu por João Pessoa, que tinha sido assassinado naquele ano e embora o crime fosse por razões pessoais a ocasião o transformou em crime político para favorecer os antagonistas da candidatura do governo (AZEVEDO, 1991).

Como podemos observar, o nome de João Pessoa morto passa, realmente, a ser o símbolo da Aliança Liberal no plano nacional. Mais do que batizar uma rua, em Fortaleza, com seu nome, é particularmente importante notarmos a substituição operacionalizada. Washington Luiz desaparecia do nome da rua como também desaparecera do Catete, não para João Pessoa, como na rua, mas para Getúlio Vargas, que assume o governo por circunstâncias de um golpe civil-militar desfechado à sombra da memória de um cadáver: João Pessoa.

Se, de norte a sul do país, a memória de João Pessoa cristalizava-se em ruas, praças, avenidas e povoados, na Paraíba não seria diferente. O Jornal *A União* divulgaria, à época, várias medidas tomadas pelos poderes municipais para atos semelhantes. No município sertanejo de Pombal, a Câmara Municipal aprovou a

¹⁴ A pesquisa que realizamos no *sítio* da Empresa de Correios e Telégrafos revela a permanência do nome de João Pessoa denominando ruas nas capitais brasileiras. Em algumas delas, porém, não localizamos uma rua com seu nome, o que nos faz supor que pode ter ocorrido uma substituição mais recente. No caso de Vitória, não consta uma rua, mas o nome do ex-presidente paraibano foi posto em uma praça, conforme noticiou o Jornal *A União*.

proposta do conselheiro Joaquim Josias de Souza, a qual determinava a mudança do nome da Rua da Aurora para Praça Dr. João Pessoa. No mesmo projeto de lei, havia a abertura de crédito de 200\$00 destinado à aquisição de uma placa de bronze que deveria ser colocada no local.

Mesmo após a tomada do poder pela Aliança Liberal, a construção da memória de João Pessoa, confundindo-se com a memória da “Revolução de 1930”, seria exaustivamente elaborada. Em nosso entendimento, entre o assassinato do presidente e a eclosão do movimento de 1930, ocorreu um primeiro movimento dessa memória, com vistas a preparar a legitimação do golpe. Em seguida, ocorreu um segundo movimento, em que a apropriação da memória objetivou a legitimação do Estado e do grupo no poder que, então, vai se configurando e se vale da memória como recurso nesse sentido.

Em 26 de outubro de 1930, dois dias após a destituição de Washington Luis o prefeito de Bananeiras, José Antonio Ferreira Rocha, sancionou a lei nº 44, determinando a mudança do nome da Avenida Patronato para Avenida João Pessoa.

Caso semelhante é o do município de Princesa Isabel que, chefiado pelo coronel José Pereira, sustentou uma guerra de seis meses contra o governo João Pessoa, encerrada após a morte desse último. No entanto, em novembro de 1930, quando José Pereira não mais comandava o município, o novo prefeito assinou um decreto mudando o nome da Avenida Arrojado Lisboa para Avenida João Pessoa. Assim sendo, o ex-presidente paraibano adentrava às ruas de Princesa de forma simbólica, já que não o conseguira militarmente, quando enviou a Polícia Militar em investidas durante a guerra.

Em Santa Luzia do Sabugy, o prefeito Francisco Antonio da Nóbrega assinou o decreto nº 6, determinando a mudança do nome do povoado de Várzea para João Pessoa. Em Pilar, o prefeito Ambrósio Pereira deu o nome de João Pessoa a uma praça da cidade, na qual também ficava exposto o retrato do presidente morto.

2.2 “NEM PERREPISTA, NEM LIBERAL: DEVOLVAM O NOME PARAÍBA A NOSSA CAPITAL”.

Não seria difícil encontrar um nome que realmente expresse o nosso amor pela capital paraibana. Mas, ainda que haja justificativas para que prestemos homenagem ao passado, ainda assim, o nome João Pessoa não é o mais indicado. Neste caso, sugiro a adoção de Parahyba (com h e y) se quisermos manter uma ligação com o passado. (Jornalista Augusto Magalhães, *Correio da Paraíba*, 2006)

A demonstração mais recente de um conflito ainda remanescente, em torno do nome da capital paraibana, pode ser vista no carnaval pessoense de 2006. O bloco “Cafuçu” saiu às ruas defendendo o retorno ao topônimo Parahyba, que vigorou desde a expulsão holandesa até a morte de João Pessoa. *“Nem perrepista, nem liberal: devolvam o nome Parahyba a nossa capital”*, foi esse o tema que, misturando folia e história, acirrou novamente a polêmica, vez por outra trazida à tona, como sinal de uma ferida ainda não cicatrizada.¹⁵

Em trabalho monográfico de conclusão de Curso de Especialização em História do Brasil, percebemos, pela metodologia da História Oral, o ódio expresso na fala e nos gestos dos remanescentes do perrepismo no município de Taperoá.¹⁶

¹⁵ Em trabalho monográfico do curso de Turismo, intitulado “João Pessoa, uma cidade, vários nomes - a interface entre História e Turismo Cultural”, Marcella Moreno de Andrade investiga, por meio da História oral, a questão da identidade local e o nome da capital paraibana. Entrevistou 78 pessoas, utilizando a escolaridade como critério, com exceção dos alunos do curso de História da UFPB. Do total dos depoentes, o resultado ficou assim configurado: quanto ao sentimento de ser paraibano - orgulhoso (31%), muito bem (8%), bem (19%), feliz (4%), indiferente (4%) e outros (30%); quanto ao porquê do nome da capital - afirmaram saber (84%), não sabiam (13%) e esqueceram (3%); quanto à mudança do nome da capital hoje - sim (98%) e não (9%); quanto aos motivos para a não mudança do nome - costume (63%), História (24%), outros (10%) e o nome já é conhecido nacionalmente (3%). Consultar, ANDRADE, Marcella Moreno de. João Pessoa, uma cidade, vários nomes: uma interface entre história e turismo cultural - João Pessoa: UFPB, 2006, 53 p.

¹⁶ O município de Taperoá é emblemático porque dois dos líderes “perrepistas”, João Dantas e João Suassuna, tinham vínculos familiares no lugar. Após o assassinato de João Suassuna, sua esposa e filhos foram morar naquela cidade. No plano municipal, os perrepistas eram apoiados pela família Vilar, enquanto os aliancistas eram sustentados politicamente pelos Farias, sendo um dos comandantes da polícia militar da Paraíba, na Guerra de Princesa, o capitão Irineu Rangel de Farias. Esta última família já tinha a chefia municipal antes de 1930, comandada pelo coronel Pedro de Farias. Com a vitória da “Revolução”, é mantida no poder, dando continuidade a uma linhagem política herdada do ex-prefeito e ex-deputado estadual Félix Daltro. No trabalho **Memórias do Movimento de 1930 em Taperoá**, que realizamos ao concluir o curso de Especialização em História do Brasil, pela UEPB, analisamos como

Os Dantas/Vilar/Suassuna, derrotados no campo da política partidária em 1930, perderam, também, dois entes queridos e ainda seriam derrotados no plano simbólico. Repudiam a bandeira rubro-negra e nunca aceitaram a mudança do nome da capital. Passaram a alimentar um discurso de ódio à “revolução” e aos “revolucionários”, que perpassa gerações e, ainda hoje, está arraigada na memória da família. A título de exemplo, cabe-nos citar que eles não pronunciam o nome da capital do estado, simplesmente dizendo “*vou a Parahyba*” ou “*vou à Capital*”, evitando pronunciar o nome de João Pessoa.

O depoimento de Inadi Torres Vilar¹⁷ é pertinente ao que afirmamos, senão vejamos: “*lá na capital, na Parahyba, que aquela merda se chama Parahyba, registre é um velho com setenta e oito anos que está dizendo*”. Em tom de provocação, insistimos no assunto, interpelando se ele não chamava a capital pelo nome de João Pessoa. A resposta sobreveio de imediato: “*só quando eu erro*”, respondeu o entrevistado.

Além das palavras, vale ressaltar a entonação da voz do entrevistado, falando com ódio, alterando a voz no decorrer da conversa, como se estivesse fisicamente vivendo os acontecimentos daquele contexto histórico.

Entendemos que o conceito de pertencimento grupal, que é afetivo, e não apenas físico, como analisa Maurice Halbwachs¹⁸, explica a continuidade do passado no presente da memória.

A transmissão oral, efetivada no seio dos grupos familiares, foi o mecanismo essencial para a manutenção de sua versão, diferentemente dos vitoriosos de 1930, que vão instituir uma memória pautada por um imaginário situado mais no ângulo dos *lugares de memória* institucionalizados. Como argumenta Michael Pollak (1989, p.3), o fato das memórias vencidas pela oficialidade não se configurarem nos chamados

remanescentes daquele movimento perceberam o acontecimento, os conflitos expressos na fala dos depoentes e a participação municipal naquela conjuntura política.

¹⁷ Inadi Torres Vilar reside no município de Taperoá-PB. Agricultor, é ligado por parentesco aos Dantas e Suassuna. Esta entrevista foi concedida em 21 de janeiro de 2005, para a pesquisa **Memória do Movimento de 1930 em Taperoá**, citado na nota anterior.

¹⁸ Márcia Mansor D`Álêssio, em artigo para a *Revista Brasileira de História*, analisa a categoria memória nas obras de Pierre Nora e Maurice Halbwachs. Analisando este último autor, ela afirma que “*situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu. Aliás, ao que pertence, pois só se fez parte de um grupo no passado se se continua afetivamente a fazer parte dele no presente. Se no presente, alguém não se recorda de uma vivência coletiva do passado é porque não pertencia àquele grupo- ainda que pertencesse fisicamente-, já que é o afetivo que indica o pertencimento*”. (D`Álêssio, 1992, p. 98-99).

lugares de memória, não implica em esquecimento total, elas se conservam na marginalidade, à espera de um contexto futuro que possa tirá-las do silêncio.

Sublinhamos esse contexto mais atual apenas para ressaltar a permanência do conflito de memórias inscrito no nome de uma cidade. Foge à nossa problematização investigar o porquê desses conflitos ainda hoje, uma vez que o cerne da nossa questão gira em torno do contexto dos anos de 1930, a fim de percebermos, através do simbólico, as desavenças intra-elite, travadas entre liberais e perrepistas, bem como no interior do próprio grupo aliancista.

Assim sendo, vale a pena recuperarmos um pouco a historicidade do projeto da mudança do nome da capital e seu contexto histórico, porque nossa análise sobre as tradições e a memória não pode ser descolada da macro-História, pois, como afirma Hobsbawm:

(...) o estudo das tradições inventadas não pode ser separado do contexto mais amplo da história da sociedade, e só avançará além da simples descoberta destas práticas se estiver integrado a um estudo mais amplo. (HOBSBAWM, p.21).

Os anos de 1920 são marcados, no plano nacional, pela crise das oligarquias da política do “café-com-leite” e pela emergência e reação de novos grupos sociais que reivindicavam participação, tendo em vista a monopolização da máquina estatal pelos grupos agrários de São Paulo e Minas Gerais. Dentre esses grupos reivindicativos, estão as oligarquias de outros estados, setores médios urbanos, incluindo militares como os tenentes, e a classe trabalhadora.

O início da década de 1920, sobretudo, é marcado pelos chamados movimentos tenentistas, sendo o primeiro deles o dos 18 do Forte de Copacabana, no governo do presidente Epitácio Pessoa. Derrotado no Rio de Janeiro, dois anos depois, o movimento explodirá em São Paulo, na chamada revolução de 1924, para, em seguida, formar com o tenentismo gaúcho a chama Coluna Prestes.

No setor econômico, o Brasil sentia o peso da crise mundial do capitalismo, que se iniciou nos Estados Unidos em 1929, com o aumento de excedente em virtude da retração do mercado internacional. Ademais, após a I Guerra Mundial, o Brasil, através da substituição de importações, passara por um surto industrial, iniciando, assim, a sua

transformação de país rural para urbano-industrial, que se aprofundaria, como processo, após o movimento de 1930.

Nesse contexto, formou-se a Aliança Liberal. Ela é resultado da junção de forças que não se enquadravam na política do “café-com-leite”. Entre essas, estavam as oligarquias governistas do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, esta, rompida com o Catete, que alijara a esperada candidatura mineira às eleições presidenciais de 1930.

Consoante estudos da historiadora estadunidense Linda Lewin,

Amorfa e mal definida, a Aliança incorporou um grupo heterogêneo de partidários faccionais leais a líderes personalistas que muitas vezes tinham pouco em comum. Embora a Aliança tenha atraído a maior parte dos votos das classes médias urbanas, atraiu também muitos votos entre oligarcas opositoristas de vários estados, que representavam interesses rurais. Entre os políticos da Aliança encontravam-se desde os velhos conservadores reminiscentes (sic) dos liberais do século XIX, como Epiácio Pessoa, até os elementos militares mais radicais e autoritários, entre os quais vários dos conhecidos Tenentes. (LEWIN, 1993, p. 343).

Na Paraíba, notadamente, o epitacismo¹⁹ se mostrava corroído pela crise desde o governo João Suassuna, tendo atingido o clímax durante o governo João Pessoa. Não queremos aqui entrar em detalhes sobre esse governo, por não ser este o foco do nosso trabalho, mas apontar apenas alguns aspectos principais para a compreensão do processo de construção da memória em torno de João Pessoa, tais como o fato de que

¹⁹ Chamamos de epitacismo o grupo político que apoiava e obedecia ao chefe Epiácio Pessoa. O ano de 1915 marca o início de sua longa dominação na política paraibana, indicando e elegendo os presidentes Camilo de Holanda (1916-1920), Sólon de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930). No plano federal, Epiácio compunha com a política do “café-com-leite”, inclusive se tornando Presidente da República (1919-1922). O rompimento com o Catete se dá no momento em que é consultado pelas forças do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, este estado, rompido com Washington Luis por este não indicar um mineiro à presidência da República, sobre o apoio da Paraíba à Aliança Liberal, em troca da vice-presidência na chapa com Vargas, oferecida a João Pessoa, Epiácio se encontrava em Haia, representando o Brasil na missão de paz, após a 1ª Guerra Mundial. João Pessoa, após consultar Epiácio, expediu o seguinte telegrama: *“Reunido Diretório Partido, sob minha Presidência, depois consultados amigos maior representação política, resolveu unanimemente não apoiar candidatura eminente dr. Júlio Prestes sucessão presidencial república. Peço comunicar essa resolução leader maioria em resposta sua consulta sobre attitude Parahyba. Saudações.”* (Gurjão, 1994, p.79) Esse telegrama foi expedido no dia 29 de julho de 1929, que passou para o calendário cívico como “o dia do Nego”, do qual falaremos mais à frente. Sobre as oligarquias paraibanas da Primeira República, ver LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: Um estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. e GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

sua administração se pautou por um controle do poder público estadual sobre o coronelato, retirando deste atribuições que, antes, lhe eram garantidas.

No setor econômico-tributário, João Pessoa empreendeu uma política que taxou, sobremaneira, as transações comerciais realizadas pelo sertão e deixou praticamente a zero, tributariamente, as realizadas pela capital, objetivando dinamizar o seu comércio e diminuir a dependência em relação a cidade de Recife. Para completar o descontentamento dos coronéis sertanejos e das firmas comerciais instaladas no Recife, uma medida política seria suficiente para que fosse declarada a Guerra de Princesa.

Trata-se, pois, da conturbada convenção partidária²⁰ na qual João Pessoa, como presidente do Partido Republicano da Parahyba, excluiu da chapa para deputado federal o seu antecessor no governo do estado: João Suassuna. Alegava, contudo, o princípio da renovação, ao colocar novos nomes para o pleito, mas manteve a candidatura do primo Carlos Pessoa, que já era deputado.

QUADRO II COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS- PARAÍBA- 1915

Coligação Dominante Partido Republicano Conservador Paraibano (EPITACISMO)	Oposição Partido Republicano da Paraíba (VALFREDISMO)
Neiva/Figueiredo/Silva Pessoa/Lucena	Santos Leal/Machado/Almeida (Areia)
Cavalcanti de Albuquerque/Lauritzen (Campina Grande)	Porto/Sousa Campos/Figueiredo
Pessoa Cavalcanti de Albuquerque/ Bezerra Cavalcanti	Ferreira Leite
Agripino Maia/Suassuna (Catolé do Rocha)	Lobo Maia de Vasconcelos/ Saldanha
Carvalho Nóbrega/Carvalho	Dantas Correia de Góis
Pereira Lima/Diniz (Princesa Isabel)	Cavalcanti Lins
Cunha Lima (Areia)	Santa Cruz Oliveira (Monteiro)
Holanda Soares/Evaristo Monteiro	Cavalcanti Monteiro
Arruda da Câmara/Cavalcanti de Albuquerque	Nóbrega (Santa Luzia, Soledade)
Melo Cavalcanti	Silva Mariz/Mariz Nóbrega (Sousa)
Gomes de Sá	Ribeiro Coutinho (Várzea do Paraíba)

Fonte: LEWIN, Linda, 1993, grifos nossos. No quadro, original, não consta a referência a localidades, que foram apostas, em negrito, buscando identificar algumas áreas de influência política de alguns grupos.

QUADRO III

²⁰ A Convenção do Partido Republicano da Parahyba realizou-se em 16 de fevereiro de 1930, poucos dias antes da visita de João Pessoa ao município de Princesa, e do rompimento do coronel José Pereira para com o governo estadual.

COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS- PARAÍBA- 1930

Coligação Dominante	Oposição
Partido Republicano da Parahyba	Partido Republicano Conservador da Paraíba
LIBERAIS	PERREPISTAS
(EPITACISTAS-PESSOISTAS)	(HERACLISTAS E DISSIDENTES DO EPITACISMO)

Fonte: GURJÃO, Eliete de Queiroz, 1994.

Diante dessa decisão, os Dantas/Pereira/Suassuna romperam com João Pessoa e passaram a compor com a oposição perrepista²¹, chefiada pelo desembargador Heráclito Cavalcanti.

No bojo desses embates políticos, ocorreu o assassinato de João Pessoa, no dia 26 de julho de 1930, na confeitaria Glória, no Recife, pelas mãos do advogado João Duarte Dantas. Após a morte do presidente de estado, a Paraíba se tornou um barril de pólvora. A população revoltada se atirava na “caça aos perrepistas”, e, concomitantemente, cultuava o corpo do ex-presidente. O governo federal interveio no estado a fim de ocupar Princesa e manter a “ordem”. Enquanto isso, a maioria da Aliança Liberal começava a acionar, nos bastidores, os planos “revolucionários”²², à revelia do presidente Álvaro de Carvalho²³, enquanto, na Assembléia Legislativa, os

²¹ Como já fizemos notar anteriormente, o epitacismo apoiava a “política café-com-leite” até o dia 29 de julho de 1929, quando aceitou a candidatura de João Pessoa a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal. No âmbito estadual, Eptácio e João Pessoa tinham, como opositores maiores, Walfredo Leal, com quem o primeiro disputou o comando do estado em 1915, e o desembargador Heráclito Cavalcante. Porém, momentos antes das eleições de março de 1930, três coronéis do sertão, José Pereira, João Dantas e João Suassuna, romperam com o bloco epitacista e passaram a compor com os opositores de João Pessoa, tornando-se o que chamamos de oposição perrepista, pois dava sustentação política ao governo de Washington Luís, no plano federal.

²² A Aliança Liberal chamava de “Revolução” de 1930, um “novo” momento histórico da política brasileira, uma “nova ordem”, rumo ao “progresso” e ao “desenvolvimento”, diferente da Primeira República, pois esta seria a época do coronelismo, do clientelismo e do arcaísmo. “Revolução” se refere à tomada do poder e a implementação de um “novo tempo”, visão com a qual não concordamos, pois entendemos que, na Paraíba, houve apenas substituição de oligarquias no poder e, a nível nacional, ocorreu uma “Revolução Passiva”, de cima para baixo. Sendo assim, sempre que utilizamos o conceito “Revolução” de 1930, o fazemos aspeado, para nos referir ao golpe de Estado de 1930 e à tomada do poder pela força.

²³ Álvaro de Carvalho era epitacista histórico. Assumiu o governo da Paraíba na qualidade de 1º vice-presidente de João Pessoa, quando da morte deste. Assim como seu antecessor, não era “revolucionário”, portanto, trabalhava no sentido de pacificar a Paraíba restabelecendo a “ordem institucional”. Enquanto isso, seus auxiliares de governo, sob o comando do, então, Secretário de Segurança, José Américo de Almeida, articulavam, junto a Juarez Távora e Agildo Barata, os planos da derrubada do governo federal. Tudo feito à revelia do presidente da Paraíba. Sobre esse assunto, consultar CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução**: 70 dias na Presidência do Estado da Paraíba. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1932.

parlamentares cumpriam a missão de institucionalizar a memória de João Pessoa e da assim chamada “Revolução de 30” (QUADRO IV).

QUADRO IV
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE JOÃO PESSOA PELA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

DATA	ORDEM DO DIA
07 de agosto de 1930	Um minuto de silêncio à memória de João Pessoa.
12 de agosto de 1930	Projeto que institui o feriado do 26 de julho.
14 de agosto de 1930	Projetos, um que autoriza o Estado a arcar com as despesas dos funerais de João Pessoa e outro, que manda construir monumento no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.
23 de agosto de 1930	Segunda discussão do projeto do monumento.
27 de agosto de 1930	Aprovado o projeto do monumento, entra em discussão o projeto do feriado.
28 de agosto de 1930	Deputado Severino Lucena requer que seja incluído, na ata, sermão do cônego João de Deus Mindello por ocasião das exéquias a João Pessoa.
29 de agosto de 1930	Projeto que institui pensão de 250 mil réis aos filhos de João Pessoa.
30 de agosto de 1930	Severino Lucena lê comunicado do cônego João de Deus Mindello agradecendo ter sido incluído nos anais da Assembléia.
01 de setembro de 1930	Projeto da mudança do nome da capital, de Parahyba para João Pessoa.
02 de setembro de 1930	Aprovado em segundo turno o projeto do feriado, aprovado em segunda discussão o projeto do nome da capital, entra em discussão o projeto da pensão.
03 de setembro de 1930	Aprovado em terceira discussão o projeto da mudança do nome da capital. Aprovado em terceira discussão o projeto do feriado do 26 de julho.
04 de setembro de 1930	Suspensão da sessão para a participação em ato solene da sanção do projeto da mudança do nome da capital.
06 de setembro de 1930	Não houve quorum.
08 de setembro de 1930	Apresentado o projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
09 de setembro de 1930	Apresentado, na íntegra, projeto que cria a nova bandeira da Paraíba. Congratulações vindas de Pernambuco e do Conselho Municipal da capital parabenizando a Assembléia pelo projeto da mudança do nome da capital.
10 de setembro de 1930	Primeira discussão do projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
11 de setembro de 1930	Segunda discussão do projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
12 de setembro de 1930	Aprovado em segunda discussão o projeto que cria a nova bandeira da Paraíba. Emendas ao projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
13 de setembro de 1930	Terceira discussão do projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
15 de setembro de 1930	Emenda ao projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
16 de setembro de 1930	Leitura da redação final do projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
17 de setembro de 1930	Projeto que cria um monumento na capital em homenagem ao presidente João Pessoa. Projeto que institui o hino oficial da Paraíba.
18 de setembro de 1930	Discussão do projeto do monumento.
19 de setembro de 1930	Discussão dos projetos do monumento e do Hino oficial.
20 de setembro de 1930	Votação dos projetos criando um monumento a João Pessoa e oficializando o Hino da Paraíba.

Fonte: Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Quadro elaborado pelo autor.

Interessante observarmos, no quadro acima, a agilidade com que a Assembléia agia no sentido de constituir a memória de João Pessoa. Como vemos, diariamente, no decorrer de dois meses, a pauta das sessões legislativas da Assembléia da Paraíba constava, basicamente, de projetos de leis que instituía *lugares de memória* ao ex-presidente paraibano.

Não obstante a constatação de que a Aliança Liberal não formava um grupo homogêneo, nem no plano nacional, nem no plano estadual, nesse momento, na Paraíba, ela se mostrava coesa em torno da construção da memória de João Pessoa, como também da retomada dos planos golpistas. Evidentemente que, como em toda regra há exceções, Álvaro de Carvalho era uma dessas exceções, como ele mesmo fez notar no livro de memórias *Nas Vésperas da Revolução*.

O mentor da sublevação, concretizada no assalto ao Quartel do 22º BC²⁴, foi o tenente Juarez Távora que, mesmo antes da morte de João Pessoa, já andava escondido pela Paraíba, articulando com os auxiliares do presidente João Pessoa. Este, como seu sucessor, Álvaro de Carvalho, não era “revolucionário”. Figuravam, ao lado de Juarez Távora e Agildo Barata, os paraibanos Antenor e Mirocem Navarro, José Américo de Almeida, Ademar Vidal, Rui Carneiro, Odon Bezerra, José Mariz. Nesse contexto se insere o projeto de lei Nº 4, de autoria do deputado Argemiro de Figueiredo²⁵ que, por sugestão do poeta Américo Falcão, mudava o nome da capital de Parahyba para João Pessoa. Foi incluído na Ordem do Dia da sessão realizada em 1º

²⁴ Estamos falando da tomada do Batalhão do Exército Brasileiro, na Paraíba, ocorrido na madrugada de 3 de outubro de 1930. Era o início do movimento que se irradiou pelo país inteiro, culminando com a deposição de Washington Luís e a vitória da chamada “Revolução de 1930”.

²⁵ Argemiro de Figueiredo nasceu em Campina Grande. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, ingressou na política por intermédio do ex-presidente João Pessoa. Filho de Salvino de Figueiredo, destacado chefe “perrepista” campinense, Argemiro não acompanhou a filiação partidária do pai. Em 1929, junto com Otacílio de Albuquerque e João da Mata, fundou o Partido Democrático, que apoiaria a campanha da Aliança Liberal. Em 1930, vagaram quatro cadeiras na Assembléia Legislativa da Paraíba, derivadas da nomeação dos deputados Ávila Lins e Fernando Pessoa para a Prefeitura da capital e de Itabaiana, respectivamente; o deputado Genésio Gambarra foi ocupar o cargo de fiscal e o deputado Manuel Ferreira faleceu. Para preenchimento desses lugares, foram convocadas eleições suplementares em 18 de maio de 1930. Uma das vagas foi ocupada por Argemiro de Figueiredo, a convite do, então, presidente João Pessoa. O convite foi assim redigido: “sua indicação para preencher uma cadeira na Assembléia foi um ato de justiça do meu Partido, premiando a inteligência e os serviços de um moço que, estou certo, em qualquer momento e quaisquer que sejam as asperezas da luta, saberá honrar o mandato do povo paraibano” (TEJO, 2001, p. 24). Com o projeto de lei que mudava o nome da capital do estado de Parahyba para João Pessoa, o deputado Argemiro pagava, com um “lugar de memória”, o mandato que lhe dera o homenageado. Sobre o “argemirismo”, ver SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais, 1999.

de setembro de 1930, apresentado perante manifestação popular na frente da Assembléia.

Pelo visto, havia uma tentativa dos “revolucionários” da Aliança Liberal em mostrarem que as idéias de cultuar a memória de João Pessoa nasciam dos anseios da população, com ênfase no movimento das mulheres paraibanas. Será que a idéia de mudar o nome da capital nasceu, efetivamente, no seio dos grupos populares? Que mulheres eram essas que faziam parte da comissão organizadora do movimento?

Partindo dessas interpelações, chegamos à conclusão de que a sociedade política²⁶ utilizava a população para manter a coesão social em torno do projeto “revolucionário”. Manter a efervescência social, a população agitada, nas ruas, cultuando o mito, mais do que nunca, era necessário para a retomada dos planos golpistas. Portanto, discordamos da idéia de que a criação dos *lugares de memória* tenha sido iniciativa dos grupos subalternos e que a Assembléia Legislativa apenas correspondia aos anseios populares, como quer Ademar Vidal:

Achava-se o Congresso à altura do momento, correspondendo plenamente à expectativa geral. É quando surgiu a idéia de mudar-se o nome da capital para o de João Pessoa. (1978, p. 337).

Segundo Jóffily (1979, p. 298/299)

Da morte de João Pessoa até a madrugada da Revolução, vivemos dois longos meses de corre-corres e quebra-quebras sob a trepidação de eloquências inesgotáveis... Era uma legião sem uniformes. Tinha, porém, um distintivo comum para homens e mulheres: o lenço encarnado na cabeça, no pescoço ou na cinta. A palavra *vermelho* era empregada como sinônimo de *liberal*. A partir do dia 27, a casa que não ostentasse uma bandeirola preta ficaria suspeita de perrepismo, isto é, de “assassino de João Pessoa”. Após aquele sábado trágico, as passeatas adquiriram mais alvoroço e maior participação para pressionar o Governo no sentido de mudar o nome da Capital e de adotar a nova bandeira- a do NÉGO até hoje instituída.

²⁶ Gramsci amplia a teoria do Estado ao criar o conceito de sociedade civil. Para ele, não devemos pensar o Estado apenas a partir da sociedade política, aqui entendida como o “conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar” (COUTINHO, 1992, p.76). A sociedade civil, definida como sendo o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc), também atua, concomitantemente à sociedade política, na consolidação da hegemonia.

Mais adiante, Jóffily (1979, p. 300) assinala que

Registra nossa História várias alterações toponímicas. Temos Petrópolis, Teresópolis, Florianópolis e outras homenagens a estadistas. Todas, porém, foram impostas de cima para baixo, por mera força de decreto. Bem diverso é o caso da Paraíba, que resultou de irresistível pressão popular. Nem a Revolução francesa trocou o nome de Paris. Para nos situarmos em nosso século: nem sequer foi tentada a mudança de Dallas ou de Brookline- cidade natal do presidente assassinado- para o nome de “Kennedy”.

Entretanto, ocorre uma contradição no próprio trabalho de Jóffily uma vez que ele fala do grande número de pessoas que ocupavam a Assembléia Legislativa, quando da votação dos projetos que cultuavam a memória de João Pessoa, ao mesmo tempo em que afirma que *“encontrava-se em discussão a mudança **sugerida pelo poeta Américo Falcão**²⁷ do nome da cidade que patenteava radical divisor de águas”*. (JÓFFILY, 1979, p. 299, grifos nossos). Ora, se a sugestão do projeto foi do poeta Américo Falcão, não podemos compactuar com a idéia de que emergiu no meio do “povão”. Na verdade, a idéia foi recebida com aceitação por parte da multidão, mas foi pensada por um intelectual orgânico do grupo dirigente.

Em verdade, havia uma sistematização dessa memória oficial com vistas a se contrapor à memória subterrânea das elites perrepistas derrotadas e, ao mesmo tempo, tomar os grupos e classes populares como aliados. Não estamos querendo dizer, com isso, que a população não quisesse manifestar-se; havia, na capital, um clima propício para as manifestações, tendo em vista a aceitação positiva do governo João Pessoa. Porém, a vontade do grito nas ruas se somava aos mecanismos criados pela *sociedade política* para manter essa população vibrando com a criação dos lugares de memória que se destinavam a lembrar o mito.

Fotografia nº 1 - Comícios da Aliança Liberal.

²⁷ Américo Falcão era poeta e membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. No memorial daquela instituição, não consta seu perfil biográfico.



Fonte: JÓFFILY, 1979, p. 249.

Fotografia nº 2 - Chegada do corpo de João Pessoa na estação da *Great Western*



Fonte: JÓFFILY, 1979, p. 19.

As fotografias demonstram que setores médios e subalternos estavam nas ruas, chorando a morte de João Pessoa, se atirando na caça aos perrepistas e acompanhando a institucionalização dos *lugares de memória* do presidente morto. Havia um clima de comoção propício para essa participação, em vista de uma certa

popularidade construída por João Pessoa no decorrer dos dois anos de governo. Jófily (1979, p. 69) - na fotografia nº 2, é este jovem para o qual está direcionada uma seta branca-, escreveu, no seu livro, trechos de sua memória dos acontecimentos da época, relatando a comoção popular, o choro, as procissões embaladas pelo hino de João Pessoa ou por letras de músicas parodiando a Ave Maria, o fanatismo e o quebra-quebra empreendidos em residências e casas comerciais dos perrepistas. Ele recorda que, dias antes da “revolução”, Artur de Almeida foi discursar da sacada da chefatura de polícia e, ao invés do arrazoado, começou a cantar o hino de João Pessoa. Da multidão alguém gritou: *“de joelhos!”*. *“Em alguns instantes, a multidão (eu inclusive) obedecia religiosamente-no sentido literal do termo-, mas meu companheiro, Luciano Pedrosa, dotado de forte personalidade, manteve-se de pé, trajando um branco imaculado.”* (JÓFFILY, 1979, p.69). Segundo o autor e memorialista, logo as pessoas começaram a gritar: *“você aí, ajoelha!”*. No entanto, o companheiro de Jófily continuava de pé, passando a ouvir os gritos: *“ajoelha, perré!”*. *“Era o próprio Satanás profanando o templo do Senhor...”* (JÓFFILY, 1979, p. 70). Ao final, pela pressão popular, Luciano Pedrosa acabou se ajoelhando.

O exemplo é fundamental para pensarmos na participação de populares naquela conjuntura política. O fato da multidão estar nas ruas não representava comando do processo de institucionalização dos *lugares de memória*; o povo formava o ambiente adequado para os planos do golpe urdidos pela sociedade política e era cooptado, para apoiar os planos dessa última.

Um dia antes da sessão legislativa que votaria o projeto da mudança do nome da capital, foi distribuído entre a população local um boletim, cujo teor abaixo transcrevemos:

Ao povo-No intuito de prestar mais uma homenagem à memória do inolvidável e querido Presidente João Pessoa, indo ao encontro da vontade de quase totalidade dos paraibanos, cogita o povo de nossa terra promover os meios necessários, no sentido de ser mudado o nome da capital do Estado para o de João Pessoa. Para este fim, a comissão abaixo assinada convida **todas as classes** desta cidade para uma grande reunião, amanhã, 2ª feira, às 13 horas, na praça que tem o nome do grande benfeitor da Paraíba, onde, **após um discurso de consagrado orador**, irá toda a população à Assembléia Legislativa solicitar a execução dos seus desejos. Para maior realce dessa **procissão cívica**, encarece a comissão o **fechamento de todo o comércio àquela hora**, a fim de que possam **os interessados-que são todos os filhos dignos da Paraíba**-tomar parte direta no grande acontecimento que vem homenagear **o maior vulto do Brasil dos nossos dias**. Paraíba, 31 de agosto de

1930.-A comissão: América de Oliveira, Alexandrina Pinto Cavalcanti, Isaura Miranda, Moça Viana, Anatilde Morais, Celina Rosas Rabelo, Júlia de Miranda Peregrino, Rita Miranda, Corintia Rosas Monteiro, Donzinha Andrade, Analice Caldas, Francisca d'Ascensão Cunha, Nevinha de Oliveira, Aurélia Rattacazo, Leonídia Coutinho, Mignon Freire, Corina Ramos de Vasconcelos, Helena Meira Lima, Nazinha Coutinho. (VIDAL, 1978, p. 337, grifos nossos).

A leitura desse documento comporta algumas observações que destacaremos a seguir. Como podemos notar, havia um grau de sistematização de grande envergadura no tocante à mitificação do presidente morto e à elaboração da memória oficial. Em primeiro lugar, notamos que o boletim conclamava todo o “*povo*”, todas as “*classes*” para pressionarem os parlamentares no dia da votação, justamente porque a manutenção do apoio popular, em torno da memória de João Pessoa, era imprescindível, nesse momento, aos planos golpistas da Aliança Liberal. Em segundo lugar, fica explícito o grau de organização do movimento visto que, na programação, constava um “*discurso de consagrado orador*”, revelando a não espontaneidade da população, mas algo tramado nos bastidores da política e assinado por senhoras da elite local. De acordo com Jóffily (1979, p. 273) “*Na Paraíba, o padre Mathias Freire, em comícios permanentes, convocava as lideranças femininas*”, de modo que podemos pensar a participação feminina durante aquele contexto, à sombra da Igreja Católica, propagando a ideologia da “*ordem*” e da moral.

No dia 1º de setembro de 1930, achava-se o legislativo estadual reunido para a apreciação do projeto enquanto as galerias e a frente do prédio estavam repletas de manifestantes. Será que o objetivo dos manifestantes era apenas pressionar os deputados para que aprovassem o projeto? Pensamos que essa não era a principal razão, até porque não corria risco de rejeição, uma vez que a maioria dos deputados perrepistas não mais comparecia às sessões²⁸ e, como observa o próprio Ademar Vidal,

²⁸ Analisando as Atas das sessões legislativas, percebemos que, no mês de setembro, quando da construção da memória de João Pessoa, os deputados José Pereira, Inácio Evaristo, José Queiroga, Isidro Gomes, Pedro Firmino, João de Almeida, Padre Manuel Octaviano, Juvenal Espínola, não mais compareciam às sessões da Casa. Eram epitacistas dissidentes, portanto, temendo a população revoltada, preferiam se ausentar da votação a ter que comparecer e votar contra a memória mitificada de João Pessoa. Outro fator que pesava em favor do pessoísmo, na Assembléia Legislativa, se revela no apoio dado pelos deputados Walfredistas. Segundo Lewin (1993, p. 277), o padre Walfredo Leal, inimigo de Epitácio em 1915, reata relações em 1922, muito embora não se diga epitacista antes de 1927. De acordo com Jóffily (1979, p. 299) “*Os poucos parlamentares, sob a liderança de Neiva de Figueiredo, que insistiam em conservar a denominação tradicional eram vaiados e até agredidos. Um deles, mais intolerante, recebeu em pleno rosto um objeto qualquer arremessado da assistência. Estabelecido o tumulto, o presidente ameaçou evacuar as galerias. Foi estrondosamente apupado. Impotente e*

(1978, p.336) “*apenas dois ou três deputados afinavam com o pensamento isolado do governo*”. É tanto que o projeto foi aprovado por unanimidade. Portanto, manter a população nas ruas tinha um objetivo muito maior, a tomada do poder, e longe da espontaneidade da população, tudo era programado e ritualizado por homens do governo, mas sem a participação do governador (na época, presidente de estado).

No decorrer da sessão, o deputado Argemiro de Figueiredo requereu ao presidente da Casa que a mesma fosse suspensa para que os parlamentares tomassem conhecimento de uma manifestação do povo da capital. Será que já não sabiam anteriormente de tal manifestação?

A memória oficial ia sendo elaborada com a participação popular, mas coordenada pelos membros “revolucionários” da Aliança Liberal. Tudo em forma de cerimonial, de ritual, como rezam as *tradições inventadas*, para citarmos mais uma vez Hobsbawm. No dia 4 daquele corrente mês, como em mais uma sessão legislativa, o deputado João Mauricio pede a palavra e requer a suspensão da mesma para a Assembléia participar do ato solene da sanção do projeto que muda o nome da capital. Durante a solenidade, coube ao deputado Lima Mindêllo fazer o discurso de saudação ao novo topônimo, seguido do ritual da sanção, o qual foi realizado com uma caneta de ouro cuja aquisição foi feita mediante “subscrição popular” realizada pela comissão de mulheres.

Após o ato, a senhora Olívia Athayde discursou em nome da comissão. Dirigindo-se ao presidente Álvaro de Carvalho, solicitou apoio ao projeto da bandeira rubro-negra.

O chefe do Executivo estadual estava ladeado pelo Secretário de Segurança Pública, José Américo de Almeida, o Secretário da Fazenda Flodoardo Lima da Silveira e pelos deputados Velloso Borges, Lima Mindêllo e Guedes Pereira. Esse bloco não era homogêneo e nele existia um conflito que podemos dimensionar na dicotomia - tradição antiga *versus* tradição nova, ou melhor, “ordem, pacificação” *versus* “agitação, revolução”. O discurso de Álvaro de Carvalho, naquele momento, reflete a postura de epitacistas antigos, aqueles que “preferiam dez vezes Júlio Prestes a uma Revolução”. Falou do “amor às tradições” e disse que “sacrificava o seu

derrotado, desistiu da medida regimental. A balbúrdia redobrou. Senhoras e até crianças invadiam freneticamente o recinto”.

ponto de vista pessoal em favor da vontade de seus concidadãos” (Jornal A União, 5 set. 1930).

Mesmo com a ressalva de Álvaro de Carvalho, o projeto nº 4 se transformou em Lei nº 700 e, mais do que simplesmente uma homenagem a João Pessoa, o que ocorreu naquele momento, foi uma vitória da ala “revolucionária” da Aliança Liberal, chefiada por José Américo, que assumirá o governo da Paraíba após a tomada do Quartel do 22º BC.

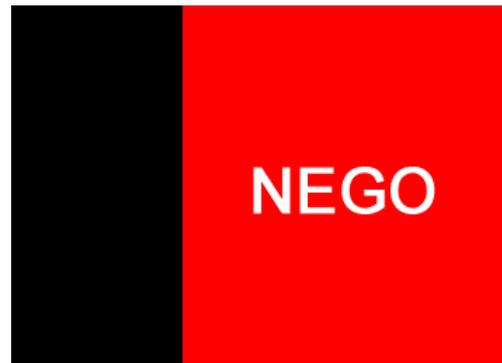
2.3 A MEMÓRIA PELOS OLHOS: UMA BANDEIRA RUBRO-NEGRA OU VERDE-BRANCA?

Figura nº 1



Primeira Bandeira da Paraíba

Figura nº 2



Atual Bandeira da Paraíba

Antes de analisarmos os conflitos de memória em torno do processo de institucionalização da atual bandeira paraibana, faz-se mister refletirmos um pouco sobre as fontes históricas imagéticas. Tal reflexão não poderia jamais ser iniciada sem falarmos da Escola dos *Annales*. Com ela, nasce uma nova concepção de *documento histórico*, muito mais abrangente e muito menos hierarquizada. Diferentemente dos historiadores metódicos, que davam importância fundamental aos documentos escritos e oficiais, os fundadores dos *Annales* consideravam que todas as pistas deixadas pelos homens, no tempo, deveriam ser levadas em consideração para as pesquisas históricas. Dentre elas, as imagéticas, já sinalizadas por Marc Bloch e Fernand Braudel.

Não obstante tenham sido destacadas pela primeira e a segunda geração dos *Annales*, as fontes imagéticas se tornam relevantes a partir dos anos de 1960, com o auge dos estudos culturais. Conforme assinala Maria Eliza Linhares Borges (2003), as imagens não são o espelho do real, mas uma representação do mesmo. Elas, como qualquer documento, estão cheias de intencionalidades e deverão ser problematizadas a partir do método da contextualização. Para a citada historiadora:

É mediante a análise dos processos simbólicos que se percebe como se criam os laços de pertencimento entre os membros de uma mesma sociedade, como e porque a memória coletiva pode unir e separar indivíduos de uma mesma sociedade ou grupo social, como e porque o imaginário social reforça certas visões de mundo mesmo quando as condições materiais para que elas existam já tenham desaparecidas. (BORGES, 2003, p.79).

Partindo dessas considerações, buscamos entender o processo de elaboração de uma nova bandeira para representar a Paraíba, a partir de 1930, bem como os embates políticos, a polissemia da imagem e o poder simbólico que ela exerceu naquele contexto histórico.

Os símbolos nacionais ou estaduais têm um poder preponderante diante da sociedade. De uso obrigatório, são encontrados, cotidianamente, em cerimônias diversas, na frente e no interior das repartições públicas, nos veículos oficiais, nas fardas de estudantes e policiais, nas contra-capas dos livros didáticos, etc, sempre cultuados numa relação quase sagrada.

Para Hobsbawm (1984, p. 13), não devemos pensar que as tradições ligadas às chamadas sociedades tradicionais se tornaram rapidamente obsoletas e que as novas tradições surgiram por causa da inutilidade das velhas. Houve adaptação, quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas, ou usar velhas formas para novos fins.

Foi o que ocorreu quando da instituição da atual bandeira nacional brasileira. Os republicanos se dividiam do ponto de vista ideológico e isso se evidenciava nas disputas simbólicas, seja em torno do “herói”, do mito de origem ou dos símbolos nacionais. Conforme estudou José Murilo de Carvalho em *A Formação das Almas* (1990, p.113), a atual bandeira brasileira é uma vitória dos republicanos positivistas, cuja temporalidade evolucionista se encontra simbolizada na sua composição. O

passado da bandeira imperial é mantido em parte, no quadrilátero verde e no losango amarelo, representações da nossa natureza e das nossas riquezas. A cruz da bandeira imperial também se manteve na nova bandeira, no desenho das estrelas da Ordem do Cruzeiro do Sul. Destarte, o passado da monarquia e da Igreja católica, para os positivistas comteanos, era algo superado, mas não desconsiderado como fase no processo da construção do futuro. Por falar em futuro, este era representado na esfera azul na qual se encontra a legenda “Ordem e Progresso”, como um novo estágio que viria pela frente com a proclamação da República brasileira, de acordo com a concepção de estádios da sociedade, formulada por Comte. Em suma: foram mantidos elementos de tradições antigas e inventados outros, a exemplo da esfera da Federação e do lema positivista, em lugar da coroa dos Bragança.

No caso da atual bandeira da Paraíba, a luta se dá em vários campos, o desenrolar do processo é acompanhado por discursos antagônicos postos a partir de conceitos como o *antigo* e o *novo*.

O primeiro campo de luta simbólica que mencionamos, é constituído por sujeitos ligados aos grupos perrepistas e liberais. Como já fizemos notar em momento anterior, as imagens são polissêmicas e suas representações variam a partir do lugar de quem as está lendo. Sendo assim, os primeiros, em nome da “tradição”, atacam com veemência a Bandeira do Nego (Figura nº 2), conforme podemos deduzir do depoimento de Manoel Dantas Vilar Filho:

Resultou pra nós a substituição da bandeira da Paraíba que heraldicamente era muito bem feita, por uma que tem uma mensagem negativa e uma inverdade, diferentemente de D. Pedro II (sic) que disse diga ao povo que eu fico ele nunca pronunciou a palavra NEGÓ tá certo? E virou símbolo do povo da Paraíba. É ruim isso, né? Símbolo falso, né? (Entrevista realizada em 11 maio. 2006).

Os perrepistas construíram uma representação de inverdade e negatividade em relação a esse símbolo, sobretudo, relacionada à legenda inscrita na nova bandeira paraibana. Para eles, “NEGO” é uma expressão que traduz sempre uma mensagem negativa, como também constitui uma inverdade, já que, no telegrama com que o presidente João Pessoa rompeu com Washington Luis, não consta esta palavra. Aguiar (2000, p. 118/119) critica, veementemente, esse discurso perrepista e assegura que o ex-presidente João Pessoa pronunciou a expressão “NEGO” em uma conferência

realizada no Recife, em 20 de outubro de 1929, a convite do Partido Democrático de Pernambuco. O historiador do IHGP cita o trecho da conferência, na qual João Pessoa proferiu o famoso “nego apoio”.

A “tradição” que os perrepistas utilizam para se contraporem a uma nova bandeira, é justamente a antiga, aquela da Primeira República, que Vilar considera “*heraldicamente muito bem feita*” (Figura nº 1). Mas entendemos que as razões eram muito mais de cunho político-partidário. Correligionários de Washington Luís, os perrepistas não aceitariam jamais uma bandeira rubro-negra que representava a “revolução” e lembrava João Pessoa, conforme explicitaremos mais à frente.

Ainda em nome da “tradição”, a memória subterrânea perrepista, utilizando-se da linguagem cordelista, ressalta, hoje, a permanência da refutação dos símbolos oficiais da “Revolução de 1930”, como podemos ver a seguir:

Virou uma ditadura
A revolução decantada,
Mudaram nossa bandeira
Nossa história mutilada,
Paraíba a Capital
Pra João Pessoa mudada.

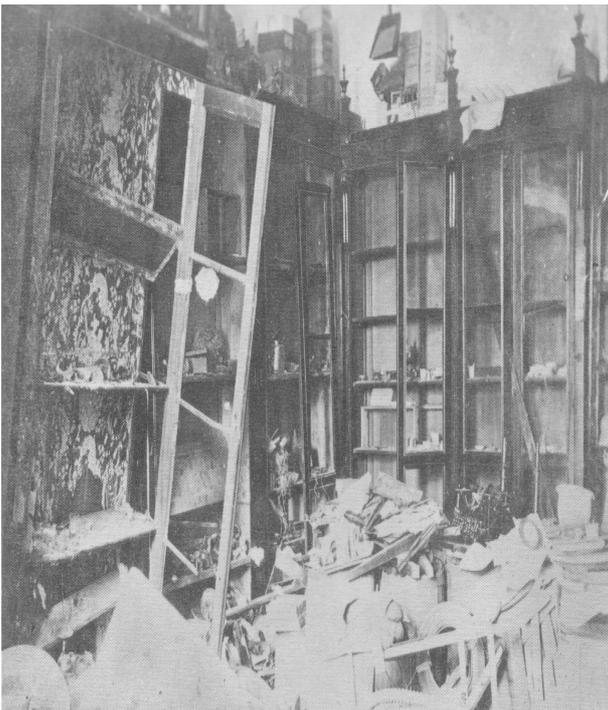
Ao nome tradicional
É preciso retornar,
Devolver nossa bandeira
E também rebatizar
O topônimo Paraíba
A capital resgatar.
(DANTAS, p. 16)

Entretanto, nesse duelo, os liberais não tiveram seu projeto ameaçado, pelo menos naquele contexto, uma vez que os perrepistas não tinham mais condições, nem poder, de barrar a constituição desse *lugar de memória*. Estavam eles perseguidos e/ou refugiados. Conforme assinala Gurjão:

O assassinato de João Pessoa forneceu o clima necessário para a retomada das articulações, dando impulso à conspiração pela tomada do poder e repercutindo em todo o país. Na Paraíba, a revolta enveredou para o delírio coletivo. A palavra de ordem passou a ser **vingança contra os perrepistas partidários da situação dominante**, seguidores do P.R.P a quem não poupavam, enquanto João Pessoa tido como mártir era cultuado como verdadeiro Deus. (1994, p.85, grifos nossos).

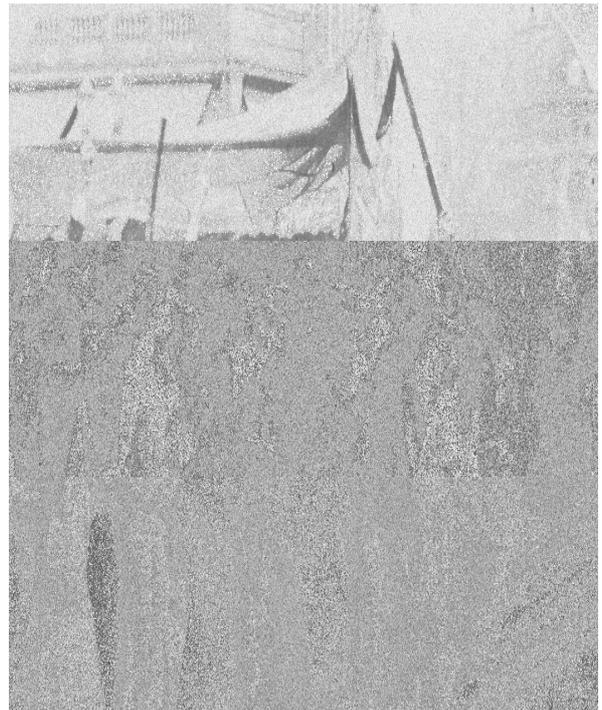
Dentre os principais líderes perrepistas, João Dantas e seu cunhado Augusto Moreira Caldas estavam presos na Casa de Detenção do Recife, onde morreram (suicídio, conforme a visão oficial; “suicidados”, conforme suscitam muitas questões do episódio); José Pereira, após a intervenção federal em Princesa, refugiou-se, escondendo-se no interior de Pernambuco; João Suassuna encontrava-se no Rio de Janeiro, onde ocupava mandato de deputado federal e também acabou assassinado; e João Pessoa de Queiroz exilou-se em Paris; José Gaudêncio e Heráclito Cavalcante, em Portugal e Acácio Figueiredo, na Bolívia. (SYLVESTRE, 1993, p. 137). Na capital e no interior, os destacados chefes perrepistas eram perseguidos, caçados com sede de vingança, enquanto estabelecimentos comerciais que os apoiavam, eram destruídos.

Fotografia nº 3 - Incêndio da Casa Mesquita



JÓFFILY, 1979, p. 309

Fotografia nº 4 - O povo em armas



JÓFFILY, 1979, 312.

As fotografias acima nos permitem apreendermos as manifestações de revolta dos liberais contra os perrepistas, após o assassinato de João Pessoa. Além dos chefes perrepistas, também eram atacadas suas casas comerciais, a exemplo da Casa

Mesquita (Fotografia nº 5) e da Casa Vergara, em Campina Grande, de propriedade de Dr José Agra.

Por razões de tempo e de indisponibilidade de fontes, não tivemos como apurar as intenções dos fotógrafos e seu *lugar social*. Seria interessante os focalizarmos em torno das intencionalidades dessas imagens, uma vez que elas, certamente, foram produzidas em um contexto histórico e podem falar sobre ele. Arriscaríamos navegar pela imaginação histórica. Provavelmente, estiveram, de alguma forma, ligadas aos interesses da Aliança Liberal, mas só uma pesquisa aprofundada poderia buscar responder a questão. No livro de Jóffily, no qual fomos buscá-las, não aparece a fonte a quem pertenciam essas fotografias. Seria de seu próprio arquivo?

No acróstico que vemos a seguir, podemos acrescentar, aos citados chefes políticos perrepistas paraibanos, os presidentes dos estados de Pernambuco, Estácio Coimbra, e Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine; o presidente da República, Washington Luís; o segundo vice-presidente de João Pessoa, Júlio Lyra; o senador e juiz José Gaudêncio, e o desembargador e chefe da oposição a João Pessoa, Heráclito Cavalcanti.

Estácio Coim**B**ra
 Juvenal**L**Amartine
 Washi**N**gton Luis
 João**D**antas
 Jú**l**io Lyra
 José Gau**D**êncio
 Heráclit**O** Cavalcante
 João **S**uassuna

("Uma liberal de coração, Maria das Neves Athayde, Parahyba, 29 de agosto de 1930" - *Jornal Correio da Manhã*, 2 set. 1930).

Na Assembléia Legislativa, a maioria dos deputados do grupo perrepista não comparecia às sessões, daí não haver possibilidade de derrota dos projetos que instauravam a memória de João Pessoa. A luta ficaria mesmo no plano simbólico, com

eles rejeitando, até hoje, a atual bandeira ou o nome da capital, e propondo retornar à “tradição” antiga.

O segundo campo de luta se efetivou no interior da própria Aliança Liberal. Como já vimos chamando atenção, a Aliança resulta da junção de forças sociais e ideologias diferenciadas e isso fica bem visível no caso da criação da bandeira rubro-negra. Nesse embate, a ala “revolucionária” da Aliança Liberal teria dificuldades maiores do que mesmo na batalha travada com os perrepistas paraibanos, impotentes politicamente após a morte de João Pessoa. O duelo é fortemente travado com a ala “não revolucionária”, representada pelo sucessor de João Pessoa e por alguns poucos deputados que o acompanhavam.

Mais uma vez, o conceito de “tradição” será enormemente utilizado, agora por liberais, que discordavam da “revolução” e da nova bandeira. A bandeira que eles defendiam, era a mesma que os perrepistas, a verde-branca, criada pela lei nº 266, de 21/09/1907, sancionada pelo, então, vice-presidente Walfredo Leal.²⁸

Ela simbolizava a “antiga Paraíba”, contendo a inscrição “5 de Agosto de 1585”, em alusão à conquista da Paraíba pelos portugueses, fato fundante do “povo paraibano”. As razões pelas quais essa ala liberal a defendia, não eram as mesmas dos perrepistas, muito embora ambos os grupos não fossem adeptos da “revolução”.

O Jornal *A União*, mais uma vez, tenta incutir a idéia de que o projeto emerge no “meio do povo”, sobretudo das mulheres paraibanas, como ocorrera com o do nome da capital. O projeto de Lei nº 06 foi impetrado na Ordem do Dia da sessão legislativa de 9 de setembro de 1930, por intermédio do deputado Generino Maciel.²⁹ Porém, antes de oficializada, a bandeira do “NEGO” já havia tremulado no alto do Liceu Paraibano, no dia 29 de julho de 1930, três dias após a morte de João Pessoa. A mesma flâmula

²⁸ A Bandeira paraibana da Primeira República foi extinta em 1922, acompanhando um movimento organizado no estado do Paraná, no qual se procurava extinguir os símbolos estaduais, para evitar movimentos separatistas. O deputado Generino Maciel afirma, em discurso legislativo, para defender a nova bandeira paraibana, que não é a bandeira e o hino do estado que perturbavam os laços da federação, e sim, as injustiças contra a autonomia estadual, num regime em que dois estados tripudiam sobre os outros. (Ata da sessão legislativa, 09 set. 1930).

²⁹ Generino Maciel nasceu em Campina Grande em 14 de fevereiro de 1884 e faleceu em 07 de fevereiro de 1942, em Belém, no Pará. Celebrizou-se como advogado. Por diversas vezes, foi deputado estadual. Cursou Direito na Faculdade de Belém, se formando, e, posteriormente, se tornando professor daquela instituição. Depois veio a Campina Grande assumindo o cargo de redator-chefe do *Correio da Paraíba* durante muitos anos. Hoje é nome de rua no bairro do Quarenta, em Campina Grande. (Ver Memorial Urbano de Campina Grande, 1996, p. 111).

também estivera cobrindo a tribuna do orador, em sessão solene do IHGP, realizada em 05 de agosto seguinte, em homenagem à memória de João Pessoa. No entanto, pelo descrito na ata daquela sessão:

(...) esteve cobrindo a tribuna do orador uma vistosa **bandeira encarnada**, medindo um metro por dois de comprimento, e tendo em letras brancas a palavra “Nego”, comemorativa do gesto magnífico do Presidente João Pessoa e que fora presenteada ao Instituto pelo Dr. José de Ávila Lins, prefeito da Capital, acrescentando que a mesma estivera hasteada na torre do Liceu durante o dia 29 de julho em que fora comemorado o feito. (Livro de Atas do IHGP, 1929-1932, grifos nossos).

Um detalhe curioso nos chama a atenção. O documento não fala da parte negra da bandeira, se reportando apenas ao encarnado e ao “NEGO”. É que existiam vários formatos para a nova bandeira, já que ainda não havia sido oficializada nesse momento.

Fotografia nº 5 - Manifestação pela Bandeira do Nêgo



Fonte: JÓFFILY, 1979, p. 250.

Nessa imagem, por exemplo, vemos um formato diferente da atual bandeira. Ela traz listas verdes e amarelas, somando-se ao vermelho e ao “NÉGO”. Essa cena ocorreu no Rio de Janeiro, quando esse grupo de liberais comemorava, ostentando a Bandeira do Nego, a deposição e a prisão de Washington Luis, em 24 de outubro de 1930.

Antes da morte de João Pessoa, a Paraíba preparava a festa do Négo, a ser comemorada em 29 de julho de 1930. Três dias antes, como é notório, fora morto o presidente do estado. É quando aparece a idéia do preto na bandeira, pois, até então, tinham sido confeccionadas quinze mil bandeirolas vermelhas, com a inscrição “NEGO”, para a referida festa. O vermelho, até aquele momento, representava a cor da Aliança Liberal. Com a morte do presidente paraibano, passou a representar o sangue derramado por João Pessoa na confeitaria Glória. Destarte, o que era para ser festa do Négo, acabou transformando-se em luto, aparecendo, assim, a idéia do preto da bandeira paraibana (Jornal *A União*, 27 jul.1930).

Os discursos pronunciados na Assembléia Legislativa, na sessão de 3 de setembro, acentuam as divergências em torno da criação da bandeira paraibana. Os deputados Generino Maciel e Manoel Velloso Borges³⁰ protagonizaram arrazoados a favor e contra a nova bandeira, respectivamente.

O primeiro, ao defender o projeto de lei, é aparteado pelo segundo da seguinte forma:

Mas nossa bandeira já está ahi, voltou santificada de sua viagem á capital federal, aonde foi com o corpo do nosso inesquecível presidente. (Ata da sessão legislativa, 3 set.1930).

Generino responde no seguinte teor:

Esta, a bandeira verde-branca, é o pretérito. Nela palpita a poesia da saudade. Guardemol-a, reverentes, num templo: o Instituto Histórico. A porque me bato é a outra... A que ainda não existe oficialmente; mas **já perpetuada se encontra, por selecção lógica da alma**

³⁰ Velloso Borges era deputado estadual epitaquista, porém, discordava do movimento armado tramado por uma corrente da Aliança Liberal.

popular, no binômio de nossa revolta e de nossa dor! É a bandeira rubro-negra. (Ata da sessão legislativa, 3 set.1930, grifos nossos).

Nesse ponto, algumas considerações são pertinentes. Em primeiro lugar, há a ressaltar um ponto de convergência entre as duas alas dos liberais: o mito João Pessoa. A ala “não revolucionária” usara, como justificativa para defender a “tradição” antiga, o fato da bandeira verde-branca ter sido utilizada para cobrir o caixão que conduziu o corpo do ex-presidente à capital federal, bem como o fato de alguns de seus membros terem ouvido de João Pessoa, antes da viagem a Recife, o desejo de retomar aquele símbolo. Enquanto isso, a ala “revolucionária” justificava a *invenção da tradição*, também cultuando João Pessoa. Para ela, era a bandeira do luto, da dor e do gesto do ex-presidente. Osias Gomes, em artigo para o Jornal *A União*, defende uma nova bandeira para a Paraíba e explica a simbologia das cores rubro-negra:

Quanto às cores, estas estavam já tingindo o coração da brava gente parahybana e são o rubro-negro. O rubro symbolizando o sangue derramado do **grande mártir da República**, o negro symbolizando o luto que entenebrece todas as almas parahybanas (Jornal *A União*, 4 set. 1930, grifos nossos).

O embate do *antigo* e do *novo* seria travado pelos discursos o tempo todo. Nesse jogo simbólico, o antigo representa a “ordem”, a pacificação do estado; o novo significa a “revolução”, a tomada do poder pelas armas, já que não fora possível pelo voto. Para tanto, vejamos mais trechos de discursos legislativos:

Mas... e a outra, a de nossa tradição, simples porém significativa, que talvez reflecte paz e concórdia?! (Um deputado, Ata da sessão legislativa, 03 set.1930).

Esse aparte é assim respondido pelo deputado Generino Maciel:

Essa é pretérito. E a outra, a de que me faço prosélito é um vôo para o futuro nesta alvorada que antes sonhamos, dentro da actualidade sombria em que ora vivemos, e a que chegaremos talvez com a eloquência da revolução (Ata da sessão legislativa, 3 set.1930).

E para defender a agitação e o movimento armado, contra a pacificação desejada pelo grupo de Álvaro de Carvalho e Velloso Borges, assim se expressou Generino, atacando a antiga bandeira:

O verde é o sonho de paz, dessa paz que a truculência do poder central aniquilou na Parahyba e quiçá no país inteiro; o branco seria a tranqüilidade, a harmonia ou a concórdia, que a politicagem egoísta dos gozadores da vida reduziu a cinzas, a zero, a nada!...Eternizemos em nossa bandeira as cores fortes que nos agitam o espírito (Ata da sessão legislativa, 03 set. 1930).

O deputado Generino, na defesa do projeto da nova bandeira, fazia questão de notar que a bandeira rubro-negra representava a “revolução”. A outra ala buscava no próprio João Pessoa os argumentos de refutação, afirmando que o ex-presidente jamais fora “revolucionário”. Assinala Velloso Borges que:

João Pessoa, magistrado impolluto, homem recto e justo, nunca foi revolucionário. Posso afirmá-lo. (Ata da sessão legislativa, 3 set. 1930).

Generino responde dizendo que João Pessoa fora “revolucionário” nos gestos, nos atos e nas práticas políticas de seu governo. O deputado Lima Mindello ironiza:

Oh!...Revolucionário João Pessoa! Ele sempre foi contra a Revolução. Esta, a verdade. E eu só fui revolucionário uma vez, mas me arrependi (risos no recinto). (Ata da sessão legislativa, 3 set. 1930).

Como podemos concluir de trechos dos citados discursos, a grande luta desenrolada no campo da simbologia, sobretudo em torno da bandeira da Paraíba, onde os conflitos foram mais evidentes, era expressão das contradições ideológicas da Aliança Liberal. Fragmentada em idéias e heterogênea na sua composição, a Aliança resultaria em um racha que podemos verificar após o movimento de outubro, com a formação de dois partidos políticos e a substituição do epitacismo pelo americismo no comando do estado.

Antes do assalto ao 22º BC e da vitória da ala “revolucionária” da Aliança Liberal, ocorrera a vitória do mesmo bloco pela instituição da bandeira rubro-negra. Vitória

simbólica seguida de vitória militar. Aqui, cabe-nos uma problematização: como se deu o desfecho final da disputa entre os defensores da antiga e da nova bandeira?

O deputado Generino Maciel apresentou o projeto nº 06, que criava a nova Bandeira da Paraíba, na sessão do dia 9 de setembro, seis dias depois de intenso debate na Assembléia. A julgar pelo projeto original da nova bandeira paraibana, havia uma tentativa de conciliar elementos da tradição de um passado mais remoto com a *tradição inventada* a partir da morte de João Pessoa. Senão, vejamos o teor do documento:

Projeto Nº 6 - A Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba decreta: Art. 1º - Terá o Estado sua bandeira própria seu uso será regulado por decreto do poder executivo. Art. 2º - A bandeira será rubro-negra, cores que se disporão em faixas paralelas de igual largura entre si, em plano horizontal e na proporção de um decímetro para dentro. Art. 3º - No alto da bandeira respectivo lado esquerdo haverá um paralelogramo inscrever-se-á um círculo azul, com a legenda em letras negras "5 de agosto de 1585", cercadas de tantas e tantas estrelas quantos forem os municípios do Estado e contornando a periphéria por uma fita branca na proporção de um milímetro para metro. Imediatamente abaixo do paralelogramo também em fundo rubro figurará na proporção alludida a palavra Nego seguida da inscrição "29 de julho de 1929". § Único - estrelas e letras desta data bem como a palavra Nego, serão brancas. Art. 4º - Restaurar-se-á para todos os fins oficiais o himno do Estado; e, para todos os efeitos respectivos continuarão vigorando as armas e o escudo da Parahyba. Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário. SS em 09 de setembro de 1930. (a) Generino Maciel.

No entanto, três dias depois, o mesmo parlamentar apresentou emendas que suprimiam a alusão ao mito de origem do "povo paraibano", para criar um símbolo muito mais ligado à invenção de nova tradição. Eis as emendas:

Emenda nº 1- Em vez de como está diga-se: Art 2º- A bandeira terá dois terços em côr rubro e um em côr negra, ficando esta do lado do mastro. & Único- Na parte rubra figurará a palavra "Nego", inscripto em caracteres brancos, na proporção de um vigéssimo para o todo. SS em 12 de setembro de 1930 (a) Generino Maciel, José Targino, José Queiroga.

Emenda nº 2- suprima-se o Art. 3º e seu paragrapho. SS em 12 de setembro de 1930. (a) Generino Maciel, José Targino, José Queiroga.³¹

³¹ José Queiroga era epitacista da ala de Suassuna, e chefe político do município sertanejo de Pombal. Porém, não rompeu com João Pessoa para seguir o perrepismo; nas eleições de março de 1930, apoiou a Aliança Liberal. É tanto que, em 12 de setembro daquele ano, subscrevia os projetos de emendas da bandeira paraibana, apesar de não ser dos fiéis correligionários dos Pessoa, mas dos Suassuna. Em 27 de setembro seguinte, o jornal *Correio da Manhã* noticia a ausência freqüente do, então, deputado estadual, nas sessões legislativas, objetivando a falta de quorum quando da aprovação da reforma da Constituição do estado. O mesmo jornal divulgou, em nota do dia 21 de outubro de 1930, o afastamento de José Queiroga do comando municipal da prefeitura de Pombal.

Nesse ponto, reside uma indagação. Que razões tivera o deputado Generino Maciel para, em três dias, mudar de idéia com relação ao projeto da nova bandeira paraibana?

O certo é que, com as emendas, o parlamentar da ala radical da Aliança Liberal dava uma cartada final nos planos “revolucionários”. E como ele mesmo dizia, a bandeira antiga era o passado enquanto a bandeira nova era o futuro. O passado precisava ser riscado do mapa, representava o “perrepismo” no poder, ao passo que o futuro deveria ser construído o mais breve possível, era a “revolução” e os “liberais” no poder. Dessa forma, a inscrição “5 de outubro de 1585” foi suprimida do projeto da nova bandeira para sobreviver, através do Nêgo, apenas o “29 de julho de 1929”, dando mais vivacidade aos novos tempos, construindo um novo fato fundante para a História da Paraíba.

Aprovado na Assembléia Legislativa, o referido projeto foi à sanção presidencial. E foi vetado pelo presidente Álvaro de Carvalho. Eis as alegações para o ato:

Usando das atribuições que me confere o art. 2º da Constituição do Estado e, considerando que o projeto nº 6 é, em suas linhas gerais, como nas minúcias da sua organização, uma simples criação de partido; considerando que a bandeira de qualquer Estado é, antes de tudo, um symbolo da vida normal, uma syntese ideal das aspirações colletivas ou a ambiência em que envolve a alma do povo que a elege; considerando que a **phrase inscripta na bandeira que elle crêa não é histórica nem figura no telegramma em que o presidente João Pessoa nega apoio á candidatura Júlio Prestes**; considerando que – nego- desacompanhado de qualquer explicação é, por si só incomprehensivel, e encerra um grito de puro negativismo, resolvo vetar este projecto, devolvendo-o á Assembléia para que se cumpram os dispositivos constitucionaes que regem o caso. João Pessoa, 23 de setembro de 1930. (ASS.) ÁLVARO PEREIRA DE CARVALHO. (Jornal *A União*, 25 set. 1930, grifos nossos).

Pelo exposto, conclui-se que Álvaro de Carvalho acusa o projeto de partidário, partindo da ótica de que os símbolos oficiais devem ser representações coletivas e não de um grupo político. Talvez o discurso perrepista de negatividade e inverdade, na leitura da Bandeira do Nêgo, tenha sido fundamentado nessas alegações contidas no veto ao projeto.

As razões do veto caracterizam bem o governo moderado do sucessor de João Pessoa. Ele não era um “revolucionário”, fazia parte do grupo dos epitacistas mais

antigos e, após a morte de João Pessoa, trabalhou pela “ordem” e a pacificação do estado, sendo, assim, acusado pela ala “revolucionária”, de “traidor”, por manter entendimentos com o Governo Federal. A propósito, vejamos o que diz um de seus auxiliares, um dos que, ao lado de José Américo, preparou a “revolução”:

Aprovado unanimemente depois de sofrer modificações. A repercussão desse gesto traduziu-se nas **manifestações espontâneas e exaltadas ocorridas em todo estado. O sr. Álvaro de Carvalho insurgiu-se contra a vontade coletiva.** Vetou o projeto nº 6. Foi inábil, pois, nas razões expendidas, demonstrou uma intransigência reacionária, que ainda mais deixou no povo a convicção de que ia bem adiantado o flirt do governo com o Catete (VIDAL, 1978, p339, grifos nossos).

O veto foi rejeitado pela Assembléia Legislativa, em sessão do dia 25 de setembro de 1930, e promulgada a lei nº 704 no dia seguinte, por unanimidade dos parlamentares presentes, sendo assinada pelo Presidente da casa, Antonio Galdino Guedes.³²

Ao término da sessão, a comissão de mulheres ofereceu uma bandeira à Assembléia Legislativa, seguida de discurso de Celina Rosas Rabello. Prosseguindo com o ritual, as senhoras envolveram uma bandeira em torno do presidente da Assembléia e iniciaram uma marcha cívica pelas ruas da cidade. Da Assembléia, o movimento tomou a direção da Praça Pedro Américo, formando um cortejo pelas ruas Barão do Triunfo e Maciel Pinheiro. Na Cidade Baixa falou, da Associação Comercial, o cônego Mathias Freire. Voltando, a marcha percorreu as ruas do Triunfo, Beaurepaire Rohan, rua da República e Praça Venâncio Neiva. Nesta, discursaram os senhores

³² Antonio Galdino Guedes nasceu no dia 11 de junho de 1888, na povoação de Cachoeira, município de Guarabira. Fez o curso primário em Guarabira e o secundário, no Colégio Diocesano e Liceu Paraibano, concluindo-o em 1905. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, época em que exerceu a função de secretário do Conselho Municipal de Guarabira e depois, secretário da Prefeitura Municipal. Seu primeiro cargo estadual foi o de delegado de polícia, em Guarabira, em 1915, sendo, em seguida, designado promotor público naquela comarca. Em 1921, foi nomeado promotor público na comarca da capital, cargo exercido até 1923, quando assumiu a Prefeitura Municipal de Guarabira. Eleito deputado estadual, exerceu, respectivamente, as funções de 1º secretário, líder da maioria e presidente da Assembléia Legislativa. É um dos “amigos de 1915” do epitacismo: quando houve o rompimento entre Eptácio Pessoa e Walfredo Leal, ele tomou posição ao lado do primeiro. Em 1930, tomou parte ativa no movimento ao lado de João Pessoa e estava na chapa para deputado federal da Aliança Liberal Paraibana, depurada pelo Congresso Nacional. Em 1931, foi nomeado juiz federal da secção da Paraíba, cargo que exerceu até 1937, quanto a Constituição, então outorgada, suprimiu a Justiça Federal, ficando o mesmo em disponibilidade. No governo Argemiro de Figueiredo (1935-1940), ocupou os cargos de diretor do Departamento de Educação, secretário da fazenda e secretário do Interior. Assumiu, interinamente, o governo do estado da Paraíba, entre a exoneração do interventor Argemiro de Figueiredo e a posse de Ruy Carneiro. Em 1941, passou a exercer o cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Trabalho da 5ª Região (Bahia e Sergipe) onde permaneceu por dez anos, até 1951, quando se aposentou. (AQUINO, Aécio Villar de. Antonio Galdino Guedes: um jurista na Assembléia. IN: **História & Debate na Assembléia da Paraíba**. Vol.1. João Pessoa: A União, 1995, p.219-238).

José Alves de Melo e Luis Oliveira. Após essas falas, a passeata cortou a Praça “João Pessoa”, rumando à Duque de Caxias, onde se dissolveu. (Jornal *A União*, 26 set. 1930).

2.4 “ARQUIVO DE PEDRA: A MEMÓRIA LAPIDAR E MARMÓREA”

Erigir monumentos em prol de uma memória política não é prática apenas da modernidade. Os antigos também o faziam. Como assinala Le Goff, o aparecimento da escrita condicionou dois tipos de memória: a comemoração, na qual esta assume a forma de inscrição; e o documento escrito. As inscrições comemorativas fizeram parte do cotidiano dos povos da antiguidade: na Mesopotâmia, com as estelas e os obeliscos; no Egito, com as estelas funerárias, reais, jurídicas e sacerdotais.

Entretanto, foram os gregos e romanos que mais se destacaram na construção de inscrições comemorativas. Ainda conforme Le Goff:

Nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades, ao longo das estradas até ‘o mais profundo da montanha, na grande solidão’, as inscrições acumulavam-se e obrigavam o mundo greco-romano a um esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança. A pedra e o mármore serviam, na maioria das vezes, de suporte a uma sobrecarga de memória. Os ‘arquivos de pedra’ acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea. (1992, p.432).

Memória urbana, memória real. Para Le Goff, (1992, p. 434), a memória que surge a partir do advento da escrita, está ligada ao comércio e ao urbano: *“asseguradora dos atos financeiros e religiosos, as dedicatórias, os calendários, as genealogias, tudo que a nova estrutura das cidades não é mais fixável na memória de modo completo, nem em cadeias de gestos ou produtos”*. O processo de memorização é sistematicamente organizado por e em torno do rei. Nesse particular, ele instituiu arquivos, bibliotecas, museus, etc.

Com o advento da modernidade, do final do século XVII até o final do XVIII, mais precisamente, a memória dos vivos se sobrepõe à memória dos mortos. A comemoração dos mortos entra em declínio; os túmulos, incluindo os de reis e rainhas,

tornam-se mais simples, as sepulturas são abandonadas à natureza e os cemitérios restam desertos e mal cuidados.

Com a Revolução Francesa, assiste-se a um retorno à memória dos mortos, quando, segundo Le Goff:

A grande época dos cemitérios começa, com novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e rito da visita ao cemitério. O túmulo separado da igreja voltou a ser centro de lembrança. O romantismo acentua a atração do cemitério ligado à memória (1992, p.462).

Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida à 1ª Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento. Em numerosos países, é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associado ao anonimato, proclamando, sobre um cadáver sem nome, a coesão da nação em torno da memória comum. O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica (LE GOFF, 1992, p. 465-466).

A idéia da construção de um monumento a João Pessoa é esboçada imediatamente após a sua morte. Antes mesmo de se cogitar a estatuomania pelas praças da Paraíba, a Assembléia Legislativa discutiu, votou e aprovou o projeto do deputado Generino Maciel, no qual se autorizava o governo paraibano a abrir crédito de cem contos de réis para a construção de um monumento no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, onde descansavam os restos mortais do ex-presidente.³³

³³ O projeto foi impetrado em sessão de 14 de agosto de 1930, quando foi aprovado o custeio, pelo governo paraibano, dos gastos com o funeral de João Pessoa e a construção do monumento no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, no túmulo destinado também à esposa e filhos do ex-presidente. Em 26 de julho de 1998, o governador José Maranhão inaugurou o mausoléu ao lado do Palácio da Redenção, que abriga as cinzas do ex-presidente João Pessoa e de sua esposa Maria Luíza. (Fotografia nº 7). (AGUIAR, 2005, p. 256).

Fotografia nº 6 - Monumento no Cemitério S.J. Batista/RJ



Fonte: JÓFFILY, 1979, p. 336.

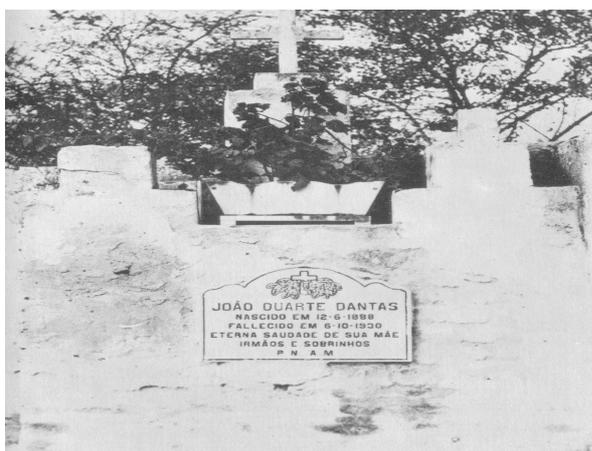
Fotografia nº 7 - Mausoléu de João Pessoa



Fonte: Arquivo do autor.

Essas duas imagens representam dois momentos: a primeira trata-se da construção do monumento a João Pessoa no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, onde fora sepultado, em 1930; a segunda, porém, remonta o final dos anos 1990, quando o, então, governador da Paraíba, José Maranhão providenciou o traslado dos restos mortais do ex-presidente para descansar em um mausoléu edificado entre o Palácio da Redenção e a atual Faculdade de Direito, na capital paraibana.

Fotografia nº 8 - Túmulo de João Dantas



Fonte: JÓFFILY, 1979, p. 337.

A fotografia acima é uma representação do túmulo de João Dantas, construído na Fazenda São Pedro das Lajes, no município pernambucano de São José do Egito. Ao

compararmos essa fotografia com as anteriores, percebemos que essa última não se constitui *lugar de memória*, pois, como define Nora (1993, p.27), é preciso que o mesmo atenda a três características para se constituir enquanto tal: material, funcional e simbólica. Para o historiador francês, mesmo um lugar como um arquivo, que em si já guarda memória, só é caracterizado como *lugar de memória* se a imaginação o investe de uma aura simbólica. É preciso ser objeto de ritual, de significação simbólica.

A par desse referencial, concordamos que ambos são túmulos, ambos têm uma placa com inscrição, mas a aura simbólica que reveste o de João Pessoa, não aparece no de João Dantas. Na sepultura de João Pessoa, no Rio de Janeiro, anualmente, no 26 de julho, Vargas e sua comitiva comemoravam o mito, conforme analisaremos no 4º capítulo. A sepultura de João Dantas, escondida em uma fazenda, parece ter ficado relegada, apenas, à memória de família.

Na Paraíba, porém, a idéia de um monumento a João Pessoa é legalizada mediante um projeto de lei do mesmo deputado, Maciel, como veremos a seguir:

Projeto nº 10 - "A Assembléia Legislativa da Parahyba decreta: Art.1º - Erigir-se-á nesta capital em ponto que a prefeitura designar uma estátua de tamanho natural ao extinto presidente João Pessoa. Art. 2º - Para a realização de alludido monumento, decretará o governo o necessário concurso na comunidade legal e designará uma comissão de quatro técnicos para dizer sobre as propostas dos concorrentes e fiscalizar os serviços de construcção. & Único- Dessa comissão será membro nato extra numerário o presidente com o voto de qualidade, o director das obras públicas. Art. 3º - Para a confecção da estátua, cuja inauguração o governo procurará levar a effeito dentro de 12 meses e se for possível no primeiro aniversário da morte do homenageado, abrir-se-á um crédito indispensável até a quantia de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis). Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário. SS em 17 de setembro de 1930. (a) Generino Maciel (Livro de Atas da Assembléia Legislativa da Paraíba, 1930).

A documentação, por nós utilizada, não trouxe grandes evidências quanto à realização do concurso. Apenas no Jornal *A União* encontramos referência a um outro projeto para a construção do monumento. Trata-se, porém, de um projeto apresentado pela Auler & Cia. Ltda. de Recife – PE, assinado pelo arquiteto e escritor Rudolf Wolff (Jornal *A União*, 26 jul. 1931).

Os monumentos erigidos nas praças da capital e de Campina Grande foram esculpidos por artistas profissionais contratados pelo estado, porém, pagos com

recursos oriundos de “subscrições” angariadas na comunidade. A partir do dia 3 de agosto de 1930, muito antes do projeto de lei tramitar no legislativo estadual, se iniciaram as doações que objetivavam a feitura das estátuas. O jornal estatal *A União*, na data citada anteriormente, divulga uma nota que vem, mais uma vez, tentar incutir a idéia da espontaneidade da população na constituição de *lugares de memória* do ex-presidente João Pessoa. A nota anuncia o início da “subscrição” para a “ereção” da estátua na praça da capital, e cita a comissão que estivera na redação do jornal empenhando suas quantias e solicitando que as contribuições fossem realizadas pelas colunas de *A União*. O mesmo sistema foi realizado em Campina Grande, onde foram colocados barris em vários pontos da cidade para que as pessoas pudessem contribuir. Senão vejamos:

A ereção de uma estátua do grande presidente João Pessoa. Uma iniciativa genuinamente popular.

O povo parahybano, querendo de maneira mais positiva render o seu culto de gratidão ao bravo presidente João Pessoa, vilmente assassinado pelo sicarismo político, acaba de iniciar uma subscrição para a ereção de uma estátua do grande vulto dasapparecido, que será collocada na “Praça João Pessoa”, desta capital.

Comunicando-nos esta justa delliberação, esteve hontem, à noite, no escriptório desta folha, uma comissão composta dos srs. Euclýdes de Medeiros Correia, Delmas Mendonça, Adhemar Lins da Costa, Sebastião Marques e Mário Lins, pedindo-nos para que essa subscrição fosse feita pelas columnas da “A União”. (Jornal *A União*, 3 ago.1930, p. 2)

Os resultados dessa campanha podem ser visto nos quadros V e VII, abaixo, tanto as contribuições para o monumento da capital, como as destinadas à construção de uma estátua em Campina Grande.

QUADRO V
DOAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO A JOÃO PESSOA NA CAPITAL

CONTRIBUINTE	VALOR (EM MIL RÉIS)
Euclýdes de Medeiros Correia	10\$000
Delmas Mendonça, por si e sua filhinha Ivonne	15\$000
Adhemar Lins da Costa	5\$000
Sebastião Marques	5\$000
Mário Lins	5\$000

João Baptista da Veiga Cabral e esposa	20\$000
José Brasil (Itabayana)	10\$000
Firmo Cardoso da Cunha	25\$000
Lycério de Almeida (C. Grande)	10\$000
João Bento de Lima (Moreno)	10\$000
Lauro A de C. Góes (por intermédio do "Diário da Manhã" de Recife)	10\$000
Virgílio Souza Barbosa	5\$000
Waldomiro Leite	5\$000
D. Júlia Reandulina das Dores	5\$000
Assuero Carvalho	10\$000
Luís Pergentino	5\$000
João Camello de Mello	10\$000
Um pahaybano ausente (Natal)	10\$000
Uma admiradora do inesquecível João Pessoa	10\$000
Senhorita Maria da Luz de Souza	5\$000
Subscrição levantada em Recife por um funcionário da Great Western e enviada por intermédio do cel. Antonio Espínola Pessoa	84\$000
D. Neves Silva (Areia)	5\$000
Proprietário do Café Rio Branco	10\$000
Andarilho Henrique Rubsoa	15\$000
José Araújo Japyassu (Alagoa do Monteiro)	10\$000
Antonio da Cunha Gouveia (Alagoa do Monteiro)	10\$000
Parahybano admirador do grande presidente	10\$000
Juarez Penteiro	5\$000
Nicolau Loureiro (Piancó)	10\$000
Uma humilde pernambucana por intermédio do "Jornal do Norte"	20\$000
Desidério Nunes de Moura, detento da cadeia pública	5\$000
Subscrição feita pelas senhoras piranhenses e entregue nesta redação pelo sr. José Bezerra e Silva, prefeito de São José de Piranhas.	207\$000
José Marcellino Martins, residente em Divinópolis (RN)	20\$000
João Gondim	20\$000

Fonte: Jornal *A União*, ago. a nov. 1930.

QUADRO VI

DOAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO A JOÃO PESSOA EM CAMPINA GRANDE

CONTRIBUINTE	VALOR (EM MIL RÉIS)
Prefeitura de Campina Grande	1.000\$000
Demósthene Barbosa	1.000\$000
Araújo Rique	1.000\$000
Marques de Almeida \$ Cia	1.000\$000
Lafayette Cavalcanti	500\$000
Oliveira Ferreira & Cia	500\$000
M. Barros & Cia	500\$000
José Cavalcanti de Arruda	200\$000
Dr. Elpídio de Almeida	200\$000
João Leôncio	200\$000

Ermírio Leite	200\$000
Viena Filho & Cia	200\$000
Francisco Maria	200\$000
Eugênio de Vasconcelos	100\$000
Santino Carvalho	50\$000
Madame V. Hugo	100\$000
Madame Arnaldo Maranhão	100\$000
Uma firma comercial	500\$000
Outra firma comercial	1.000\$000
Hygino de Farias Castro	100\$000
Otoni & Cia	100\$000
José Pedro da Silva	50\$000
Antonio Villarim	50\$000
J. Clemente Levy & Cia	100\$000
Madame Manuel Feliciano	50\$000
Tenente Alfredo Dantas	50\$000
Antonio Jovino	50\$000
Madame Alcides Remígio de Oliveira	50\$000
Um irmão	50\$000
J. Motta & irmãos	50\$000
Sabino Pinto	200\$000
Manuel Pinto	200\$000
José de Britto	500\$000
Um parahybano	30\$000
Eduardo Lobo	100\$000
Francisco Rosa de Farias	100\$000
José Aranha	300\$000
Cícero Diniz	20\$000
Terto Venâncio	50\$000
J. Oliveira & Cia	50\$000
Severino B. Araújo	20\$000
Uma sociedade local	200\$000
Antonio Barbosa	10\$000
José de Vasconcellos & Cia	500\$000
Pereira dos Santos	10\$000
Christino Pimentel	10\$000
Francisco Silveira da Costa	5\$000
Dr. Antonio Pereira de Almeida	100\$000
José Moraes da Silva	10\$000
Professor Clementino Procópio	20\$000
Hilário P. de Lyra	10\$000
Júlio & Nóbrega	40\$000
Antonio Medeiros	20\$000
José Geminiano Lima Barreto	50\$000
Bartholomeu Barboza	50\$000
Funcionários da Prefeitura	100\$000
Dr. Severino Cruz	50\$000
A C. de Britto e Lyra	20\$000
José Faustino Cavalcante	50\$000
João de Mattos	10\$000
José Ulysses de Lucena	10\$000
Dr. Archimedes Souto Maior	20\$000
Dr. Arlindo Correia	50\$000
Sebastião Alves	20\$000

Dr. Agripino Barros	10\$000
Martiniano Lins	20\$000
Antonio do Ó	10\$000
Cícero Gonçalves de Oliveira	20\$000
Zacharias do Ó	20\$000
Dr. Diógenes Miranda	50\$000
Dr. Abelardo Lobo	50\$000
José Ramos	30\$000
Raymundo Vianna	100\$000
Major Hugo Santa Cruz	50\$000
Cel. Boaventura de Souza Brasileiro	300\$000
José Themóteo	20\$000
Dr. Argemiro de Figueiredo	100\$000
Enéas Almeida	100\$000
Miguel Thimoto	20\$000
Ignácio Lins	20\$000
Aluizio Cartaxo Silva	20\$000
Tertuliano Marques de Almeida	1.000\$000
Lino Fernandes	100\$000
Josias Alexandre de Carvalho	10\$000
Francisco Cândido Falcão	20\$000
Ildefonso Ayres	10\$000
Antonio Pacheco de Oliveira	10\$000
Dr. Octávio Amorim	200\$000
Alexandre Dias de Carvalho	100\$000
José do Ó Primo	20\$000
João Moraes	10\$000
José Bitu de Araújo	20\$000

Fonte: Jornal *A União*, ago. 1930.

Antes, porém, de falarmos sobre a construção e inauguração do monumento a João Pessoa, na cidade de Campina Grande, faz-se mister uma contextualização da política local e seus liames com os planos estadual e federal.

Entre 1900 e 1908, com o Alvarismo³⁴ dominando o estado, os Agra/Porto/Sousa Campos/Figueiredo eram os grupos oligárquicos campinenses que davam sustentação ao governo e nele se apoiavam. A oposição municipal ficava a cabo dos Cavalcanti de Albuquerque/Lauritzen, que acompanhavam o Venancismo, oposição no estado.

Em 1908, alvaristas e venancistas se coligaram, trazendo os Cavalcanti de Albuquerque/ Lauritzen para a situação e empurrando os Agra/Porto/Sousa Campos/Figueiredo para a oposição. Em 1912, com a morte de Álvaro Machado, chefe

³⁴ O alvarismo corresponde ao período de comando do estado da Paraíba por Álvaro Machado, entre 1891 e 1912, quando faleceu.

maior da oligarquia paraibana, até então, sucede-o Walfredo Leal, iniciando o Walfredismo, ao lado de Epitácio Pessoa, até 1915. A partir desse ano, com o rompimento de ambos, o epitacismo passa a dominar a política paraibana até 1930. Em Campina Grande, os Cavalcanti de Albuquerque/Lauritzen, na situação desde 1908, são epitacistas históricos e apóiam a Aliança Liberal, ao passo que os Agra/Porto/Sousa Campos/Figueiredo, fazem parte das hostes do desembargador Heráclito Cavalcanti, opositor de João Pessoa. Apesar da família Figueiredo ser perrepista, Argemiro não acompanhou o pai, Salvino, e, ao lado de João da Mata e dr. Octacílio de Albuquerque, fundou o Partido Democrático que, no contexto de 1930, apoiou a Aliança Liberal.

Basta olharmos no QUADRO VI, os nomes de políticos campinenses que contribuíram para a construção do monumento a João Pessoa. A Prefeitura de Campina Grande dispendeu um conto de réis, tendo o prefeito, Lafayette Cavalcanti, contribuído com mais quinhentos mil réis e, ainda, os funcionários da prefeitura, que também fizeram sua doação.

O monumento de Campina Grande foi inaugurado em 1931, pelo então prefeito Lafayette Cavalcanti. Trata-se de uma estátua em homenagem ao ex-presidente João Pessoa, esculpida pelo escultor Humberto Cozzo.³⁵

O jornal *A União* assim noticiou aquele momento:

Campina Grande, 26- Foi inaugurada a praça João Pessôa com assistência dos representantes do Interventor Federal, auxiliares do governo e altas autoridades do país, prefeitos do interior, representações da imprensa, delegados das diversas associações, etc. Foi orador official da solennidade o professor M. de Almeida Barretto que dissertou sobre a personalidade do grande morto. Cerca de mil e duzentas creanças entoaram os himnos nacional e de João Pessôa. **Seguiu-se a inauguração do retrato de João Pessôa na**

³⁵ Humberto Cozzo nasceu em São Paulo em 1900. Escultor formado pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo em 1920, freqüentou, logo depois, o ateliê de Amadeu Zani. Entre as premiações que conquistou, destacam-se o primeiro prêmio de escultura no Salão do Centenário, em São Paulo, 1922, e uma medalha de prata no Salão Nacional de Belas Artes, em 1928. Realizou muitas obras para o espaço público, entre elas, o monumento a José de Alencar, em Fortaleza, e o monumento a Machado de Assis, no pátio da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro. Sua obra integra o acervo do Museu Nacional de Belas Artes e de museus de São Paulo. No exterior, tem obras em museus da Argentina e de Portugal. Humberto Cozzo era o nome artístico do cidadão Bartolomeu Cozzo.

Associação Commercial, sendo orador official o bacharel João Tavares Cavalcante. (Jornal *A União*, 28 jul. 1931, p. 3, grifos nossos).

Tomando como referência o QUADRO VI e esse documento, é visível o apoio dos grupos comerciais campinenses à construção da memória de João Pessoa. Uma leitura do referido quadro nos leva a perceber a participação de firmas como Demósthene Barbosa, Araújo Rique, Marques de Almeida & Cia, dentre outras, inclusive anônimas, como patrocinadores da edificação do monumento a João Pessoa. O documento acima revela a posição de um retrato do presidente João Pessoa na sede da Associação Comercial de Campina Grande.

Nesse ponto, reside uma questão intrigante, aberta a futuras pesquisas. Por que, em 1931, grupos comerciais campinenses apóiam a construção de João Pessoa, enquanto mito, quando se sabe que a política econômico-tributária do seu governo afetava o comércio campinense? Que firmas eram essas? Que vínculos políticos tinham seus detentores?

A praça com uma estátua do presidente João Pessoa foi inaugurada nas comemorações do primeiro aniversário de morte do ex-presidente. Situada no encontro das ruas Marquês do Herval e das Areias, foi, em 1936, transferida para a Praça Antonio Pessoa, onde permanece até hoje. A transferência foi autorizada pelo prefeito Vergniaud Wanderley, contra a vontade do cronista Cristino Pimentel, que protestou ao extremo contra a atitude do chefe do executivo campinense ao “golpear” a memória de João Pessoa.³⁶

Em relação ao projeto do monumento da capital paraibana, pelo que vimos na leitura das atas da Assembléia Legislativa, não houve desavenças internas no bloco dos “liberais”, pelo menos enquanto a idéia estava apenas no debate, porém, no papel. O conflito de memória, nesse contexto, ficou mesmo por conta dos liberais e perrepietas.

³⁶ Sobre a questão da transferência do monumento a João Pessoa para a Praça Antonio Pessoa, e as querelas envolvendo o prefeito de Campina Grande, Vergniaud Wanderley, e o cronista Cristino Pimentel, consultar BEZERRA DE SOUSA, Fábio Gutemberg. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: **A Paraíba no Império e na República**; Estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Idéia, 2005, p.133-184.

No entanto, não é o que verificamos três anos depois, quando o projeto sai do papel e adquire contornos concretos. Decorridos três anos da morte de João Pessoa, o contexto político brasileiro e paraibano era outro completamente diferente.

A partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi se configurando um Estado centralizador, intervencionista e nacionalista. Nos estados, os interventores eram coadjuvantes no processo de centralização estatal, reproduzindo os órgãos e autarquias federais de acordo com a política do Governo da União. Na Paraíba, é escolhido interventor o ex-secretário de João Pessoa, José Américo de Almeida, ocupando o cargo de forma efêmera, pois assumiria o Ministério de Viação e Obras Públicas. Sucedeu-o, na interventoria paraibana, outro nome da ala “revolucionária” dos “liberais”, Antenor Navarro, que ficou no cargo até 1932, quando faleceu vítima de acidente aéreo. Coube a Gratuliano de Brito ocupar o posto em seu lugar, até a constitucionalização do país.

A historiadora Santana (2000, p.68/69) chama atenção para o fato da manipulação da memória de João Pessoa pela própria família, com o fim de legitimar-se como herdeira do legado político do ex-presidente. Como Epitácio estava no exterior, e receosa da liderança de José Américo, a família encontrara em Joaquim Pessoa o sucessor do irmão assassinado, caso ocorresse nova eleição, o que não veio a acontecer.

Com Vargas aliando-se aos tenentes, no início do governo, e José Américo com grande influência junto ao Catete, Epitácio passa a condenar a “revolução” e daí se sucede a substituição do epitacismo pelo americismo na Paraíba.

Durante a interventoria de Antenor Navarro, ganhara fôlego o movimento em prol da reconstitucionalização do país, defendida pela ala dissidente comandada por Joaquim Pessoa e Antonio Botto de Menezes.³⁷ Movimento semelhante se processava em São Paulo, com a chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”.

³⁷ Antonio Botto de Menezes foi bacharel e advogado nos anos de 1920. Fundou o jornal *O Combate*, em 1923. Em 1925, elegeu-se deputado estadual ligado ao epitacismo. Reelegeu-se em 1928. Procurador da Fazenda do Estado na gestão João Suassuna (1924-1928), foi exonerado, mas voltou a ocupar o cargo no governo João Pessoa. Apoiou a Aliança Liberal na Assembléia e fora dela. Em 1930, ocupou a tribuna da Assembléia para justificar seu voto à bandeira da Paraíba, pois representava, na sua ótica, o anseio

Em 1933, Vargas convoca a Assembléia Nacional Constituinte. O espectro das forças políticas paraibanas se divide em dois partidos oriundos do movimento de 1930. José Américo comanda o Partido Progressista (situação) e Antonio Botto de Menezes, o Partido Republicano Libertador (oposição). Contraindo-se às duas organizações, estava a Liga Pró-Estado Leigo, chefiada por Osias Gomes e João Santa Cruz de Oliveira, e, contra esta, estava a Liga Eleitoral Católica, além do Partido Popular Paraibano, sob a liderança do operário Anacleto Vitorino.

Esse contexto histórico-político serve para entendermos a ereção do monumento a João Pessoa na praça da capital.

Em maio de 1933, o Jornal *A União* começa a divulgar notícias sobre o início das obras. No dia 25 de maio do mesmo ano, o periódico oficial trazia a seguinte matéria:

No decorrer desta semana deverá chegar a esta capital o monumento que a Parahyba vai erigir á memória do presidente João Pessoa, executado pelo escultor Humberto Cozzo, por encomenda do governo. As providências preliminares para o início da montagem da monumental obra de arte já estão sendo tomadas pelo sr. Borja Peregrino, prefeito da capital. O pavilhão existente no centro da praça que tem o nome do grande cidadão está prestes á desaparecer, desmontado, para dar lugar ao assentamento da base da nova construção. Para o transporte do material destinado ao monumento, o sr. João Vicente de Abreu, proprietário e comerciante nesta cidade, pôs a disposição do prefeito municipal um caminhão "internacional", de capacidade de 3 toneladas, querendo dessa maneira contribuir para a objetivação daquela bela iniciativa. (Jornal *A União*, 25 maio. 1933, capa)

Iniciavam-se, assim, os preparativos para a construção da "memória lapidar e marmórea" de João Pessoa. No dia 10 de junho seguinte, foi colocada a pedra fundamental daquela obra de arte, em solenidade ocorrida às 16 horas. A Associação Comercial enviou nota ao Jornal *A União*, convidando o comércio a fechar as portas. A Academia do Comércio "Epitácio Pessoa" convidou os corpos docente e discente para participarem da solenidade. Da mesma forma, a Diretoria da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino também convocava, por via do jornal estatal, as associadas para

da população. Em 1934, se elegeu deputado federal pelo Partido Republicano Libertador. Em 1939, foi nomeado para o Departamento Administrativo do Estado da Paraíba. (PEREIRA, Joacil de Brito. Botto de Menezes: uma figura radiosa. IN: **História & Debate na Assembléia da Paraíba**. v. 1. João Pessoa: A União, 1995, p.239-267).

que se reunissem na sede da associação com o objetivo de marcharem juntas ao local do evento.

O ato teve a presença do arcebispo da Paraíba, D. Aducto Aurélio de Miranda Henriques, que lançou as bênçãos sobre a pedra fundamental. Em seguida, o “Orpheon” da Escola de Música “Antenor Navarro” cantou o hino a João Pessoa. Dando prosseguimento à cerimônia, falou o cônego Mathias Freire³⁸, relacionando a memória cívica à memória cristã. Senão, vejamos:

Os templos religiosos são destinados ao culto do Deus vivo e sacramentado e dos santos de sua doutrina, cujas estátuas encimam os altares do catholicismo e lembram aos fiéis toda a beleza do desprezo do mundo pela conquista da felicidade eterna. Os monumentos cívicos teem uma finalidade parecida, porque são erigidos pelos povos ou pelo governo para o fim de celebrarem, perpetuarem o culto à memória dos grandes homens. (Jornal *A União*, 11 jun.1933, p. 5)

Após o “conto do vigário”, o interventor Gratuliano de Brito, o prefeito da capital Borja Peregrino e o deputado estadual Irineo Jóffily desceram à fundação para fazerem o lançamento da pedra fundamental do monumento. Daí em diante, começava a tomar corpo o projeto que o deputado Generino Maciel apresentara na Assembléia em 1930, sancionado pelo então presidente Álvaro de Carvalho como Lei nº 708, de 30 de setembro de 1930.

Relatada em detalhes a solenidade, nosso objetivo agora é fazer uma inserção daquele ato simbólico na conjuntura política da época, à qual já nos referimos em momento anterior. Para isso, gostaríamos de começar com uma provocação. Por que o dia 10 de junho de 1933 para a realização da solenidade? Que razões teriam os homens do governo para querê-la justamente naquela data? Não é tão difícil buscarmos respostas. No dia seguinte a toda aquela comemoração, ocorreria a eleição para a

³⁸ Mathias Freire, padre, poeta, jornalista, nasceu em Mamanguape, no dia 21 de agosto de 1882. Ingressou no Seminário Diocesano em 1895, ordenando-se sacerdote em 1905. Foi pároco coadjuvante em Guarabira e na catedral metropolitana e professor no colégio Diocesano Pio X, na Escola Normal e no Liceu Paraibano. Desempenhou as funções de diretor dos Jornais *A Imprensa* e *Correio da Manhã*, respectivamente. Como político, elegeu-se deputado estadual (1908-1911) e reelegeu-se (1912-1915), assumindo a presidência da Casa, no decorrer desta legislatura. Em 1934, elegeu-se deputado federal, “essa eleição muito se deveu ao destemor e bravura com que tornou-se Major das Forças Armadas, como voluntário, integrando a Aliança Liberal e apoiando o presidente João Pessoa, na Revolução de 30”. (ARAÚJO, 2002, p.145).

Assembléia Nacional Constituinte. Na prática, a solenidade tinha um cunho político-partidário, pois legitimava os seus realizadores, os americistas. Era como se João Pessoa, já um pedaço de pedra, viesse render votos ao Partido Progressista. Daí um fato curioso, mas coerente com o momento político vigente: a ausência da família do homenageado. O Jornal *A União* afirma que o interventor enviara convite à viúva, que telegrafou ao seu cunhado Oswaldo Pessoa, no seguinte teor:

Rio, 10- Pedimos representar família lançamento pedra fundamental monumento hoje ahi. Abraços - MARIA LUIZA (Jornal *A União*, 11 jun.1933, p. 5)

O mesmo jornal afirma que, por motivos de doença, Oswaldo Pessoa não pôde comparecer e se fez representar pelo prefeito da capital, Borja Peregrino.

Ora, no dia seguinte, haveria eleições nas quais Joaquim Pessoa concorria ao cargo de deputado, num pleito marcado por violências, ameaças, censura à imprensa e muita intranqüilidade (SANTANA, p.126). No dia 13 de junho, o Jornal *A União* estampava, na primeira página, a foto da inauguração da pedra monumental e, ao mesmo tempo, o resultado das eleições nas quais o PP triunfou quase que por unanimidade, se não fosse a representação classista do deputado Dr. Vasco de Toledo.

A inauguração final do monumento estava marcada para o dia 15 de novembro, mas foi antecipada para o dia 8 de setembro. Ocorre que a Assembléia Constituinte já trabalhava em favor da reconstitucionalização do país e Vargas já iniciava campanha para continuar na presidência da República. Sendo assim, o presidente visitou a Paraíba no dia da comemoração da “independência” do Brasil.

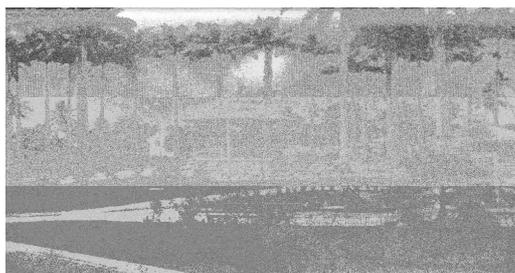
O Jornal *A União* traz uma foto inteira de Vargas, na primeira página, com a seguinte manchete de capa:

Entre aclamações de apoteose, a Paraíba vai hoje receber o homem providencial, a quem o Nordeste deve os maiores testemunhos de inteligente solicitude pelas aspirações e problemas da terra comum (Jornal *A União*, 7 set. 1933, capa).

Dividido em oito secções, coube a este veículo de comunicação noticiar as obras e ações, em diversos setores, econômico-social, educacional, de saúde, realizadas pelo governo “revolucionário” no decorrer dos anos anteriores, na Paraíba.

No dia 8 de setembro, o Presidente da República, ao lado do ministro José Américo, inaugurou o monumento à memória de João Pessoa. A solenidade começou no início da tarde, quando começou a afluir grande quantidade de pessoas à praça. Momentos antes da inauguração, três aviões que compunham a esquadrilha da Marinha de Guerra, que vinham acompanhando a excursão presidencial ao Norte, evoluíram sobre a cidade fazendo acrobacias sobre a praça. No final da tarde, saíram do Palácio da Redenção, acompanhando Getúlio Vargas, José Américo, Góes Monteiro, Juarez Távora, Gratuliano de Brito e o arcebispo D. Aducto. Coube ao chefe do Partido Progressista, o ministro José Américo, pronunciar o discurso oficial em nome do Centro Cívico “João Pessoa”. Falou, em nome da família, o filho do homenageado, Epitácio Pessoa Cavalcanti. Finalizando, Getúlio Vargas e D. Aducto desataram o laço da fita que cobria o monumento, ao som do hino de João Pessoa, entoado pelas alunas da Escola Normal.

Fotografia nº 9 - Praça João Pessoa antes do monumento.



Fonte: MELLO, 1989, p. 285 - Arquivo do historiador Humberto Nóbrega.

A descrição estética do conjunto escultórico, erigido na Praça João Pessoa, na capital paraibana, é feita pelo artista Humberto Cozzo, em relatório enviado ao interventor Antenor Navarro, em 1931, cuja materialização monumental se configurava

em uma maquete, construída pelo escultor, na cidade do Rio de Janeiro. Deixemos que o próprio Cozzo faça a descrição:

Ao iniciar o meu projecto, foi meu escopo reunir um conjunto de linhas architetônicas, sóbrias, modernas e harmoniosas entrecortadas entre si e que, embora conservando o seu character monumental, não o tornasse prezado aos olhos do espectador; assim, iniciando-se por uma ampla base de 14 metros por 10, fazendo com que parte integrante da praça, eleva-se o monumento por uma harmonia de blocos sobrepostos á altura de 10 metros. Nas partes lateraes do monumento dois grupos grandiosos e symétricos como requer o conjunto, symbolizado em syntese, os dois traços culminantes da vida gloriosa do grande vulto que se vae homenagear: ACÇÃO e CIVISMO. O primeiro **[Fotografia nº 10]** representado por duas figuras masculinas que sustentam em seus braços vigorosos uma bigorna, symbolo do trabalho e actividade, guiados pela figura alada do gênio. O outro, **[Fotografia nº 11]** duas figuras determinadas de combatentes, dispostos á luta em defeza de seus ideaes, symbolizarão o “Civismo”. Na parte superior do monumento uma figura enérgica empunhando a bandeira da Parahyba e o braço direito distendido em synal de protesto, symbolizarão a célebre phrase: Nego. **[Fotografia nº 12]** Na parte anterior, em attitudes serena e natural, a estátua ao grande brasileiro, tendo em seus ombros, como complemento decorativo, a toga de magistrado. **[Fotografia nº 13]** Nas extremidades lateraes da base, dois bancos que serão executados em granito, completa (sic.) o monumento.

(Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP) (Grifos nossos).

Fotografia nº 10 - Monumento na Praça da capital - Representação da AÇÃO



Fonte: Arquivo do autor.

Fotografia nº 11 - Monumento na praça da capital - Representação do CIVISMO



Fonte: Arquivo do autor.

Fotografia nº 12 - Monumento na praça da capital - Representação do NEGÓCIO



Fonte: Arquivo do autor.

Fotografia nº 13 - Monumento na praça da capital - Representação do presidente João Pessoa



Fonte: Arquivo do autor.

A estética do monumento de João Pessoa faz parte das características da arte totalitária: proporções monumentais, estilo hiper realista, assimilação de movimentos, linhas retas e homogêneas (geralmente apontando para o céu) e reverência ao esforço físico, ao trabalho braçal, ao atletismo do corpo. (www.wikipedia.esteticatotalitaria.com.br- acesso em 22 de novembro de 2006). Com exceção do presidente João Pessoa, único “baixinho” no conjunto escultórico, os outros três blocos se caracterizam por figuras mitológicas de considerável estatura e porte físico bastante atlético.

Getúlio Vargas, em discurso proferido na Paraiba, quando veio inaugurar o monumento, deixava claro a defesa da ideologia dos regimes totalitários que avançava, sobretudo, pela Europa:

Constituí fato incontroverso-e os constituintes terão de levá-lo em conta- a decadência em que caiu a concepção da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender maior soma de interesses coletivos e de garantir estavelmente, sem o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. (Arquivo do IHGP, Série Produção Intelectual, Data- 1910-1940).

Ainda quando estava apenas sob a forma de maquete, de acordo com seu autor, Cozzo, o monumento teve a aprovação de Antonio Pessoa Filho, parente de João Pessoa, *que “tem acompanhado com carinho o andamento do projecto”*. Também a visitou, e concordou com seu formato, o ministro da Viação, José Américo, como podemos perceber do telegrama que enviou ao interventor Antenor Navarro: *Rio, 10- Interventor Anthenor Navarro. João Pessoa - Visitei hontem conforme seu pedido “Maquette” João Pessôa tendo obtido bôa impressão. Saudações- (a)- José Américo de Almeida, Ministro da Viação* (Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP).

O tio do homenageado, Epitácio Pessoa, foi outro que visitou a maquete, contudo, não a aprovando na íntegra, pois fez ressalva a um componente do conjunto de estátuas, como vemos a seguir:

Rio, 25- Interventor Federal - João Pessôa. Tive bôa impressão monumento aspecto majestoso concepção feliz **symbolismo** expressivo digno mesmo tempo Parahyba João Pessôa. Pareceu-me apenas ser acertado suprimir capa reveste estátua visto monumento destinado lembrar personalidade João Pessôa não como magistrado mas como governo Patriota Parahyba. Artista está de acordo. Saudações cordiais. (a) - Epitácio Pessôa. (Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP). Grifos nossos.

Talvez quisesse ele, Epitácio, apagar da memória coletiva as características de autoritarismo e rigor, que a oposição perrepista atribuía a João Pessoa, quando atuara como Ministro do Superior Tribunal Militar, julgando e punindo, severamente, os tenentes rebeldes. Tomamos, como exemplo, uma fala marginalizada pelo oficialismo, materializada mais recentemente:

Ao assumir o governo da Paraíba, encontrou o sobrinho de Epiácio Pessoa - **terror do antigo Supremo Tribunal Militar** - um estado em ordem, política e administrativa, apenas perturbado por alguns problemas de natureza regional, comuns na vida provinciana brasileira (INOJOSA, 1980, P. 13, grifos nossos).

Com a vitória da “Revolução de 1930”, num primeiro momento, Vargas se aproximara dos tenentes, o que desagradara demasiadamente a Epiácio Pessoa, inimigo histórico destes últimos (GURJÃO, 1994, p. 105). Em 1931, quando o projeto do monumento se configurava em maquete, governava a Paraíba o “tenente” Antenor Navarro. Em 1933, quando o monumento foi erigido na praça da capital paraibana, um outro “tenente” estava à frente do executivo paraibano, Gratuliano de Brito, ambos os governos coincidindo com a fase “provisória” da Era Vargas. Nesse contexto político, o epitacismo já não era mais situação, nem no plano estadual, nem no federal. Talvez em razão disso, a solicitação de Epiácio, de retirar a toga da estátua de João Pessoa, não tenha sido atendida pelo tenentismo que comandava a Paraíba.³⁹ (Fotografia nº 13). Isso porque, no contexto político daquele momento, pode-se aventar que a manutenção da toga na estátua de João Pessoa, estaria relacionada à ideologia tenentista do Governo Provisório, entre cujas características se incluía a idéia de justiça.

No monumento, também constam duas placas com inscrições gravadas em prol da memória de João Pessoa. Na primeira delas, o culto vem de um dos estados que fazia parte da Aliança Liberal, mostrando, mais uma vez, a dimensão nacional do mito João Pessoa. Eis o conteúdo da referida inscrição: “*À memória do grande João Pessoa o culto eterno dos Universitários de Minas Gerais-26-VII-MCMXXXI*”.

Na segunda placa, é a vez de São Paulo cultuar o “herói”:

Ao vulto imortal de João Pessoa, símbolo de nobres princípios de brasilidade, a Embaixada Paulista rende o culto da juventude solícita ao ofertar o sangue em holocausto à felicidade da Pátria - São Paulo 25.01.39.

³⁹ Segundo Gurjão (1994, p.105), “A influência de Epiácio Pessoa na política da Paraíba foi rapidamente substituída pela de José Américo, cujo prestígio junto ao poder central ampliou-se consideravelmente durante sua atuação como ministro da Viação e Obras Públicas. Sua ascensão política, apesar de se iniciar vinculada à influência dos tenentes no Governo Provisório, não sofreu solução de continuidade com a crise do tenentismo”.

Consoante estudos de Hobsbawm (1984, p.271), antes da 1ª Guerra, foram inventadas tradições em massa, tanto oficiais (políticas) como não-oficiais (sociais). As primeiras surgiram de movimentos sociais e políticos organizados enquanto as segundas se originaram de grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não eram, especifica ou conscientemente, políticos, como os clubes e grêmios, tivessem eles ou não funções políticas.

Tomando esse referencial teórico para pensar nosso objeto de estudo, constatamos que as *tradições inventadas* pelo e para o movimento de 1930, na Paraíba, se alinham na tipologia das tradições políticas, portanto, oficiais. O exemplo do monumento é acintosamente pertinente para pensarmos a ação do Estado no processo de invenção de tradições.

O interventor Antenor Navarro contratara os serviços do artista Humberto Cozzo para dirigir os trabalhos de construção do monumento. Em maio de 1933, quando Antenor já falecera, o vapor “Araçatuba” embarcou do Rio de Janeiro conduzindo “noventa e seis volumes, pesando centro e trinta toneladas”, em direção à capital da Paraíba, para a realização da obra. Segundo o jornal oficial *A União*, a mesma teria custado aos cofres do Estado o valor de 350 contos de réis. Nesse ponto, reside uma dúvida: o dinheiro pago para a construção do monumento foi oriundo do aparato estatal estadual ou por meio das subscrições populares? Pelo que vimos no Jornal *A União*, a arrecadação na capital foi bem inferior à de Campina Grande, portanto, não correspondia ao valor financeiro da obra. Ainda assim, o que foi feito do dinheiro arrecadado? Entrou como complemento do montante gasto pelo estado?

Assim sendo, é visivelmente perceptível a ação do governo no comando do processo de *tradições inventadas* em homenagem a João Pessoa e a “Revolução de 1930”, configurando-se como tradições nitidamente oficiais, comandadas por um grupo que detinha o comando do estado e tinha seus objetivos políticos para tanto, fazendo uso dessas tradições.

3 A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO LUGAR DE MEMÓRIA: A HISTORIOGRAFIA PARAIBANA E A MEMÓRIA OFICIAL

Este capítulo aborda a construção da memória oficial da “Revolução de 30” na Paraíba, pretendida e socializada como coletiva. Em nossa concepção, vários foram os lugares por meio dos quais essa memória se constituiu e se fixou, sendo um deles a sua materialização em narrativas historiográficas elaboradas pelas mãos de uma elite intelectual ligada ao poder do Estado.

Por isso, entendemos que se fazia necessário, em nosso trabalho, um capítulo que enfocasse uma discussão historiográfica dessa produção, a fim de percebermos a relação entre a escrita da história e os conflitos de memórias.

Como os aportes teórico-metodológicos desse fazer historiográfico se encaixam nos pressupostos metódicos do século XIX, optamos, inicialmente, por fazer uma breve discussão a respeito do surgimento da “História-ciência” no contexto e a serviço do projeto eurocêntrico da modernidade. Em seguida, apresentaremos uma síntese da constituição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a importação da concepção moderna européia de história-conhecimento, produzida e ensinada em diversas instituições culturais brasileiras. Ao mesmo tempo, procuramos historicizar o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, tendo em vista que, durante muitos anos, se configurou como a única instituição a produzir a História da Paraíba. Daí que entendê-lo na conjuntura de 1930, bem como sua participação no movimento e na construção da memória oficial, é de fundamental importância para pensarmos nosso trabalho. Encerrando o capítulo, esboçamos uma revisão da historiografia local, relativa a nosso objeto de estudo, a fim de procurarmos compreender suas relações com a transmissão/consolidação da memória oficial de 1930 na Paraíba.

3.1 “HISTÓRIA-CIÊNCIA” E O PARADIGMA MODERNO

O modelo de História ainda predominante em boa parte do século XX, no Brasil, como de resto em outros países, remonta, teórica e metodologicamente, à “história científica” do século XIX. Daí porque achamos pertinente apontar algumas

características comuns a esse fazer historiográfico no âmbito do paradigma da modernidade.

O historiador francês dos *Annales*, Jacques Julliard, em 1974, analisando a renovação da história política, resume a tipologia da escrita da história, no século XIX, nos seguintes termos:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa e ignora a análise; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra resume tudo na linguagem dos historiadores, é uma história factual. (JULLIARD, p.180/181).

Mesmo não concordando que tudo que se produziu, no século XIX, esteve vinculado à história política tradicional, a exemplo de trabalhos de Jacob Burckhardt, Edward Gibbon, Fustel de Coulanges e Jules Michelet, que são exceções, os procedimentos historiográficos mais gerais se configuravam como descritos por Julliard.

Esse modelo de história-conhecimento, pautado pelos componentes acima descritos, foi inaugurado na Alemanha, tendo como representante mais expressivo o historiador Leopold Von Ranke. Intitulado por alguns como o “pai da História científica”, “*produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto*”, (REIS, 2003, p. 13) Ranke recusava a influência das filosofias da História. Sendo assim, esperava ter “libertado” a História das explicações universais e metafísicas, dando-lhe um estatuto científico com base no método das ciências naturais. A objetividade, a comprovação e a imparcialidade são premissas centrais desse método.

Nesse particular, os historiadores conduziam suas narrativas por intermédio do método crítico das fontes, considerando apenas os documentos oficiais, nos quais vislumbravam “a” verdade dos fatos, “resgatando” os acontecimentos históricos “*tal qual eles aconteceram*”. Ranke, como bem mostra o historiador Peter Gay⁴⁰, concentrou

⁴⁰ Peter Gay, em sua obra **Os estilos na História**, analisa os estilos na escrita da História em quatro historiadores: Gibbon, Ranke, Macaulay e Burckhardt. Para ele, o estilo das obras de Ranke se insere na dramaturgia, utilizando metáforas teatrais. O que não impede, também, de Ranke ser cientista e teólogo. Como cientista, fundou o método crítico, fazendo apologia aos documentos oficiais, à verdade histórica, à objetividade. Como religioso, entendia que o historiador é um servo de um ser superior, tendo que

esforços no sentido de construir e manter arquivos, notadamente, constituídos por documentos diplomáticos conseguidos em viagens financiadas pelo Estado prussiano.

Evidentemente, o interesse dos historiadores germânicos pelos objetos da História Política tradicional não pode ser deslocado das circunstâncias vividas pelos estados alemães, à época: as lutas pela unificação política. A História-conhecimento operacionalizada naquele contexto se caracterizava por vinculações com o nacionalismo ensejado pelo Estado, liderado pela Prússia, cumprindo papel relevante na construção de uma identidade nacional.

A França é outro país onde essa “História-científica” desembarcou. Importada do mundo alemão pelas mãos de historiadores como Monod, Lavisse, Seignobos, que estudaram no país vizinho. Chega em terras francesas em momento tenso, causado pelos conflitos que envolveram os dois países na chamada guerra franco-prussiana.

Consoante José Carlos Reis, os metódicos franceses defenderam os mesmos princípios rankeanos, porém, traduzidos para o espírito francês. Segundo ele:

Se Ranke escolheu Hegel, a filosofia da história implícita na historiografia metódica francesa será a Iluminista. Não é o espírito que produz a história, mas o povo-nação e os seus líderes instalados no Estado. (REIS, 2003, p.15).

Além das universidades, instituições de pesquisas e a hoje centenária *Revue Historique*, os manuais de metodologia da História, dos quais destacamos o elaborado pela dupla Langlois-Seignobos, assumiam funções de formuladores/divulgadores do método crítico da escola histórica alemã na França.

Esse manual mencionado definiria a forma de conduzir a pesquisa histórica de então: o “espírito positivo”, antimetafísico. Podemos, no entanto, qualificar como sendo traços dessa busca de um conhecimento positivo (não positivista)⁴¹ :a) o apego ao documento; b) o esforço em separar o falso do verdadeiro; c) o medo de se enganar

cumprir com a vocação do ofício. Consultar GAY, Peter. **Os Estilos na História**. BOTTMANN, Denise (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴¹ Para Reis, os historiadores metódicos não eram positivistas, pois não se baseavam em nenhum filósofo, nem Augusto Comte. Eram contra a pesquisa histórica conduzida por idéias gerais, defendiam uma pesquisa desinteressada e científica. Como historiador Positivista, ele cita Louis Bordeau, discípulo de Comte, o qual visava enunciar uma lei de evolução lenta e contínua da humanidade, rejeitando toda descontinuidade. A História estabelecia leis de ordem, de evolução, com as quais os historiadores previam o passado conhecendo o presente. Os metódicos, para Reis, são positivos, procurando ver o que *realmente* aconteceu no passado.

com as fontes; d) a dúvida metódica; e, e) o culto ao fato histórico, que está contido nos documentos. (REIS, 2003, p. 18). Para Langlois e Seignobos, o historiador tem por vocação ser um educador cívico. Essa dimensão pedagógica da História cuidará de levar à juventude os eventos e os “grandes homens”, que são seus sujeitos, como mecanismo que procura inculcar uma continuidade histórica, apontando para um determinado sentido da história.

A historiografia metódica do século XIX está intrinsecamente ligada ao projeto eurocêntrico moderno de conquista de outros povos, de outras nações. A “História-ciência” é a representação da Europa como centro do mundo e a vanguarda da história universal. Como bem afirma Reis: *“as nações européias são apresentadas como a incontestável expressão superior do Espírito Universal”*. (REIS, 2003, p.39) Portanto, cabe a elas a missão “civilizadora” das outras partes do mundo. Ainda tomando como referência as palavras de José Carlos Reis, (2003, p. 40/41)

(...) a ideologização do discurso cientificista sobre a história é total: os interesses particulares dos Estados e dos líderes nacionais tornam-se a expressão da liberdade universal. Em nome da liberdade futura, todas as ações dos Estados e líderes políticos europeus são legitimadas e defendidas, mesmo quando são violência pura e simples, mero interesse particular. O ocidente, no século XIX, está cientificamente convencido de que é portador da verdade histórica, de que conhece o sentido da dinâmica da vida humana, de que é o ‘povo eleito’, com a missão de salvar os povos não europeus, que não conheciam ainda a Razão.”

A idéia de uma História Universal ainda não estava presente nos fundadores da História (gregos). Sua formulação inicial pode ser encontrada nos romanos que, objetivando a dominação de povos “bárbaros”, criam idéias de humanidade a partir de seus próprios valores culturais e a idéia de uma História universal que caminhava na mesma direção: a vitória romana e a salvação cristã. Assim, a idéia de uma História universal e de um sentido único para toda a humanidade faz parte de um projeto ideológico de dominação de romanos sobre outros povos. Na Idade Média, o Ocidente cristão manteve a concepção de uma História de sentido único, universal, direcionada pelo Cristianismo católico. Com o advento da modernidade, as filosofias da História se encarregariam de retomar essa teleologia, porém, em vez da fé e da salvação, se serviam da ideologia iluminista da Razão e do Progresso. Como bem coloca Reis (2003, p. 30),

Os gregos preferiam não pensar o futuro, mas o eterno; os judeus-cristãos se nutriam do sentimento da salvação futura; os renascentistas preferiam mergulhar nos prazeres do tempo presente; as filosofias da história voltaram a pensar o futuro como salvação e a história como seu meio.

Entretanto, há uma diferença entre a teleologia do medievo e a da modernidade. Na primeira, a promessa de felicidade humana será concretizada na vida após a morte (a salvação); no segundo caso, essa felicidade aconteceria aqui mesmo, no mundo terreno, quando a razão trouxesse a “liberdade” e o “progresso”.

Em suma: esses modelos teórico-metodológicos de escrita da História estão comprometidos com as questões políticas do Estado. A História é filha de uma época, de uma sociedade: sendo assim, como uma das correntes político-filosóficas no século XIX era o nacionalismo, a História Política tradicional era a bola da vez. Os seguidores dessa historiografia dedicavam-se aos estudos das individualidades dos atos humanos, destacando figuras das elites e suas biografias. Eram esses os sujeitos das transformações históricas, cultuados em uma História factual, *événémentielle*.

3.2 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: O SABER HISTÓRICO DE CUNHO OFICIAL

A concepção moderna de História chega ao Brasil na vigência do século XIX, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No Brasil como na Europa, a História e a Geografia estavam vinculadas a princípios nacionalistas, cumprindo papéis primordiais na construção da identidade nacional. A fundação do IHGB se confunde com esse momento, atuando, sobremaneira, no sentido de homogeneização cultural e diluição simbólica dos regionalismos, no contexto da formação do Estado Nacional Brasileiro.

Como o projeto de História-conhecimento hegemônico no século XIX, a historiografia do IHGB dará as cartas por décadas do século XX (e quem disse que ele não faz parte da prática historiográfica, ainda hoje?), e daí consideramos pertinente recuperar um pouco do contexto histórico e as circunstâncias em que surgiu o primeiro Instituto Histórico do Brasil.

A idéia da criação de uma associação de cunho científico-cultural, dedicada aos estudos históricos e geográficos, parte da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Destarte, no domingo de 21 de outubro de 1838, vinte e sete pessoas inauguraram, oficialmente, a instituição.

O discurso inaugural, proferido por Cunha Barbosa, figura relevante no movimento da independência, está inscrito na tradição historiográfica do século XIX, conjugando a História com o nacionalismo. Conforme assinala Paz (1996, p.229), *“começa a surgir a concepção moderna de história e a firmar-se o mito da imparcialidade do conhecimento; imparcialidade do que é pressuposto daquela concepção.”*

Não obstante as pretensões de neutralidade do Instituto, ao tentar se definir como órgão científico e, portanto, desvinculado de filiações político-partidárias, na prática, as coisas não eram bem assim. Em implantação o Estado Nacional, precisava-se, então, traçar o perfil da nação brasileira e, deste modo, a *inteligêntzia* acaba se colocando a serviço do projeto levado a cabo pelo Governo Imperial.

A historiadora Schwarcz (1993, p. 101) aponta os vínculos existentes entre o IHGB e o Estado Nacional Brasileiro. A composição interna e a forma do ingresso na instituição denunciam, de forma inequívoca, tais conexões. Dos vinte e sete sócios fundadores, vinte e dois ocupavam postos no aparelho burocrático do Estado, sem falar que a entrada para a condição de imortal se dava muito mais pelos critérios sociais do que propriamente pela questão intelectual. O Estado brasileiro contribuía com dotações orçamentárias para as atividades cotidianas e o imperador freqüentava com assiduidade as sessões da Casa.

É notório que o saber histórico do IHGB não tinha nada de imparcial, mas se configurava com um tipo de saber oficial, repleto de intencionalidades.

Wehling (apud SCHWARCZ, 1993, p.229) lembra que a principal missão do IHGB,

(...) era o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e históricos no Brasil, pelo estímulo à pesquisa com o recolhimento, nas províncias e no exterior, de documentos relativos à formação brasileira e pelo estímulo à produção de trabalhos monográficos e gerais que permitissem o estudo da história brasileira.

Escrever uma história nacional brasileira esteve na ordem do dia da construção do projeto de nação brasileira. Como aborda Paz (1996, p.231),

(...) intelectualmente a história nacional concretiza a unidade das províncias. Mais que as armas, trata-se de um discurso capaz de vencer as diferenças regionais e de criar uma comunhão de interesses, uma unidade homogênea, um substrato político comum.

Os membros do IHGB preocupavam-se em inserir o Brasil entre as nações cultas, por isso, empenhavam-se criando estratégias que consolidassem a unidade nacional. Como porta-vozes da História Oficial, cumpriam com êxito os papéis que lhes eram reservados. Duas iniciativas são fundamentais e merecem destaque: a criação de uma revista e a instituição de um concurso monográfico.

Em 1840, Cunha Barbosa lançou um concurso monográfico objetivando selecionar e premiar a melhor proposta de escrita de uma história nacional. O vencedor foi o cientista alemão Karl Friedrich Von Martius, com o trabalho intitulado "*Como se deve escrever a História do Brasil*". O projeto parte da idéia de uma história nacional construída a partir da mescla das três raças, mistura que "*num ato de vontade biológica, contribuiu com o que tem de melhor para engrossar o sangue português.*" (PAZ, 1996, p. 234) A História do Brasil confunde-se com a história dos brancos colonizadores que fundaram a "civilização". Os outros povos, nessa ótica, participam de forma secundária: o índio, revelando uma história própria (podendo ser integrado à civilização) enquanto o negro sequer é dotado de história, se relacionando superficialmente com a História do Brasil.

Coube ao historiador Francisco Adolfo de Varnhagen a escrita mais bem acabada dessa história nacional assim concebida. Com o livro *História Geral do Brasil*, ele mergulha no passado colonial buscando elementos que marcassem as origens da nação brasileira, cujo projeto era levado a cabo por uma elite latifundiária-comercial agro-exportadora e por um Estado centralizador. Suas interpretações se explicam a partir do interesse explícito de realçar o papel do Estado na formação da nação e do homem branco brasileiro. Nesse contexto, podemos apreender a visão de mundo essencialmente política de Varnhagen. O século XIX realça as questões nacionalistas e os objetos de estudos dos historiadores são formulados e problematizados a partir de questões da sociedade política daquele presente histórico. Nesse particular, concordamos com Astor Antonio Diehl, (1998, p. 43-44) quando coloca que

A visão de mundo não traduz, simplesmente, uma visão individual do mundo, não é apenas a maneira pessoal de um autor ver o mundo; ao contrário, exprime, no nível do imaginário, as expectativas de um grupo social, especialmente de uma classe social, em relação ao mundo socializado em que vive.(...) Isso porque o escritor expressa em sua obra o máximo de consciência possível a respeito dos desejos, das aspirações, dos projetos de uma classe social em relação à sociedade em que vive, assumindo, dessa forma, uma importância fundamental nas histórias do pensamento.

O texto do historiador gaúcho acentua a perspectiva de visão do mundo vinculada às classes sociais, mas abre uma brecha, uma perspectiva para a visão de mundo de grupos sociais, não necessariamente de uma classe. Este ângulo parece mais aplicável ao caso da Paraíba, para refletirmos sobre a elaboração da memória sobre João Pessoa, levada a efeito pelo grupo vencedor em 1930, distinguindo-o de um outro grupo, os derrotados perrepistas. Se bem que, por outro ângulo, grupo e classe mantêm vínculos. Com variantes, vencedores e derrotados integravam a classe dos proprietários de terras. É possível vislumbrar isso em aspectos comuns de percepção simbólica destes grupos.

Em fins do século XIX e início do XX, Capistrano de Abreu, pesquisador, professor do Colégio Pedro II e funcionário da Biblioteca Nacional, se afirma como historiador afinado com os princípios cientificistas do Oitocentos. Começa a investigar o passado brasileiro sobre bases documentais, interessando-lhe assuntos ligados ao clima, solo, mestiçagem como determinantes dos fatos históricos e de suas características mais salientes no povo brasileiro: a indolência, a laboriosidade nervosa, a exaltação efêmera.⁴²

Na segunda e terceira décadas do século XX, constituem-se evidências de certa ruptura na cultura historiográfica brasileira, com o aparecimento de outras matrizes teóricas na interpretação da História. Apenas para citarmos, de forma passageira, já que não constitui nosso objeto de estudo analisar as teses defendidas por estes historiadores, cumpre lembrarmos a tríade formada por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior.⁴³ As questões raciais cedem lugar a problemas de ordem socioeconômica e cultural, nos temas por eles enfocados, em suas análises sobre o Brasil.

⁴² Capistrano de Abreu escreve em um contexto diferente de Varnhagem: no início da República e influenciado pelos princípios cientificistas e racialistas.

⁴³ Sobre esses intelectuais, consultar REIS, José Carlos. **Identities do Brasil**: de Varnhagem a FHC. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

Na mesma época, ao final da década de 1920, se constitui e institui, na França, a Escola dos *Annales*, caracterizada por Peter Burke⁴⁴ como “revolucionária” na historiografia daquele país, combatendo a escola metódica com unhas e dentes. Mesmo assim, a história política tradicional, factual, linear, evolutiva, ainda dava as cartas nas universidades francesas até o final da Segunda Grande Guerra. No Brasil, não foi diferente. A ruptura causada pelos três historiadores citados, Holanda, Freyre e Prado Júnior, não implica descontinuidade na totalidade: a maioria dos historiadores continuava a prática do ofício à moda antiga (leia-se, de uma certa linha de modernidade)

3.2.1 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAÍBANO: GUARDIÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA.

Como a única instituição responsável por escrever a História da Paraíba, de forma precípua e sistemática, durante os anos que cobrem o recorte desse trabalho, era o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, entendemos que fosse relevante historicizá-lo, a fim de que possamos compreender o processo de sistematização da memória histórica da “Revolução de 1930” na Paraíba e suas ligações com os cânones da referida instituição.

O IHGP foi fundado em 7 de setembro de 1905, no atual prédio do Liceu Paraibano, tendo como fundadores o presidente do estado da Paraíba, Álvaro Machado, e mais cinquenta sócios, entre jornalistas, políticos, magistrados, militares, professores, serventários da justiça, romancistas, poetas, médicos, sacerdotes, dentre outros. Nesse grupo, constavam nomes como os de Irineu Pinto, João de Lyra Tavares, Tavares Cavalcanti, Maximiano Lopes Machado, que se encarregaram de escrever o que hoje são clássicos da historiografia paraibana. (GUIMARÃES, 1998, p. 22/23). Em linhas gerais, o IHGP não diferia do IHGB, tendo em vista que os sócios eram, ao

⁴⁴ A Escola dos *Annales* surgiu em 1929, com a criação de uma revista, por Marc Bloch e Lucien Febvre. Como coloca Peter Burke, com ela ocorre uma “revolução” na historiografia francesa, tendo em vista os novos objetos, o novo conceito de fonte histórica, a história-problema, a interdisciplinaridade, trazidos por ela, se contrapondo à velha História Política dos historiadores metódicos. Entretanto, até a Segunda Guerra, os espaços das universidades ainda eram preenchidos pelos historiadores tradicionais, levando-se em consideração que os fundadores dos *Annales* foram reprovados várias vezes, quando pleiteavam vagas nas universidades. Sobre esse assunto, consultar BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

mesmo tempo, ocupantes de cargos burocráticos com formação construída, notadamente, no Liceu Paraibano e na Faculdade de Direito do Recife. (DIAS, 1996, p. 36).

A fundação do IHGP ocorreu no dia em que intelectuais paraibanos se reuniram para comemorar a independência do Brasil. Coube, então, ao presidente do executivo estadual presidir os trabalhos, ao mesmo tempo em que declarava fundada aquela instituição cultural. Em três sessões, já haviam sido elaborados os estatutos e constituída a primeira diretoria, de forma que, no dia 12 de outubro de 1905, o Instituto foi, definitivamente, instalado em sessão solene realizada na Assembléia Legislativa. O encargo da oratória oficial ficou sob a responsabilidade do tribuno João Pereira de Castro Pinto, realizando uma conferência sobre *A História Colonial da Parahyba*.

A idéia de omissão perante as discussões políticas contemporâneas é posta pelo atual presidente da instituição, ao considerar que,

Apesar do IHGP ter iniciado seus primeiros passos sob a égide do oficialismo, posto que o Presidente Álvaro Machado foi um dos precursores de sua fundação, o Instituto tinha por norma não se imiscuir em assuntos políticos. Basta dizer que durante a Segunda Grande Guerra (1914/1918) (sic.) não se encontra, nas atas do IHGP, qualquer menção a esse episódio que envolveu o mundo, acontecimento de importante valor histórico. Para não dizer que o assunto foi ignorado, há um único registro focalizando um telegrama de felicitações ao Presidente da República pela assinatura do armistício. (GUIMARAES, 1998, p. 77).

Para o autor, com o assassinato de João Pessoa, quebraram-se as amarras da discussão da História política do tempo presente, pois *“a revolta dos paraibanos foi tão intensa, com o povo na rua, que o Instituto teve que deixar de lado ‘a questão política’, participando de todos os atos oficiais em memória de João Pessoa.”* (GUIMARÃES, 1998, p. 85). E resume que *“a morte de João Pessoa acabou com o tabu de isenção política, no Instituto, durante algumas décadas. Ai já não se tratava mais de assunto político, pois João Pessoa passou a ser um fato histórico, sendo sempre lembrado em várias ocasiões”.* (GUIMARÃES, 1998, p.90).

No nosso ponto de vista, parece tomar novo impulso a demonstração das ligações do IHGP com o Estado e seu envolvimento nas questões políticas. Todo cerimonial, repleto de signos e símbolos, em alusão à memória de João Pessoa, vem tornar mais evidentes, ainda, as vinculações daquela instituição cultural ao poder do Estado. Assim,

discordamos da tese da isenção nos assuntos políticos contemporâneos, por parte do Instituto. Ele nascera durante o regime republicano e a esse veio dar legitimidade.

Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Dias (1996, p. 38), de que o IHGP nasceu com o objetivo de escrever a História da Paraíba pelos intelectuais paraibanos e que

(...) desde sua criação, mantém uma ligação íntima com o Estado como favorecedor de toda a infra-estrutura necessária para sua instalação e implementação dos seus objetivos. Favorecimentos concedidos desde o espaço físico até as subvenções mensais que lhe dava condições para o procedimento de todas as tarefas vinculadas à pesquisa histórica e geográfica como importante, a publicação da Revista. Com isso, o Estado garante, até a fundação da UFPB, ao IHGP a condição de único foco de produção da história paraibana.

O primeiro número da revista do IHGP saiu em 1910, através da Imprensa Oficial. Faziam parte da comissão do referido periódico Maximiano Lopes Machado, Manuel Tavares Cavalcanti e Irineu Ferreira Pinto. Nele, foram publicados os primeiros relatórios e as primeiras atas, além do Tomo II da *História da Parahyba*, de Maximiano Lopes Machado, e parte de *Datas e Notas para a História da Parahyba*, de Irineu Pinto. Até 1912, mais três números da revista do IHGP eram editados, sendo que a de nº 5 sairia apenas em 1922. (GUIMARÃES, 1998, p. 38).

A Revista do IHGP tem formato de livro e se divide em quatro partes: a) a Crônica Social, na qual se incluem conferências, relatórios, e demais atividades da Casa; b) a seção Os mortos do Instituto, referindo-se aos necrológios dos associados; c) a seção Bibliográfica, compondo-se de artigos, resenhas de obras; e, d) as Atas das sessões.

De 1905 a 1930, os consórcios do IHGP escreveram e publicaram sobre temáticas variadíssimas, tais como: datas e notas para a História da Paraíba, *cólera-morbus*, instrução pública, abdicação de D. Pedro I, Apontamentos para a História territorial da Paraíba, notas históricas sobre Portugal, Revolução Praieira, idéia de federação no Brasil, como nasceu a república no Brasil, memórias da fundação da Paraíba, conquista dos sertões, Confederação do Equador, História colonial da Paraíba, dicionário corográfico, cangaceiros, Revolução de 1817, diocese da Paraíba, anuário eclesiástico, estradas de rodagens, fábrica de cimento, carta pastoral, filosofia, Brasil e EUA, Vidal de Negreiros, Aristides Lobo, irrigação do Norte, Augusto dos Anjos, Pedro Américo,

ensaios de crítica estética, A Paraíba e seus Problemas, centenário do combate de Afogados, A Paraíba e a Confederação do Equador, Santa Casa de Misericórdia, historiadores do Brasil no século XIX, lições de latim e oração congratulatória, A Bagaceira, profilaxia da lepra no Brasil, dentre outros. (GUIMARÃES, 1998, p. 28-95).

Entre 1930 e 1945, os temas referentes ao passado mais longínquo continuaram em evidência na produção do IHGP, entretanto, a “Revolução” de 1930, passou a ser objeto de estudo de alguns intelectuais, com publicações de livros, artigos, discursos e conferências.

QUADRO VII - INTELECTUAIS E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO IHGP (1931-1945)

ANO	TÍTULO DA OBRA	AUTOR
1931	O Incrível João Pessoa	Ademar Vidal
	Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil - Relatório referente a 1930	Alcides Bezerra
	Nos Pródromos da Revolução	Octacílio de Albuquerque
	Oração Fúnebre: O Imortal	João de Deus Mindello
	Instrução Pública na Paraíba	José Baptista de Mello
1932	Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil- Relatório referente a 1931	Alcides Bezerra
	Nas vésperas da Revolução- 70 dias na Presidência do Estado da Paraíba Discursos- Deus na escola e o ideal Pedagógico	Álvaro de Carvalho Pedro Anízio Bezerra Dantas
	Da Investigação da Paternidade	Bôtto de Menezes
1933	O Ministério da Viação no Governo Provisório	José Américo Ademar Vidal Alcides Bezerra
	1930- História de João Pessoa e da Revolução de 1930 na Paraíba Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil- Relatório referente a 1932 Antevendo a Revolução de 30 (Contra a Reforma da Constituição) Cônego Bernardo A Revelação Científica do Direito	Octacílio de Albuquerque Pedro Baptista Alcides Bezerra
1934	As Lutas de classes em Roma Ensaio (Oscar de Castro)	Aníbal Victor de Lima e Moura
	Tratado de Pedagogia	Pedro Anízio Bezerra Dantas
	Soluções de Realejo	Américo Falcão
	Do coração para o coração	Ascendino Leite
	A pausteurização do leite e o sentido evolutivo da História	José Magalhães

1935	<p>O Ciclo revolucionário do Ministério da Viação Aspectos Antropogeográficos da Constituição, A Filosofia na fase Colonial e Sílvia Romero - o pensador e o sociólogo Coelho Lisboa Seca de 32 (Impressões da Crise Nordestina) Minha cidade</p> <p>Política Paraibana e o algodão do Nordeste ameaçado de um perigo de vida e de morte</p>	<p>José Américo Luís da Silva Pinto Órris Barbosa Ascendino Leite Bôtto de Menezes</p>
1936	<p>Manaíra Acheias à História da Filosofia (Conferências 1928-1936); Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil - Relatório referente a 1935 Projeto do Banco das Nações Inter-Americano ou Pan-Americano.</p> <p>Relatório Contribuições para a solução dos problemas Agrícolas do Nordeste do Brasil Carlos Gomes e Evolução do Ensino na Paraíba</p>	<p>Coriolano de Medeiros</p> <p>Ascendino Carneiro da Cunha</p> <p>Pedro Anízio B. Dantas Raymundo Pimentel Gomes José Baptista de Mello</p>
1937	<p>Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil - Relatório do Diretor referente a 1936, Bibliografia Histórica do Primeiro Reinado à Maioridade, O Visconde de Cairu - Vida e Obra e o Visconde de Taunay- Vida e Obra Campanha Presidencial (Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo) Compêndio de Pedagogia e Pedagogia Experimental</p> <p>A Paraíba e o Momento Político Nacional</p>	<p>Alcides Bezerra</p> <p>José Américo Pedro Anízio B. Dantas</p> <p>Bôtto de Menezes</p>
1938	<p>Reminiscências- Figuras e Fatos.</p> <p>O Arquivo Nacional- Breve Notícia Histórica (1838-1839) Beaurepaire Rohan (Uma Figura do Segundo Império) A Evolução Histórica e Social de Patos</p>	<p>Francisco Coutinho de Lima e Moura Alcides Bezerra Raul de Góes Coriolano de Medeiros</p>
1939	<p>Evolução Econômica da Paraíba</p> <p>Reminiscências- Figuras e Fatos.</p> <p>Ensaio de Interpretação Histórico-social</p> <p>Estética do Modernismo Os ruídos Urbanos e a sua nocividade</p> <p>Palavras (Discursos)</p>	<p>Celso Mariz Francisco Coutinho de Lima e Moura</p> <p>João Lélis de Luna Freire Ascendino Leite José Josa Magalhães Coriolano de Medeiros</p>
1940	<p>Reminiscências- Figuras e Fatos- 3 vol.</p> <p>A Família Brasileira e suas origens</p> <p>Lembrança da sagração da Matriz de N. S. de Lourdes O Correio da Paraíba há cem anos</p> <p>Barão do Abiaí</p> <p>A carnaubeira e como Agriculturar as Terras Nordestinas</p> <p>Comentários de Medicina</p>	<p>Francisco Coutinho de Lima e Moura Ademar Vidal João da Matta Antonio da Rocha Barreto Olivina Olívia Carneiro da Cunha Raymundo Pimentel Gomes Newton Nobre de Lacerda</p>

1941	A Evolução Social de Patos A Imprensa na Paraíba Discursos Discursos na Câmara Federal	Coriolano de Medeiros José Leal Ramos Miguel Falcão Bôtto de Menezes
1942	Ibiapina- Um Apóstolo do Nordeste Epitácio Pessoa ou o sentimento de Autoridade e Recordações Sentimentais de Epitácio Pessoa O Caroá- História, Cultura e Distribuição Geográfica Epitácio Pessoa Notas Provincianas O Tambiá de Minha infância	Celso Mariz Ademar Vidal Lauro Pires Xavier Miguel Falcão Alves Ascendino Leite Coriolano de Medeiros
1943	Carlos Dias Fernandes Guia da Paraíba Este Pedaco do Nordeste e O Primeiro Decênio da API (Como surgiu e se tem desenvolvido essa entidade) O Torpedeamento do Afonso Pena Pedro Américo - Ligeira Notícia Biográfica do Genial Pintor Paraibano (1843-1905) Como estão sendo tratados os comburidos da guerra	Celso Mariz Ademar Vidal José Leal Eudésia Ribeiro Horácio de Almeida Newton Nobre de Lacerda
1944	Pedro Américo - centenário de seu nascimento A Campanha de Princesa Minha Terra - Memórias e Confissões	Horácio de Almeida João Lélis de Luna Freire Bôtto de Menezes
1945	Terra de Homens, América - Mundo Livre, espírito de Reforma e Importância do Açúcar História do Café no norte Brasileiro Octacílio de Albuquerque - idealista e Lutador e Vida do General Manuel Luís Ozório Medicina na Paraíba (Flagrantes de sua Evolução) Perilo Doliveira Da Coordenação das Atividades Administrativas da União e dos estados João Domingues dos Santos - pesquisador e Homem de Inteligência Cidades e Homens	Ademar Vidal Apolônio Carneiro da Cunha Luís Pinto Oscar de Oliveira Castro João Lélis de Luna Freire Cleantho de Paiva Leite Clóvis dos Santos Lima Celso Mariz

Fonte: GUIMARÃES, Luís Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária, 1998. Quadro elaborado pelo autor da Dissertação.

Como podemos perceber no quadro acima, alguns sócios do IHGP se aventuraram como memorialistas, ideólogos e historiadores na escrita do movimento de

1930. Intelectuais como José Américo, Ademar Vidal, João Lélis, e Álvaro de Carvalho, se dedicaram, com grande envergadura, a essa temática, sobretudo se levarmos em consideração o fato de que eles vivenciaram, de perto, as tramas e conflitos políticos daquela conjuntura histórica. A eles, enquanto *intelectuais orgânicos* das camadas dirigentes, interessava tratar a temática no calor dos acontecimentos, isso porque justificaria o Estado que emergia do movimento de 1930, Estado do qual todos participavam ocupando cargos públicos.

3.3 A CONSTRUÇÃO DO FATO E DO “HERÓI”: UMA CULTURA HISTÓRICA HEROICIZANTE

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação (Certeau, 1988).

Três categorias históricas são de fundamental importância para o tema de nosso estudo: *memória coletiva*, *lugares de memória* e *lugar social*. Por isso, antes de adentrarmos pelos meandros da historiografia paraibana, tentaremos explicitá-las um pouco mais do que as considerações feitas no segundo capítulo.

Escrevendo na primeira metade do século XX, o sociólogo Maurice Halbwachs, na obra hoje clássica *A Memória Coletiva* (edição original: 1950; edição brasileira: 1990), defende o princípio de que as memórias, mesmo as individuais, são sempre condicionadas pelos grupos sociais aos quais se ligam, física e afetivamente. Assim sendo, as lembranças são sempre recordações de experiências, as quais os indivíduos vivenciaram em determinados grupos, no decorrer do tempo. A socióloga Olga Rodrigues de Moraes Von Simson (1999, p.63) fala de uma *memória coletiva* formada por fatos e aspectos tidos como relevantes e que são guardados como memória oficial a partir dos *lugares de memória* (quadros, monumentos, obras artísticas e literárias, hinos oficiais, etc). Seria a memória dos grupos vencedores, contrapondo-se às *memórias subterrâneas ou marginais*, quais sejam, as versões de grupos dominados ou não, que não estão monumentalizadas, nem gravadas em suportes da cultura material,

mas predominantemente expressas na tradição da transmissão oral, de geração para geração. Nessa mesma linha de pensamento se coloca Michael Pollak. Porém, diferentemente de Halbwachs, que procura estudar as permanências, Pollak trabalha na perspectiva do conflito, das chamadas batalhas de memórias.

A categoria *lugares de memória* foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Partindo do conceito de *aceleração da história*, ele discute como, em meio à mundialização e ao mundo midiático da informação, com a rapidez e a velocidade que nos chega no cotidiano, a ameaça do esquecimento tem sido componente essencial para explicarmos esse “boom” memorialístico e preservacionista das últimas duas décadas. Diante dessa ameaça, aparecem os *lugares de memória*, expressando a dimensão da memória, não na sua interioridade, e sim, no campo da cultura material. São monumentos, bibliotecas, arquivos, centros de memória, museus, etc, incumbindo-se da representação de uma memória arquivística, uma “... *memória registradora que delega ao arquivo o cuidado de lembrar por ela.*” (NORA, 1993, p.14-15).

A historiadora D`Alessio, (1992, p. 103) fazendo uma leitura do objeto memória nas obras de Halbwachs e Nora, analisando este último autor, aborda o entendimento que o historiador francês faz da história como lugar da tradição, como *lugar de memória*, uma história que

(...) ainda tem restos de memória. Não é apenas memória porque não é mais vivida, porque a ruptura com o tempo eterno já foi feita, porque o passado já foi reconhecido, tanto que passa a ser arquivado, registrado (monumentos, museus). Mas é ainda memória porque sacraliza, comemora, celebra.”

No que concerne à terceira categoria, evocamos, ainda que brevemente, o historiador Michel de Certeau (1988, p.18), que utiliza o conceito de *lugar social* para definir a história como um discurso que emerge de uma prática social e de um lugar social e institucional. Para Certeau, o historiador fabrica história a partir de um lugar particular, sendo esse lugar uma sociedade, uma política, uma instituição, etc. A obra histórica não é individual, tem a marca da época de sua produção e da instituição a partir da qual foi produzida.

Mas de que forma essas três conceitos serão úteis para nossa revisão historiográfica? O que pretendemos com essa discussão historiográfica num trabalho

inscrito no campo da memória? Tentamos esboçar algumas respostas a seguir, como, de resto, no decorrer do texto.

Nosso propósito, de um modo geral, é discutir como os *lugares de memória* assumem relevantes papéis na construção e/ou solidificação da memória da “revolução de 30” na Paraíba. Concordando com a idéia de Nora, de uma história-conhecimento como *lugar de memória* que ainda sacraliza, celebra, comemora, entendemos que é pertinente a revisão da historiografia local a fim de que possamos entender suas relações (ou não) com a memória do que se convencionou chamar de “revolução de 30”. Daí, mais do que necessário, torna-se imprescindível a fundamentação teórica certeauriana para contextualizarmos os autores e obras revisadas, no seu *lugar social*.

Não nos propomos analisar toda a produção historiográfica sobre a “Revolução de 1930” na Paraíba. Tendo em vista nossa problemática, qual seja, a de entender como a escrita da História organiza uma memória, optamos por um recorte em torno das obras escritas entre 1930 e 1945⁴⁵, por as considerarmos emblemáticas do ponto de vista da representação da memória do bloco instalado no poder no pós-30, além de pioneiras na busca de justificativas para os acontecimentos daquele período histórico. Constituem o que podemos chamar de primeiro momento instituinte da historiografia sobre 1930.

Do ponto de vista teórico-metodológico, mesmo não apresentando, explicitamente, a fundamentação teórica, indiretamente, essas obras se inscrevem num perfil da História Historicizante. As narrativas se apresentam como depoimentos, já que seus autores escrevem como testemunhos oculares dos acontecimentos, mas sempre buscando a comprovação, a verdade histórica, por intermédio dos documentos. A

⁴⁵ Para efeito de análise, escolhemos as obras editadas até 1945, pois entendemos que, durante esses quinze anos, foi organizada uma memória, por intermédio da escrita da história, que foi reproduzida na sociedade local, legitimando o presente através do passado. Analisamos as seguintes obras: VIDAL, Ademar **O Incrível João Pessoa(1930); Do Grande Presidente(1931); e 1930-História da Revolução na Parahyba(1933)**; CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução(1932)**; LÉLIS, João. **A Campanha de Princesa(1944)**; ALBUQUERQUE, Octacílio de. **Nos Pródromos da Revolução** e a isolada obra de CALDAS, Joaquim Moreira. **Por que João Dantas assassinou João Pessoa**. O período 1930-1945, por outro lado, se configura como de instauração do projeto dos “revolucionários” de 1930, no Brasil e na Paraíba, embora muitos acontecimentos internos ao período coloquem em discussão os rumos do projeto social pretendido. Já o período pós- 1945 inaugura um outro contexto histórico, que já vem dando sinais desde 1942, fazendo emergirem forças sociais e políticas de críticas ao período anterior e ao varguismo, reivindicando a redemocratização da sociedade e do Estado brasileiros. Até que ponto essa nova temporalidade conjuntural repercutiu sobre a historiografia alusiva a 1930, é uma indagação que extrapola os propósitos deste trabalho.

propósito, vejamos o que diz o pai da historiografia sobre a “Revolução de 1930” na Paraíba:

Vivi os fatos e não me contive em esperar que esfriassem para depois descrevê-los. Aguardar que o tempo passasse? Não. Tardar sempre gera conveniências, ficando a narrativa sujeita a fatores novos, prevenções com atitudes personalíssimas. **Tardar será dizer a verdade?** Será adulterá-la às conveniências de quem deixa primeiro correr o tempo para eliminar emoções e esquecer detalhes fixos. Esclarecedores. Fazendo eu o que fiz ao escrever dentro do ambiente melhor -não depois de décadas para coonestar.(...)E o que assisti e escrevi pode ser **materialmente provado.** (VIDAL, 1978, p. 6/7, grifos nossos).

Não eram historiadores por formação. Por isso, chega a ser anacrônico cobrarmos fundamentação teórica em trabalhos elaborados por jornalistas, advogados, autodidatas. Preocupavam-se, evidentemente, em narrar a “verdadeira” história, em contemplar uma memória, materializando-a em um lugar. Entretanto, na prática, exerciam o ofício a partir do modelo oficial dos Institutos Históricos. A sua concepção de História é narrativa, linear, factual, política, biográfica, decorativa, centrada nos “heróis” como sujeitos; concepção essa que, de tanto ser produzida e reproduzida na História da História e do Ensino de História, formou subjetividades, inclusive no senso comum, do que deveria ser o objeto da ciência História.

Como podemos deduzir da citação acima, os pressupostos metódicos caracterizam a escrita da historiografia paraibana dos anos 1930/1940, por meio da ambição de verdade histórica, da comprovação dos fatos por meio de documentação escrita. Vidal (1931, p. 5), na introdução do livro *O Incrível João Pessoa*, publicado no calor dos acontecimentos, deixa clara a pretensa neutralidade do escritor na construção da narrativa histórica, ao declarar que

Este livro encerra uma singela reportagem baseada em documentos. Não tem a menor preocupação Litterária e deve conter inúmeras falhas. Seu único intuito é reconstituir a tragédia que ensangüentou a Parahyba no anno de trinta para mostrar a grandesa de uma vida como a de João Pessôa. **Fui parte direta nos acontecimentos. Estive dentro delles. Mas, procurei fixal-os sem paixão política e sem prevenções individuaes. Procurei colocar-me na posição de quem já estivesse olhando bem de longe- quase do lado de fora.** A. V. (Grifos nossos).

A historiadora Dias (1996, p.39), analisando os anos iniciais do IHGP, afirma que

Algumas deliberações das reuniões ordinárias do IHGP são bastante significativas do estilo de história pensada e produzida. Escrever a história, catalogar fontes, juntar todo material

possível que servisse para **glorificar o passado**- era esse o sentido exato das iniciativas. Assim sendo, é bem exemplificador que o Instituto Histórico se empenhasse em requisitar os restos mortais de André Vidal de Negreiros, adquirir os retratos de Duarte Gomes da Silveira e sua esposa, descobrir o crânio de José Peregrino Xavier de Carvalho e em constituir uma comissão para elaborar um projeto de armas da Paraíba.- (Grifos nossos).

Em que pese o objetivo maior do Instituto, qual seja, o de “glorificar o passado” paraibano, podemos inferir que, com o advento da “Revolução de 1930”, foi dado um tratamento especial a esta temática por parte daquela instituição. Basta olharmos o QUADRO VII, citado em momento anterior desse texto, para percebermos que, ao lado de temas inseridos em tempos históricos mais recuados também foram produzidos trabalhos que hoje poderíamos classificar como História do tempo presente.

Alguns pressupostos indicados por Julliard, no início desse capítulo, ao se referir à História política tradicional, podem ser aplicados à escrita das obras em análise. Para o historiador francês, esse modelo de escrita da História ignora as massas. Pelo que podemos deduzir dos trabalhos que lemos, os sujeitos da História são os “grandes homens”. Há conflitos em torno das versões e dos “heróis” responsáveis pelos acontecimentos, mas um ponto comum é o tratamento factual e “heroicizante” da cultura histórica daqueles tempos.

Para Julliard, a História política tradicional é qualitativa e ignora as séries. Assemelha-se ao caso que estamos estudando. A documentação escrita, utilizada como *fetich*e, é largamente exposta nas obras como meio de provar a verdade dos fatos. Cartas, telegramas, relatórios, são por demais transcritos no decorrer das narrativas, com esse objetivo. Não trabalham com o quantitativo, e sim, com o qualitativo.

Ainda com base na configuração de Julliard sobre a História política tradicional, enfatizamos que a escrita sobre a “Revolução de 1930”, no recorte temporal em estudo, é elitista e biográfica e parcial, assim como também visa os pontos precisos e ignora o longo prazo. A historiografia oficial está sempre às voltas com a biografia de João Pessoa, como diria Certeau, carrega as marcas de um *lugar social*, porém se pretende neutra e imparcial. Quanto à temporalidade, quando muito recua, esbarra em 1928, ano do início do governo de João Pessoa, e sempre está fechando em outubro de 1930, com o advento da “revolução”. No entanto, uma das posturas da história positivista (nos termos que abordamos) é rompida. Exatamente esse quase não recuo do tempo que

era pressuposto da isenção do historiador, pela decantação do passado. Vidal, como expõe na citação acima, inverte esse pressuposto: considera que deixar o tempo passar pode ter implicações sobre a verdade histórica, sobre as emoções e sobre a memória dos acontecimentos e sobre a parcialidade da narrativa.

A escrita da história da “Revolução de 30” na Paraíba tem início ainda no calor dos acontecimentos, do mesmo modo que a organização da memória em outros suportes, como visto no capítulo II. Entre 1930 e 1933, são publicados três livros: *Do grande Presidente* (1931), *O Incrível João Pessoa*(1931), e *1930- História da Revolução na Paraíba*(1933), todos de autoria de Adhemar Vidal. Os três trabalhos seriam acoplados, mais tarde, em única obra- *João Pessoa e a Revolução de 30*, reeditada em 1978, por ocasião do centenário de João Pessoa. São trabalhos exaustivamente apologéticos, dado o lugar social de seu autor.⁴⁶

Ainda em 1931, foi publicado o livro *Nos Pródromos da Revolução*, de Octacílio de Albuquerque.⁴⁷ Trata-se de uma coletânea de artigos que o mesmo escrevera para diversos jornais paraibanos e pernambucanos, entre 1927 e 1930. O organizador da coletânea foi seu filho, Togo de Albuquerque, que o lançou em Sergipe. Eis o que escreveu no prefácio:

A collectanea que apresento a Sergipe, a esta terra que tanto venero e admiro, nada mais é do que o desejo, que sempre me acompanhou, de prestar ao meu pae uma pequena homenagem e, ao mesmo tempo, de offerecer, aos sergipanos, diminuta parcella de conhecimento do que foi a grande obra de educação cívica a que se empenharam os filhos da altiva Parahyba, que redimiu o Brazil com o sangue, transformado em chamma do impávido e immortal JOÃO PESSOA. Aracajú, 7 de abril de 1931. TOGO DE ALBUQUERQUE

⁴⁶ Adhemar Vidal nasceu em 1900, na capital da Paraíba. Em 1912, trabalhava no Jornal oficial do governo estadual, *A União*, primeiro como revisor, depois passando a editor. Em 1919, formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife e, em 1925, já era Procurador da República, secção da Paraíba. Entre 1929 e 1930, exerceu o cargo de Secretário do Interior e Justiça e Segurança Pública do governo João Pessoa. Em 1932, o Presidente da República, Getúlio Vargas, nomeou Adhemar Vidal para o lugar de Ajudante de Procurador da República na Paraíba, ocupando, posteriormente, os cargos de: Promotor do Tribunal de Segurança Nacional (1943-1945), Procurador Geral da República no Distrito Federal (1945), Procurador da República, Interinamente (1947) e Procurador da República de Primeira Categoria, no estado da Guanabara (1968). Fonte: Arquivo Privado de Adhemar Vidal, no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

⁴⁷ Octacílio de Albuquerque, juntamente com Argemiro de Figueiredo e João da Mata, fundou o Partido Democrático na Paraíba e, em 1930, apoiava a Aliança Liberal, ao lado de João Pessoa.

Ao abrirmos a obra, vemos, nas primeiras páginas, o Hino de João Pessoa. E para não termos dúvidas quanto à exaltação da memória do ex-presidente paraibano, vejamos o que o autor escreve em uma passagem por demais apologética: “*Parahybano! Si o és, verdadeiramente, o dever te impelle a ficar ao lado da tua Parahyba, nesta histórica jornada de democracia contra o absolutismo, da liberdade contra a prepotência, do direito contra a usurpação*”. (ALBUQUERQUE, 1931, p. 71). São por demais explícitos os adjetivos com os quais qualificava a Aliança Liberal, construindo a versão de que João Pessoa “deu o sangue” pra redimir o Brasil. Aos perrepistas eram dirigidos adjetivos que procuravam desqualificar: “ditadores”, “prepotentes”, e “usurpadores”.

Em 1932, Álvaro de Carvalho⁴⁸ escreve *Nas Vésperas da Revolução*, no qual aborda a questão dos planos “revolucionários”, tramados à sua revelia e no interior do seu governo, por seus auxiliares, enquanto ele trabalhava no sentido de manter a ordem. Mesmo assim, não deixa de ser apologético, maniqueísta.

Em 1944, o jornalista João Lélis de Luna Freire⁴⁹ publicou, pela Editora *A União*, o livro *A Campanha de Princesa (1930)*. Trata-se de mais uma obra histórica que vem dar continuidade à construção da memória oficial. Ele desempenhou papel semelhante ao de Euclides da Cunha em Canudos: esteve no sertão paraibano cobrindo a guerra de Princesa para as páginas oficiais do Jornal *A União*.

Em artigo intitulado *Memória, Esquecimento, Silêncio*, Michael Pollak (1989, p. 3) enfatiza os conflitos existentes entre a memória coletiva nacional e as memórias subterrâneas ou marginais. Ele chama atenção para a questão do trabalho de *enquadramento da memória*, operacionalizado por profissionais ligados às organizações das quais são membros. Dentre esses profissionais, podemos citar os

⁴⁸ Em 1932, o sucessor de João Pessoa, no governo do estado, Álvaro de Carvalho nasceu em Mamanguape, em 1885. Elegeu-se deputado federal em 1927 e 1º vice-presidente da Paraíba, na chapa com João Pessoa, em 1928. Era um epítacista histórico, anti-“revolucionário”.

⁴⁹ João Lélis de Luna Freire nasceu em Alagoa Nova, em 1909. Estudou no Colégio Pio X e no Liceu Paraibano, bacharelando-se em Direito, pela Faculdade do Recife, em 1937. Em 1929, era diretor do *Diário do Povo*, redator e diretor de *A União*. Participou, ativamente, do Movimento de 1930, como Oficial do 29º BC, integrando a coluna que lutou na Bahia, exercendo, voluntariamente, o cargo de “Correspondente de guerra”, fazendo a cobertura jornalística dos fatos que ocorriam durante o conflito naquela região. Durante o movimento de Princesa, fez o mesmo trabalho para o Jornal oficial *A União*. Em 1935, foi nomeado prefeito de Mamanguape, depois de Taperoá e Nova Cruz (RN). Em 1946, elegeu-se deputado estadual, pela legenda do PSD. Fonte: Memorial do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, edição comemorativa dos 90 anos de fundação (1905-1995).

“*historiadores da casa*”, que produzem discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens.

Desse modo, podemos concluir, das palavras de Pollak, que o trabalho especializado de enquadramento das memórias coletivas é um dos fatores relevantes no que concerne à manutenção do tecido social e das instituições sociais.

As memórias que não são enquadradas, sobrevivem por décadas, através da transmissão oral e de redes de sociabilidades diversas, a exemplo das associações de ex-combatentes e deportados. Seria o “não dito”, lutando clandestinamente, à espera do momento propício para poder se expressar. São lembranças “*zelosamente guardadas em estruturas de comunicações informais e passam despercebidas pela sociedade englobante.*” (POLLAK, 1989, p.6).

Evocamos esse aporte teórico por considerá-lo de fundamental importância para nossa discussão. Em nosso entendimento, estabeleceu-se uma luta pela memória entre os grupos antagônicos de 1930, na Paraíba. Lutas equivalentes à Guerra de Princesa, nas quais a Aliança Liberal saiu duplamente vitoriosa: no campo da luta armada e no campo do enquadramento simbólico.⁵⁰

Os intelectuais ligados ao Estado paraibano e, conseqüentemente, ao bloco vitorioso do movimento de 1930, tinham espaços institucionais suficientes para a produção da História como *lugar de memória*. Fabricavam seus discursos a partir de, ao menos, duas instituições poderosas: o Estado, que se interessava diretamente por uma memória que legitimasse sua ação; e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que credenciava, intelectualmente, aqueles que detinham o ofício da escrita. Por outro lado, os espaços institucionais se fechavam para as memórias subterrâneas das elites vencidas, nessas verdadeiras batalhas da memória. Conforme salienta Pollak (1989, p.6),

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos

⁵⁰ Entendemos que a Aliança Liberal saiu vitoriosa da Guerra de Princesa, se levarmos em consideração toda a conjuntura política da época, culminando com a vitória dos aliancistas em outubro, com a “revolução”. Porém, como dissemos no capítulo anterior, João Pessoa venceu de forma simbólica, pois, foi a partir de seu assassinato que a Aliança Liberal se vitoriou. Nesse particular, não foi João Pessoa/governo que venceu a guerra, mas sua memória, que foi apropriada por uma ala da Aliança Liberal para preparar o golpe que alijou os perrepistas do poder.

específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.

Desse modo, enquanto os intelectuais liberais tinham espaços para o dizível, criando uma memória que pretendia ser a imagem da sociedade na sua amplitude, isto é, coletiva, os intelectuais perreperistas lutavam para sair da condição do “não dito” e expressar suas versões sobre os acontecimentos. A propósito, achamos pertinente transcrever alguns telegramas, enviados do exílio em Paris, por João Pessoa de Queiroz⁵¹ ao seu genro Joaquim Inojosa, através dos quais pedia, desesperadamente, que se escrevesse um livro falando da guerra de Princesa:

(...) Paris- 20-03-1931: Eu desejo escrever um livro sobre os negócios de Princesa me defendendo sem humilhação. Vocês têm todos os elementos e eu tenho **o meu arquivo**...Espero que V. vá organizando tudo para esse fim”. “Paris-10-04-1931:- Não esqueça o livro que pretendo publicar; eu posso assumir a responsabilidade dele- porém quero publicar a carta que escrevi ao Joca e as cartas trocadas com o Epitácio. Diga se devo escrever a ele, Epitácio, **pedindo licença para publicar**”.- “Paris- 30-04-1931:- Não se esqueça do livro. Eu quero historiar este caso desde a minha amizade íntima com o Joca; quero transcrever a carta que escrevi em 1929 ao Joca e as cartas que recebi e escrevi ao tio. **Quero enfim deixar um documento para vocês no futuro não terem vergonha de mim e nem meus filhos e netos**. Faço questão disso e só posso contar com V. para esse trabalho”.- “Paris-26-05-1931:- Peço que em tudo seja claro, positivo e cru, **não tenha contemplação com pessoa alguma**; eu assinarei tudo onde for precisa a minha responsabilidade”... “**Quero que V. conte toda a história de Princesa** e aproveite as fotografias que tiramos ali. Não tenha medo, seja cruel, porém somente com a **verdade**”.- “Paris:-6-6-1931- Não esqueça o livro, tome todo interesse nele, quero defender-me, porém também não quero ter a menor condescendência, seja com quem for; quero **botar a calva dos algozes á mostra**.” “Paris- 19-06-1931:- Remeta as **provas do livro** do que falo. Não esqueça de ativar esse caso, pois sei que é **cedo para a saída do livro**, porém já está ficando tarde para a confecção dele”. “Paris-11-07-1931:- Não estou de acordo em demorar a confecção do tal livro, pelo contrário desejo dar urgência a ele; **para ter tudo pronto para o momento oportuno**; preciso historiar as coisas desde 1925, para defender também o Zé Pereira. Mande as provas urgentes. (INOJOSA, 1980, p. 23/24, grifos nossos).

Esse item merece um contraponto bastante emblemático, do ponto de vista historiográfico. Ademar Vidal, em passagem citada anteriormente, destaca a importância de escrever a história no calor dos acontecimentos, pois, retardando, pode ser levado à omissão da “verdade” histórica, a partir de fatores novos. E assim se fez. Ele, de forma pioneira, escreveu a “história da Revolução de 1930 na Paraíba”, fazendo uma história do tempo presente. Nesse aspecto, podemos dizer que Vidal fugia à

⁵¹ João Pessoa de Queiroz era primo de João Pessoa Cavalcante. Além de proprietário do *Jornal do Comércio*, também possuía firmas comerciais, instaladas na cidade do Recife.

história política tradicional, entre cujos procedimentos se incluía a recomendação do estudo do passado já sedimentado, de periodizações históricas mais recuadas temporalmente, como uma certa garantia da isenção do historiador. Vidal, portanto, indo em direção oposta, em razão de seu lugar institucional na atualidade dos acontecimentos, nesse tocante, revela-se um modernista.

Por outro lado, João Pessoa de Queiroz, reconhece “*que ainda é cedo para a saída do livro*”, dadas as circunstâncias do processo político paraibano, no qual “os liberais” vitoriosos tinham espaços para materializar sua versão, tinham apoio da maioria da população, enquanto “os perrepistas” não dispunham desses espaços e eram perseguidos como os “assassinos” de João Pessoa Cavalcanti. Era difícil, para os perrepistas, transformar a memória oral em *lugar de memória*. Mesmo conseguindo editar um livro, como foi o caso de Joaquim Moreira Caldas, não havia o respaldo suficiente para competir com a historiografia oficial. Exemplo maior é esse de Inojosa, que, insistentemente solicitado por João Pessoa de Queiroz na década de 1930, teria a primeira edição do seu livro apenas em 1980. Por que cinquenta anos para editar esse livro, se havia uma certa pressa de João Pessoa de Queiroz nos seus telegramas?

A título de ilustração do que estamos afirmando, vejamos o que escreveu Inojosa (1980, p. 228) sobre o livro de Joaquim Moreira Caldas:

Da sua publicação encarreguei-me em 1933, por conta do meu ex-sogro João Pessoa de Queiroz, que me enviara os originais. De várias tipografias consultadas no Rio, apenas uma se aventurou a imprimi-lo: a do meu amigo Cândido Mendes júnior. Assim mesmo sob uma condição- publicação quase clandestina, devendo a revisão fazer-se no seu próprio gabinete de trabalho, com os originais ali mesmo inutilizados, e a remessa direta dos 200 volumes para o Recife... O meu próprio exemplar viria de torna-viagem. Tratava-se de um livro realmente explosivo, pois além de relatar e comprovar a tragédia da Penitenciária, também descrevia em pormenores a da Glória, suas causas e a revolução de 30 em Pernambuco. Quanto à morte de João Dantas e Augusto Moreira Caldas, o véu da verdade se abria em reposteiro largo.

Para fazer notar o quanto o Estado se colocava como mecenas da escrita da “Revolução” de 30, na Paraíba, uma vez que era do seu interesse sistematizar uma memória histórica que lhe desse legitimidade e buscasse coesão, vejamos o que diz o prefácio do livro *Do Grande Presidente*:

A iniciativa deste livro se deve ao Governo da Parahyba que o mandou editar. Nelle se encontram as manifestações intellectuais de João Pessôa durante o período compreendido

entre agosto de 1928 a julho de 1930. O Sr. Adhemar Vidal escreveu as notas explicativas que precedem às produções do Grande Presidente contidas neste livro. (VIDAL, 1931).

O livro foi editado pela gráfica de *A União* e descreve, com muito louvor, os dois anos do governo João Pessoa.

O conteúdo das narrativas oficiais pressupõe algumas características.

Em primeiro lugar, trata-se da construção de uma imagem de João Pessoa mitificado e da idéia maniqueísta na qual, evidentemente, ele representa o papel de “herói”, cabendo a João Dantas participar do teatro político investido no papel de vilão. Adhemar Vidal (1978, p.13) introduz a sua biografia, procurando mostrar o “heroísmo” do presidente como algo predestinado:

Criança nada comum, pela sua inquietação, gritando e chorando um pouco mais do que as outras - certamente deve ter sido assim João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Se, em criança, João Pessoa já ficava inquieto *“gritando e chorando um pouco mais que as outras”*, quando adulto, governando a Paraíba, esbravejou bem mais forte fazendo ecoar, do Nordeste emudecido, perante o Catete, o grito do “NEGO”. É esse o discurso que a historiografia oficial elaborou, incorporou e consolidou. Nesse particular, há dois pontos a serem discutidos. Primeiro, o gesto de coragem e bravura do presidente da Paraíba, se rebelando contra o todo poderoso esquema do “café-com-leite”. O escritor Adhemar Vidal(1978, p.50) ressalta que não existe a expressão “NEGO” no telegrama que João Pessoa remete ao romper com Washington Luis, como de fato inexistente, e atribui ao povo paraibano a autoria da expressão, livremente criada a partir do gesto do presidente. Eis o teor:

Daí a origem do nome do ‘NEGO’ que o povo sabiamente concluiu das palavras contidas no despacho acima.⁵² Honra ao homem que naquela hora soube dizer não.

⁵² O despacho aludido é o telegrama enviado por João Pessoa ao romper com Washington Luis: *“Reunido Diretório Partido, sob minha presidência, depois consultados amigos maior representação política, resolveu unanimemente não apoiar candidatura dr. Júlio Prestes sucessão presidencial República. Peça comunicar essa resolução leader maioria em resposta sua consulta sobre attitude Parahyba. Saudações.”* (Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP).

José Américo, em discurso de comemoração da vitória da “revolução”, fez uma analogia entre o gesto do presidente João Pessoa e um outro fato fundante da historiografia brasileira. Eis o teor: “*O grito de independência ou morte, às margens do Ipyranga, não foi maior do que o Nego, às margens do Sanhauá.*” (Jornal *Correio da Manhã*, 5 nov. 1930)

O segundo ponto reforça a magnanimidade do gesto político de João Pessoa, buscando constituir uma identidade de bravura, de coragem e de resistência às “velhas estruturas”, atribuída ao estado da Paraíba, tornando-o diferente na região Nordeste, onde os demais estados compactuavam com o oficialismo oligárquico. É ainda a Adhemar Vidal (1978, p.53) que concedemos a palavra:

Enfim, o gesto memorável de 29 de julho, o pequenino estado do Nordeste negando apoio ao senhor Júlio Prestes, candidato do sr. Washington Luís, comoveu profundamente o civismo brasileiro. É que a Paraíba quase não tinha significação na vida política nacional e a sua atitude constituía, para os supostos donos do Brasil, uma petulância sem igual. Trazia cores impertinentes. Um desafio. Demais, erguia João Pessoa bem alto dentro do norte oficialmente agachado, oficialmente de um servilismo doentio; erguia João Pessoa como uma admirável força de expressão cívica de todo Brasil.

A historiadora Margarida Dias (1996, p. 50-62), analisando a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, entre 1905 e 1928, chama a atenção para o fato da criação de uma identidade paraibana, que ela nomeia de Paraibanidade, no conteúdo das revistas pesquisadas daquela instituição. Essa identidade se constituiria por três singularidades, quais sejam: a) a origem da Paraíba que, diferentemente das outras capitanias, teria nascido de um acordo de paz; b) a bravura, componente retirado das lutas para a expulsão dos holandeses, nas quais os historiadores visualizam um sentimento de nacionalismo; e c) o destino histórico do paraibano, que já estaria desde sempre *fadado* ao republicanismo. Para Dias, essa última característica buscava justificar a especificidade do regime republicano na Paraíba, sobretudo, distinto de Pernambuco.

Ao que tudo indica, a preocupação com a constituição de uma identidade paraibana ainda se fazia presente na produção historiográfica do pós-1930. A questão da bravura dos paraibanos, que, em 1930, haviam lutado defendendo a autonomia

estadual, um dos princípios da República, é parte constituinte do discurso historiográfico local. Adhemar Vidal (1978, p. 213/214) cita discurso de Assis Chateaubriand:

Mas não me surpreendam, os contemporâneos, da abnegação, do supremo espírito de sacrifício com que a minha pequenina Paraíba está respondendo ao desafio do governo federal. **A geração de 1930 é a mesma de 1630.** Sob o duro jugo flamengo, a Paraíba escreveu as páginas mais emocionantes de amor à Pátria que se encontram em nossa história. O diretor da colonização holandesa na capitania da Paraíba, Ypo Essens, (sic) praticou desmandos inqualificáveis contra a liberdade local. Pagou com a vida, no próprio solo paraibano, os crimes que ali cometera. Quando em 1654 terminou o domínio holandês no Brasil, a Paraíba era um montão de ruínas, talada desde o mar até o interior. De 21 engenhos de açúcar só lhe restavam dois. **Paulo de Lyngge mandou enforcar os patriotas mais ardentes da Capitania. Estevão Fernandes foi morto e amarrado na cauda de um cavalo, para ser esquartejado, por tentar resistir aos Washingtons Luíses daquela época.** (Grifos nossos).

E conclui (VIDAL, 1978, p.222), rememorando uma conversa com João Pessoa:

Aí recordamos heróicos episódios da história da Paraíba calcados em límpidos ideais revolucionários. Mostramos que, desde a guerra holandesa, o paraibano tem se metido nas mais duras campanhas para pelear, finalmente, sozinho. E com que apaixonado entusiasmo.

Se nos remetermos ao conceito de *tradição inventada*, de Hobsbawm, referenciado no início desse trabalho, percebemos que sempre que se inventa tradições novas, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado apropriado.

A historiografia oficial paraibana, com as *tradições inventadas* a partir de João Pessoa, vai buscar no passado paraibano uma identidade de luta, de bravura, de heroísmo, cuja continuidade estaria justificando os interesses do presente. Nesse particular, as invasões holandesas nas quais a conseqüente expulsão dos batavos são retomadas pelo discurso de 1930 para mostrar a resistência paraibana em meio à luta: em 1630, para expulsar os flamengos e, em 1930, para manter a autonomia estadual, contra o “invasor estrangeiro” atualizado, no caso, Washington Luís. Nesse último conflito, os historiadores colocam a Paraíba lutando sozinha nos campos de batalhas, tendo a oposição do governo federal e ficando isolada pelos “maus” vizinhos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Mas por outro lado, os intelectuais vão construir a idéia de ruptura com um passado mais recente. A “Revolução de 1930” fundou uma “nova era” na República Brasileira, “inovadora” em relação a “República Velha”, que representava “arcaísmo”.

O governo João Pessoa (1928-1930) é caracterizado, por esse fazer historiográfico, como “moralizador”, “liberal”, “popular”, “modernizador” e “anti-coronelístico”. Há um esforço exaustivo, às vezes repetitivo, em chamar a atenção para esses atributos, no decorrer das páginas da história oficial. Para os autores oficiais, teria sido um governo contra as oligarquias, pois ele teria governado combatendo o coronelismo. Em que pese a modernização da máquina estadual, empreendida por João Pessoa, buscando controlar o coronelato, não conseguimos vê-lo separado do oligarquismo. Primeiro, pela suas origens, como sendo de uma família que dominava o potentado local de Umbuzeiro; segundo, pela forma como surgiu na política e veio a governar a Paraíba, indicado por seu tio, Epitácio Pessoa, e, terceiro, pelas práticas de governar, que teria inovado no tocante à centralização do coronelismo, mas que não fugiu aos conchavos típicos daquela época.

A ênfase que temos dado aos trabalhos de Adhemar Vidal, se justifica em razão do monopólio e do exclusivismo com que inicia a escrita da história da “Revolução de 1930” na Paraíba. No entanto, ele não era a única voz oficial que falava à sombra do “novo” Estado Nacional.

Outro intelectual, que também se aventurou no papel de “historiador da casa”, escrevendo sobre a guerra de Princesa, foi o jornalista João Lélis de Luna Freire que, decorridos dois anos da publicação de sua obra, galgava a condição de imortal, ocupando uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Seu trabalho se afeiçoa aos fundamentos teóricos de Euclides da Cunha, mostrando as peculiaridades do homem sertanejo e as táticas de guerra adequadas ao seu espaço geográfico. Nas páginas iniciais e finais do livro, não poupa elogios ao governo João Pessoa, o que o torna, em nosso entendimento, mais um trabalho apologético e organizador da memória coletiva oficial. Como jornalista de *A União*, acompanhou a transição de posse do cargo de presidente da Paraíba, de João Suassuna a João Pessoa, e narra os acontecimentos minuciosamente no livro, como se estivesse redigindo uma ata. Transcreve o discurso de posse de João Pessoa, tido como “revolucionário”, pois vinha sinalizando com a centralização estatal, que, na certa, desagradaria setores do coronelismo paraibano:

Bem poucos compreenderam, no instante, que com o discurso do presidente, estava tendo começo a grande revolução brasileira, sobretudo o seu período inicial de agitação e revolvimento. (LÉLIS, 1944, p. 16).

Ao final de *A Campanha de Princesa*(1930), João Lélis faz uma série de interpelações, nas quais sobram elogios ao governo João Pessoa, o que denuncia a postura do autor como sendo mais um contribuinte na missão de colocar a escrita da história como *lugar de memória*. Vejamos o que diz:

Podemos, em face do ocorrido considerá-la perdida? Perdida porque? Por acaso os guerrilheiros do **grande presidente paraibano** cederam terreno às investidas dos adversários? Teriam os rebelados atingido, em qualquer momento, o desideratum que os impelira nos primeiros dias de março, quando o seu chefe, ainda sob a pressão de velhos compromissos partidários, refluía de sua condição de responsável por uma norma política, e empunhou o gládio de uma rebelião sem programa e sem mística para proclamar em todos os quadrantes do estado, e quiçá do país, a necessidade de **reação a uma nova ordem** que já se esboçava através de sistemáticas **reformas políticas e sociais**, nesta heróica e malsinada região da nacionalidade? Existiam, por parte dos adversários do governo de então, nessa brutal colisão de forças, o sentimento superior e imcomportável de uma grande revolução e a semente de melhores dias para todos, em futuro, não muito remoto? Ou esses requisitos, essas condições, já existiam no bojo das medidas e das atitudes do presidente sacrificado, anunciadas com aquele discurso impressionante de 22 de outubro, ao assumir a direção dos negócios públicos de sua terra? (LÉLIS, 1944, p.194-195, grifos nossos).

Fizemos uso de longa citação, objetivando mostrar como o discurso de Lélis constrói a idéia do “novo” na gestão de João Pessoa. Primeiro, ele mostra que o governo venceu a guerra de Princesa. Para ele, teria o presidente paraibano se antecipado às reformas políticas e sociais que viriam, mais tarde, com a Era Vargas e o “novo” Estado Nacional Brasileiro. Na Paraíba, antes de 1930, João Pessoa teria empreendido administração modernizadora, calcada em uma “nova ordem anti-coronelística”. Já os opositores, os chamados perrepistas, afirma o autor, que faziam parte do bloco “conservador”, não pensavam no futuro e nas melhorias do país e preferiam fazer política à moda coronelística, clientelista e personalista.

Adhemar Vidal (1978, p.) também não deixou por menos as louvações ao governo João Pessoa, colocado na citação que se segue, como “renovador” e “popular”:

Foi, sobretudo pelo êxito sem precedentes de sua ação administrativa. Era alguma coisa de estranho esse homem de governo que, diferente de todos os outros, no espaço de menos de um ano, salvava as finanças arruinadas do seu Estado. Pagava o funcionalismo atrasado de seis meses. Punha em dia os fornecedores. Extinguia a dívida flutuante. E depois realizava o

verdadeiro milagre, transcorridos apenas quinze meses de governo. Quase tudo renovado. Daí a glorificação popular de reconhecimento.

Quanto aos adversários de João Pessoa, a historiografia liberal os trata como “reacionários” e “desordeiros”, pois estariam organizando uma guerra contra a autonomia da Paraíba, buscando uma intervenção federal que feria os princípios democráticos. Para esses intelectuais, as razões do conflito de Princesa devem ser buscadas na insatisfação dos coronéis contra o “novo” modelo administrativo de João Pessoa. Importante dizer que, no decorrer de suas páginas, Adhemar Vidal sempre utiliza a expressão *cangaceiros* para se referir aos revoltosos de Princesa, o que demonstra, também, um certo preconceito contra os grupos populares envolvidos no cangaço, pela equivalência entre eles e as elites rebeldes, pois é clara a intenção de desqualificar essas últimas como “bandidos”, tais quais os cangaceiros.

Se, em criança, João Pessoa já *“gritava e chorava diferente das outras”*; se, governando a Paraíba, já fazia diferente dos outros presidentes, imagina-se como a historiografia oficial vai escrever a sua morte. A martirização. Será esse o discurso político dos “liberais”, colocando o presidente paraibano como “mártir”, como um homem que se sacrificou pelo povo paraibano. A construção do mito João Pessoa teria importância significativa para a concretização dos planos golpistas de uma parte da Aliança Liberal bem como para legitimar o grupo político que assume o poder em outubro de 1930. Esse discurso político é incorporado ao discurso historiográfico, ambos se confundem, afinal, quem escrevia a história, também fazia parte do aparelho burocrático desse Estado. Adhemar Vidal (1978, p.371) ressalta que a morte de João Pessoa foi o elemento propulsor da “Revolução de 1930” e da instalação de um novo modelo administrativo para o país. Segundo ele:

O nosso país teria de despertar da sonolência. E por mais que espíritos obtusos não vejam a mudança do tempo, foi a Paraíba, foi João Pessoa, foi o sacrifício deste homem imolado, foi ele quem impulsionou o desfecho da nova era rebelde a processos desumanos. A História aponta-o como a imagem de redenção cívica dessa nova era.

O mesmo autor escreve a tragédia da Confeitaria Glória falando de um “complô” para assassinar João Pessoa e que, momentos antes do assassinato, João Dantas,

João Suassuna e Augusto Moreira Caldas haviam se encontrado em um hotel da capital pernambucana e o último tiro fora disparado por Caldas. O crime é colocado como típico de uma covardia, pois não haveria dado condições de defesa à vítima.

Criança, adulto ou morto, João Pessoa foi o mito conveniente para os planos do presente e do futuro da Aliança Liberal. Por isso, é ostensivamente necessário instituir uma memória coletiva oficial que possa manter uma certa coesão em torno das bases instaladas no poder. A memória que se cria em torno de João Pessoa, não servirá apenas para os planos golpistas de outubro de 1930, ela será levada adiante para justificar o estado que se instala após esse momento e os comandantes desse aparelho, que ocuparão os cargos no presente, fazendo alusão ao fato de terem sido auxiliares de João Pessoa no passado. Vamos tomar, para efeito de exemplo, um trecho da obra de João Lélis (1944, p.200):

Povo feliz o que possui uma fé. O paraibano tem fé no seu destino. João Pessoa ensinou-lhe isso. **Dos destroços dessa luta heróica e sangrenta, o paraibano construiu uma mística poderosa e imortal.** Sobre ela ergueu-se a esperança de um destino magnífico, produto de uma fé inabalável em que se confunde velhos e môços, amigos e inimigos. Inimigos também, porque hoje, decorridos mais de dois lustros de sua morte, os que foram seus inimigos na luta honram-lhe a memória, nimbando-a com o respeito que se deve aos grandes batalhadores. Era ele um lutador que honrava o adversário. E, à frente de seu povo em momentos decisivos, a sua bravura transfundiu-se na sua gente. **Morto, a sua memória alimenta o sonho gigante da pequena Paraíba. Nada mudou de então para cá. Os mesmos lutadores, os mesmos entusiasmos, os idealistas, os combatentes, todos estão vivos, e acrescidos no seu número pela juventude daqueles grandiosos dias de sacrifícios, de sangue e de beleza cívica- juventude essa que teve a embalar-lhe os primeiros entusiasmos do grande presidente.** Todos estão fiéis à memória daquele vulto épico- símbolo da **grandeza**, da **bravura** e da **generosidade** de um povo. Consolidemos essa fé! (Grifos nossos).

Os grifos não são casuais, mostram, justamente, o discurso político/historiográfico dos sucessores de João Pessoa no comando do aparelho de Estado, tomando o mito como referência, como legitimador do regime vigente e de seus comandantes. Exemplo bastante sintomático é a nomeação de José Américo para o Ministério de Viação e Obras Públicas do governo Vargas, indicado por Juarez Távora como sendo *“uma merecida homenagem que a revolução presta à Paraíba, na pessoa do mais destemido dos auxiliares de João Pessoa.”* (GURJÃO, 1994, p. 104). Ou, ainda, podemos tomar como exemplo o próprio discurso de Vargas, quando esteve na Paraíba, em 1933:

Este desejo de resolver o problema primordial do Nordeste foi um dos fatores que, prevalecendo sobre qualquer outro, me induziram a confiar a pasta da Viação, onde sua personalidade se destaca com relevo próprio, ao Dr José Américo de Almeida, inteligência lúcida, caráter sem jaça, perfeitamente familiarizado com as necessidades ambientes e digno continuador do programa, idéias e métodos administrativos de João Pessoa. (Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP).

A versão perrepista da “Revolução de 1930”, consubstanciada na oralidade, embora materializada, sem maiores êxitos no mercado editorial, através do já citado livro de Joaquim Moreira Caldas⁵³, pode ser sintetizada nos versos da literatura de cordel⁵⁴:

Tudo ia muito bem,
Quando uma notícia ecoa.
Lado a lado com **Getúlio**
Era vice **João Pessoa**,
Que criou tanto problema
Que até hoje ressoa.

Antes nunca se envolveu
Com campanha estadual,
Depois que aposentou-se
Na Capital Federal,
Disse:”- *Agora vou mandar
Na minha terra natal.*”

Para a sua sucessão
João Suassuna indicou,
O nome de **Júlio Lyra**
Que **Epitácio** vetou,
Empurrando **João Pessoa**
Que a base não aceitou.

A historiografia perrepista acusa a candidatura de João Pessoa, ao governo da Paraíba, como sendo uma imposição do chefe maior da parentela epitacista-pessoista, contrariando a pretensa indicação do presidente Suassuna e das bases do partido. Os intelectuais ligados ao bloco das elites vencidas, também constroem uma memória

⁵³ Joaquim Moreira Caldas era irmão de Augusto Moreira Caldas, este, cunhado de João Dantas, preso e morto na penitenciária do Recife ao lado de João Dantas. Este livro foi editado em 1934, a fim de responder ao trabalho *O Incrível João Pessoa*, de Adhemar Vidal.

⁵⁴ Todas as estrofes que utilizamos, fazem parte do cordel intitulado *A Verdade de 1930*, escrito pelo pesquisador de folclore, poeta popular e jornalista João Dantas. A versão que se encontra em linguagem poética, é adaptada do livro de Joaquim Moreira Caldas. Mesmo não se constituindo no recorte temporal das obras que analisamos, utilizamos o cordel como um *lugar de memória* materializado atualmente, resume os principais traços da memória do grupo derrotado em 1930.

maniqueísta, apenas invertem os atores na distribuição dos papéis de herói e vilão. Para eles, João Pessoa era o vilão do teatro político encenado naquela conjuntura. Destacam, como vemos na leitura do cordel, a inexperiência política de João Pessoa destacando nunca ter ocupado cargo público. Também não deixam de frisar o autoritarismo de João Pessoa, que teria vindo da capital federal para “dominar” uma espécie de feudo paraibano.

A explicação para a eclosão da Guerra de Princesa reside no fato de que teria o presidente paraibano descumprido o acordo político com Suassuna, alijando-o da chapa que disputava vaga à Câmara Federal.

Acharam pouco e ainda
Tiraram o nome de **João**
Suassuna, o Presidente,
Da lista da eleição
Foi quando **José Pereira**,
Bateu o pé, disse “- Não!”.

Era praxe o Presidente
Que governava o estado,
Terminando o seu mandato
Ser eleito Deputado,
Mas **Epitácio Pessoa**
Não honrou o acordado.

Para a memória histórica perrepista, João Pessoa teria excluído João Suassuna do referido pleito, alegando o princípio da renovação da bancada, retirando os nomes daqueles que já ocupavam cargos havia anos, para dar lugar a novos nomes. Entretanto, se o presidente paraibano utilizou-se de tal critério para excluir João Suassuna e Oscar Soares, contudo, manteve a do primo, Carlos Pessoa. João Pessoa, na qualidade de Presidente do Partido, assinara, sozinho, a ata da convenção. O presidente da Assembléia Legislativa, Evaristo Monteiro, se negou a assiná-la, tendo em vista a supressão do nome de seu genro, Oscar Soares. João Suassuna, como membro da comissão executiva do partido, não esteve presente à convenção, tendo se apresentado o seu suplente, João Espínola. Este, e mais Álvaro de Carvalho e Demócrito de Almeida, também não assinaram a referida ata:

José Pereira em Princesa
Da região Deputado,
Que daquela falcatrua

Não tinha participado,
Recebeu o Presidente
João Pessoa no Sobrado

Ai com a fidalguia
Do povo lá do sertão,
Mandou servir carne seca
Com cuscuz e com feijão,
Pra provar a **João Pessoa**
Não tolerar traição.

No auge da convenção partidária, o coronel José Pereira hospedou o presidente João Pessoa em sua residência, após festividades no município de Princesa Isabel, quando da excursão do candidato a vice-presidente da República pelo interior paraibano. Ao regressar do sertão, João Pessoa recebera de José Pereira um telegrama de rompimento, iniciando, assim, o conflito armado de Princesa. Conforme salienta a memória perrepista, o presidente paraibano nomeou, como delegado de Teixeira, Ascendino Feitosa, inimigo da família Dantas, severamente perseguida nos domínios locais. Eis fragmentos dessa memória:

João Pessoa perseguia,
Mulher, menino, senhor.
Persequia Sacristão,
Chauffeur e agricultor,
O caixeiro viajante
Prefeito e vereador.

Na eleição de Teixeira
Mulher parou na prisão,
Quem prendeu foi **Ascendino**
Mandado pelo patrão,
Mulher da **família Dantas**
Botaram na Detenção.

João Dantas, advogado,
Homem sincero e leal,
Não aceitava o que eles
Do Partido Liberal,
Faziam a sua família
Com ódio descomunal.

Nesse particular, a memória histórica perrepista tenta desconstruir o imaginário que envolve o nome de João Dantas, personagem que ilustra a História Oficial na qualidade de “assassino de João Pessoa”. Não deixa de ser uma *cultura histórica* também heroizante, pois a narrativa constrói, no gesto de João Dantas, a idéia de bravura, de justiça, de quem tivera coragem suficiente para “lavar a honra” de quem se

sentia ferido nos seus brios. Dessa forma, João Dantas teria apenas “feito justiça com as próprias mãos”, respondendo ao que fizera João Pessoa com ele e sua família.

Vejamos:

Achando pouco um dia
Com a maior prepotência,
Um tal **Manuel Moraes**
Invadiu a residência,
E do cofre de **João Dantas**,
Levou a correspondência.

Álbuns de fotografias
A história da família,
Os cumpinchas de **Pessoa**
Na maior estripália
Jogaram tudo no lixo
Foi a maior baixaria.

As cartas de **Anayde**
Beiriz foram publicadas,
No jornal A União
Com manchetes destacadas,
Por ordem de **João Pessoa**
Elas foram divulgadas.

A professora **Anayde**
Beiriz era namorada,
João Dantas era solteiro
Ela descompromissada,
Por ser a amada amante
Foi muito discriminada.

João Dantas não aceitou
Aquela provocação,
Era um homem destemido
Corajoso e de ação,
Viu-se desmoralizado
Sentindo forte emoção.

Viajou para Recife
Ficando lá hospedado,
Na casa de uma irmã
E **Augusto** o seu cunhado,
Talvez **João Dantas** ficasse
Um pouco mais sossegado

Mas o destino senhores,
Estava do outro lado,
De manhã logo cedinho
João Dantas já acordado,
Mandou comprar o jornal
Mais vendido do estado.

E para a sua surpresa
 Viu no jornal estampado,
 A foto de **João Pessoa**
 E se sentiu provocado,
 O destino de **João Dantas**
 Ali mesmo foi traçado.

Com o Jornal do Comércio
 Embrulhado em sua mão,
 Pegou no quarto um revólver
 Botou nele munição,
 Foi procurar **João Pessoa**
 Pra tomar satisfação.

Pegou o bonde então
 Que passava em Afogados,
 E no centro do Recife
 Com os passos apressados,
 Na confeitaria Glória
 Três tiros são disparados.

“- **João Pessoa! Sou João Dantas!**”

Assim **João Dantas** gritou.
 No chão da confeitaria
João Pessoa tombou,
 Para a farmácia ao lado
 O seu corpo alguém levou.

Com relação ao episódio, enquanto a historiografia oficial aponta na direção de um complô entre vários políticos, para matar João Pessoa, a memória histórica perrepista ressalta que João Dantas teria sido, sozinho, o mentor e executor do assassinato. Dessa forma, enquanto Ademar Vidal afirma que o último disparo foi obra de Augusto Moreira Caldas, uma vez que João Dantas já se encontrava dominado pelos companheiros de mesa do presidente paraibano, a versão perrepista afirma que Caldas chegara naquele momento, com o objetivo de evitar a tragédia. Senão vejamos:

Enquanto **João Dantas** foi
 Na farmácia medicado,
Augusto Moreira Caldas
 Chegava desesperado,
 Pensando que evitaria
 O fato ser consumado

Enquanto isso o destino
 Cumpria a sua missão,
 A morte de **João Pessoa**
 Provocou a comoção,
 E pretexto para o golpe
 De 30 a “Revolução”.

Com relação aos liames entre o assassinato de João Pessoa e o que se convencionou chamar Revolução de 30, parece haver consenso em ambos os lados das memórias. Segundo Inojosa (1980, p. 21),

A morte de João Pessoa fez derramar o cálice. Os disparos de João Dantas puseram fim ao regime de 1891. Assim, como o tiro de Saravejo surgira dos bastidores políticos da corte imperial, o da casa de Chá do Recife nascera de medidas inconseqüentes contra os rebeldes de Princesa.

Pelo discurso oficial liberal, a “revolução” será a redenção da pátria brasileira, pois traria um “novo” país rumo ao progresso. Para a memória perrepista, entretanto, significou nada mais do que um golpe de estado, no qual seria deposto um presidente e impedida a posse de outro “legitimamente” eleito.

Outro ponto bastante pertinente, nesse contraponto entre uma memória coletiva oficial e uma memória subterrânea de elites vencidas, reside na forma como as narrativas representam as mortes de João Dantas e de Augusto Moreira Caldas. Ao passo que a versão da historiografia vitoriosa constrói a idéia de suicídio, os intelectuais perrepistas afirmam que foram mortos pelos vingadores de João Pessoa, conforme vemos a seguir:

Dez homens todos armados
Foram à enfermaria,
Onde estava **João Dantas**
E com muita selvageria,
Sangraram **João** e o cunhado
Foi a maior covardia.

O golpe locupletado
Perrepistas derrotados,
Na casa de detenção
Os dois no chão estirados,
Dois exames de delitos
Das vítimas foram forjados.

Segundo a historiografia perrepista, o cangaceiro Antonio Silvino, preso na mesma casa de detenção, havia escutado, de sua cela, o barulho da luta e relatara oralmente. Conforme argumenta Inojosa (1980, p. 227),

A estória de suicídio partiu das autoridades estaduais, com a publicação, pelo jornal do interventor, de que, aliás, nunca se exibiram os autógrafos, dos dois seguintes bilhetes, encontrados sob o travesseiro de cada um: “mato-me de consciência tranqüila e ânimo firme porque estou entregue a bandidos e o meu brio não comporta humilhações- João Dantas.

Detenção do Recife, 6-10-1930” “morro porque, estando inocente no crime de que me acusam, não posso aceitar um julgamento de fanáticos e salteadores-6-10-1930. Augusto Caldas.

Enquanto o intelecto oficial se derrama em lágrimas pelo assassinato do presidente João Pessoa, os perrepistas, não diferentemente, choram as mortes de seus líderes, incluindo a do então deputado federal João Suassuna e da namorada de João Dantas, Anayde Beiriz:

O Dr. João Suassuna
Ex-Presidente do Estado,
Pelo turbilhão do ódio
Também foi assassinado,
Por um tal **Miguel de Souza**
Um matador alugado.

Com a morte do amado
Anayde entristeceu,
Ela muito angustiada
A um abrigo recorreu,
Sozinha no Bom Pastor
Tomou veneno e morreu.

Na passagem a seguir, há um esforço enorme, por parte da memória perrepista, em transformar João Dantas em herói, assim como reclama a ausência de seu nome como *lugar de memória*, de outra perspectiva. De certo, parecem malogradas as referidas intenções. Não houve condições institucionais para que isso ocorresse, tendo em vista que os espaços para a produção e a socialização da memória histórica de 1930 foram ocupados com vigor e num contexto favorável ao bloco vitorioso.

A história dos vencidos
Ninguém gosta de contar.
João Dantas foi grande homem
O seu nome soube honrar,
Homem sério e competente,
Merece o nome lembrar.

Não tens um altar da Pátria
Nem teu nome em logradouro,
O teu nome está gravado
Com fios de puro ouro,
João Dantas, na Paraíba
O teu nome é duradouro.

Em resumo: a história da “Revolução de 30” na Paraíba é escrita por intelectuais intrinsecamente ligados ao poder do Estado, militantes da Aliança Liberal e atuantes no

assalto ao 22º BC e na conseqüente vitória no golpe de 3 de outubro. Evidentemente que, favorecidos pela abertura que dispunham nas instituições, escreveram e publicaram suas versões como se fosse a verdade da “revolução”, daí consolidando a memória oficial como se fosse a memória daquela sociedade na sua amplitude, como se fosse “a” memória coletiva. No entanto, as memórias subterrâneas do bloco derrotado, por muito tempo, mantiveram-se através da transmissão oral, batalhando para virem à tona, porém, dificultadas pelos entraves impostos pela memória oficial.

4 UM FERIADO PARA COMEMORAR: A MEMÓRIA EM FORMA DE CALENDÁRIO

Nesse capítulo, analisamos mais um *lugar de memória* do movimento de 1930: a institucionalização do feriado de 26 de julho, em alusão à morte do ex-presidente João Pessoa. Focamos as práticas de comemorações cívicas ocorridas anualmente, quando se celebrava o mito. O recorte temporal que fizemos para essa análise, coincide com os marcos divisórios da chamada Era Vargas (1930-1945), tendo em vista que os entendemos emblemáticos, na média duração, no que concerne à produção e à socialização da memória histórica oficial do movimento de 1930.

Iniciamos fazendo uma discussão teórica sobre as comemorações e o significado de um feriado cívico, introduzindo a institucionalização do feriado de 26 de julho, na Paraíba. Em seguida, discutimos a construção do “herói” João Pessoa no contexto do nacionalismo da Era Vargas, levantando um questionamento: “herói” paraibano ou “herói” nacional? Partindo da ampla constatação historiográfica de que o Estado Varguista era centralizado, fez-se necessário recorrermos à problemática da educação a nível nacional, pois a compreensão das práticas de comemorações cívicas do 26 de julho, na Paraíba, só adquire um alcance mais agudo se considerarmos o contexto nacional e o projeto ideológico do Estado brasileiro, naquele momento.

Finalizando o capítulo, analisamos as comemorações anuais, em alusão ao mito João Pessoa como o fundador da “Revolução de 1930”, e o papel que diversas instituições, entre elas a escola, desempenharam na socialização dessa memória em forma de calendário e festa.

4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM FERIADO: A MARCA DA MEMÓRIA

A festa tem sempre uma função pedagógica e **unificadora**, reduzindo as diferenças existentes. (OLIVEIRA, 1989, p. 2, grifos nossos).

Sendo o calendário uma construção cultural, muito embora muitos povos tenham tomado a natureza como parâmetro para elaboração destas marcas do tempo, é uma forma do Homem se situar no mesmo, localizando acontecimentos, podendo julgá-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade. Como construção histórica, pois, sofre as interferências dos seres humanos e se adequa a diversos interesses. Um exemplo, dentre tantos, é o calendário revolucionário francês, dando denominações aos meses de forma a rememorar a Revolução de 1789.⁵⁵ A institucionalização de um feriado exemplifica essa busca de controle do tempo pelo Homem, uma vez que se constitui como um momento de suspensão do cotidiano em que se demarca algum evento especial. Há, portanto, uma pausa no ritmo diário do trabalho e da dinâmica do dia-a dia para a realização das comemorações.

A comemoração pretende exorcizar o esquecimento (LIPPI, 1989, p. 2), de modo que os organizadores das festas revolucionárias procuram, anualmente, afirmar a revolução, ensinando-a a quem não a conheceu diretamente. (OZOUF, 1988, p.219).

Durante o século XIX, houve uma explosão do espírito comemorativo. Foi a Revolução Francesa a dar esse exemplo? Mona Ozouf descreveu bem esta utilização da festa revolucionária a serviço da memória: *“Todos os que fazem calendários de festas concordam com a necessidade de alimentar através da festa a recordação da revolução.”* (apud LE GOFF, 1992, p.199).

A laicização das festas e do calendário facilita, em muitos países, a multiplicação das comemorações. Na França, o 14 de julho. Nos Estados Unidos, após a Guerra de Secessão, os estados do norte estabeleceram um dia comemorativo, festejado a partir de 30 de maio de 1868: *“Se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, a maré da comemoração é, sobretudo um apanágio dos conservadores e nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo”* (LE GOFF, 1992, p. 463).

A comemoração, segundo o citado historiador francês, apropria-se de suportes: moedas, medalhas e selos de correios multiplicam-se. A partir do século XIX, uma nova

⁵⁵ A alteração do calendário gregoriano por um calendário específico, francês, denota a influência do Iluminismo na crítica ao poder teológico e às suas formas de pensamento, bem como a intenção de colocar a Revolução como marco inaugural de uma nova época.

vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) atinge as nações européias.

Analisando as *tradições inventadas* no século XIX, pela Terceira República Francesa, Hobsbawm (1984, p. 279), assinala três tipologias como consideravelmente importantes: os monumentos, a educação primária e as cerimônias públicas.

Os conteúdos escolares constituintes dos manuais tinham um cunho acintosamente nacionalista e republicano, estando a serviço da legitimação ideológica da Terceira República, e objetivavam, *“transformar não só camponeses em franceses, mas todos os franceses em bons republicanos”*. (HOBBSAWM, 1984, p. 279).

No que tange às cerimônias públicas, parece ser o Dia da Bastilha o mais festejado, reunindo manifestações oficiais e não oficiais, *“confirmando anualmente a condição de França como nação de 1789, na qual todo homem, mulher e criança franceses poderiam tomar parte”*. (HOBBSAWM, 1984, p. 279).

No Brasil, as festas públicas, misturando atributos cívicos e religiosos, remetem ao período colonial, tendo continuidade após a independência, em outro contexto histórico, daí, algumas características diferentes do período antecedente. Nas palavras de Souza (1999, p. 209),

As cidades e suas câmaras, arranjadas com a igreja, comemoravam de tempos em tempos, e por ordem do Estado, o nascimento dos herdeiros, os casamentos dos infantes, a aclamação do soberano, os batizados das crianças reais, as exéquias dos príncipes; daí advinha todo um novo ciclo, ao inaugurar-se um novo reinado.

Durante o império, festa era o que não faltava. O protagonista, evidentemente, não poderia ser outro, senão o imperador. Por onde andasse, em carne e osso, ou mesmo presente por meio do retrato, reunia uma população esbanjando comemoração. Anteriormente à independência, quando ainda era príncipe, D. Pedro empreendeu viagens em busca de adesões ao projeto de separação do Brasil. Assim como, posteriormente, ocorreria com a aclamação e coroação do imperador do Brasil, tudo era ritualizado, cerimonializado, em demonstração de uma nação que caminhava no rumo da “civilização”. Concordamos com Souza (1999, p. 251), quando destaca que

Esses signos, símbolos, vivas, proclamações, imagens e metáforas, no seu conjunto e volume, entrecruzando-se aqui e acolá no universo social, nas celebrações públicas e oficiais, instauravam uma dada noção de Brasil, mediada pela monarquia constitucional e pelo civismo cobrado de cada um. Nesse sentido, tantos adornos, ritos, signos da monarquia, ajudavam a construir uma idéia e uma imagem da nação brasileira, concorrendo para seu eficaz reconhecimento. E, ao mesmo tempo, este Estado forte que assegurava a união territorial norteava-se pela monarquia, banindo o advento da república, prima da anarquia.

A festa cívica tem um caráter pedagógico. Ela é organizada no sentido de dar lições, de inculcar um ideário que legitime um determinado regime político. No caso do Império brasileiro, as festas funcionavam com o objetivo de comemorar a nação que, na visão das elites e do Estado, estava no rumo do “progresso” e da “civilização”, conforme rezava a cartilha de modelo eurocêntrico. Era preciso, entretanto, aprender as “tradições nacionais”, buscando, no passado, as origens dessa nação “predestinada” que caminharia para o futuro, a realizar-se a cabo do Estado monárquico, garantidor da unidade territorial, diferentemente das repúblicas latino-americanas, que teriam proporcionado o esfacelamento político-territorial e a anarquia.

Nesse particular, cumpre fazermos referências às datas comemorativas nacionais, algumas das quais, ainda hoje, bastante festejadas no cotidiano escolar da Educação Básica. Entre 1820 e 1830, o Estado lançou os marcos temporais da nação brasileira, autônoma e regida por constituição própria. Datas como o 7 de setembro (grito do Ipiranga), o 9 de janeiro (Dia do Fico), o 25 de março (outorga da Constituição), o 3 de maio (abertura da Assembléia Constituinte) e o 12 de outubro (aclamação de D. Pedro I e oficialização do império), “*espelhariam a marcha da civilização brasileira e serviriam à sua própria celebração.*” (SOUZA, 1999, p. 253).

Com a implantação do regime republicano, contudo, as apropriações dos passados mudam, com seus acontecimentos e “heróis”, escolhidos de modo a legitimarem o novo regime político. Acontecimentos como a Inconfidência Mineira, a Revolução de 1817, os movimentos de 1824 e 1848, ganharam destaque nos currículos e passaram a ser disseminados pelos livros didáticos. Tiradentes, como já analisamos no segundo capítulo, passava a ser o “herói” que vinha dar legitimidade aos republicanos de 1889. A idéia era buscar no passado “heróis” e acontecimentos que

demonstrassem a valorização da República como regime ideal, desde os tempos coloniais.⁵⁶

Com base nas possibilidades analíticas oferecidas por estes exemplos, passemos às comemorações do aniversário de morte de João Pessoa. Inicialmente, faz-se importante recorrermos ao projeto de lei que alterou o calendário da Paraíba, instituindo o 26 de julho como feriado estadual, o ato instituinte:

Projecto Nº 1- A Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, Resolve:- Art. 1º- Considera-se feriado estadual o dia vinte e seis de julho, em homenagem ao inolvidável presidente João Pessoa. Art 2º- Revogam-se as disposições em contrário. Assembléa Legislativa da Parahyba, 12 de agosto de 1930. (a)- Argemiro de Figueiredo. (Livro de Atas da Assembléa Legislativa da Paraíba).

Em sessão legislativa do dia anterior à apresentação desse projeto, os deputados haviam votado e aprovado um minuto de silêncio em homenagem à memória de João Pessoa. No dia seguinte, era apresentado o primeiro de tantos outros projetos que criavam *lugares de memória* do presidente morto. Como ocorreria em setembro de 1930, com a apresentação do projeto que propunha a mudança do nome da capital, o autor da propositura que alterava o calendário cívico da Paraíba, foi o deputado campinense Argemiro de Figueiredo, cujo perfil político já fizemos notar no segundo capítulo desse trabalho. No dia 27 de agosto de 1930, ocorrera a primeira discussão do projeto. No dia seguinte, o deputado Generino Maciel recomenda que o mesmo seja enviado à Comissão de Justiça, sendo aprovado, por unanimidade dos votos, na sessão do dia 3 de setembro, e sancionado pelo presidente Álvaro de Carvalho, como Lei nº 702, de 9 de setembro de 1930.

Foi, sem sombra de dúvida, a primeira intervenção oficial na construção da memória de João Pessoa e da “Revolução de 30”, demonstrando que, como fizeram os franceses, *“a alteração do calendário pode ser tomada como um exemplo extremo de que controlar o tempo se torna essencial ao poder”*. (OLIVEIRA, 1989, p. 2). A partir de

⁵⁶ Sobre esse assunto, consultar OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989, p.172-189 e CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

então, essa data, expressão de *lugar de memória*, se transformaria, anualmente, em “*feira capaz de mobilizar uma cidade ou parte dela, interrompendo o funcionamento das instituições públicas, a rotina de trabalho, alterando o fluxo e o movimento das ruas...*” (SOUZA, 1999, p. 214-215).

Tomando por base a institucionalização do feriado de 26 de julho, buscamos compreender a criação e a apropriação feitas por parte do Estado, desse *lugar de memória*, dando visibilidade maior, já que é a proposta desse capítulo, ao papel das escolas paraibanas e às práticas desenvolvidas no dia do aniversário de morte do ex-presidente João Pessoa.

Partindo da idéia de um Estado Nacional centralizado, após 1930, cuja intervenção no ensino de História se fazia notar no currículo, que primava pelo realce aos vultos da Pátria, colocam-se alguns questionamentos: Como foi possível celebrar e comemorar um “herói” paraibano? Que práticas culturais-simbólicas compunham a programação dessas festas cívicas? Qual o papel da escola nesse universo simbólico da comemoração?

4.2 UM HERÓI PARAIBANO COMO HERÓI NACIONAL

Apresentamos algumas indagações anteriormente, às quais buscaremos responder a seguir. Começamos, então, pela primeira delas: João Pessoa, um “herói” regional ou nacional?

A historiadora Bittencourt (2006) discute a construção da memória histórica no âmbito da educação escolar, porém, fora da sala de aula, mediante práticas educacionais comemorativas de eventos e de “heróis nacionais”, no decorrer das primeiras décadas do século XX. Conforme observa a autora,

As atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas às “datas nacionais”, de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de “cívicas”, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar. Acompanhando o cuidado com que as autoridades educacionais organizaram e fiscalizaram tais práticas escolares e seguindo o conteúdo das denominadas “festas cívicas”, é possível verificar que o ensino de História não era conteúdo exclusivo da ação dos professores em sala de aula. Além da “história da pátria” ser tema preferencial de livros de leitura e das músicas escolares, havia

outros recursos de comunicação, com rituais e símbolos construídos para a institucionalização de uma memória nacional. (BITTENCOURT, 2006, p.44).

Desde que a História se constituiu enquanto disciplina escolar, no Brasil, no século XIX, a questão da identidade nacional conferiu-lhe a missão de auxiliar o projeto nacionalista, primeiramente, levado a cabo pelo Estado Imperial e as elites que lhe davam sustentação, e, depois, pelo Estado republicano, com o suporte de outros grupos.

Pensando numa longa duração, podemos considerar a permanência, na História do Ensino de História, do modelo de produção do conhecimento histórico baseado no IHGB, e do seu modelo de transmissão, no Colégio Pedro II. Estes referenciais têm feito parte da consciência histórica, em uma determinada época, e ainda o fazem, especialmente do senso comum, perpassando a idéia de “ciência do passado”, “chata” e “cansativa”, pois obriga os alunos a decorarem os nomes e feitos dos “heróis nacionais” com suas respectivas datas, em aulas baseadas nos métodos da memorização mecânica e em avaliações tradicionais, nas quais os alunos devem repetir as respostas, oralmente ou por escrito, tais quais estão postas no livro didático. Na concepção de Stephanou (1998, p.16), com esse modelo de História factual, talvez os alunos não memorizem a médio/longo prazo os nomes, datas, feitos épicos e narrativas, entretanto, se consegue marcar, indelevelmente, a concepção de História dos educandos. Calissi (2004), fazendo uma historicização do livro didático no Brasil, desde os anos de 1930, percebe que a ruptura com esse projeto de História Política tradicional ocorreu no final do século XX, notadamente, no final dos anos de 1980, no contexto da chamada redemocratização brasileira, pós-regime militar.

Essas elaborações teóricas nos levam a problematizar essa longa duração. Por que a História Política tradicional, factual e linear, consciente e elitista, masculina e cristã, eurocêntrica e patriótica, tem permanecido nos currículos escolares?

Para efeito de análise, tentaremos vislumbrar algumas respostas no contexto histórico da chamada Era Vargas, levando em consideração o recorte temporal de nosso trabalho.

Nacionalismo e pensamento autoritário conjugam-se como a tônica desse período. Na visão de Abud (1998),

A concepção de realidade e de sociedade, que originava do nacionalismo e do anti-liberalismo, levava à responsabilização do Estado pela **formação da nacionalidade e pela direção do povo**. Este era considerado como “massa” que deveria ser orientada a seguir as elites, verdadeiro motor das transformações pelas quais o Brasil deveria passar para chegar ao desenvolvimento. (Grifos nossos).

O ensino de História estava, então, ideologicamente, a serviço do projeto de construção da identidade nacional, levado a efeito pelo Estado, em uma nova temporalidade. Daí os programas privilegiarem conteúdos tradicionais, com bastante ênfase na valorização da colonização portuguesa. Mas qual a relação existente entre o projeto nacionalista-autoritário varguista e o estudo dos “heróis” portugueses coloniais? A justificativa para o destaque dado à administração colonial portuguesa pode ser encontrada na idéia de continuidade histórica. O Estado Nacional Brasileiro, sob o comando de Getúlio Vargas, se colocava como continuador do projeto de construção da nação brasileira rumo ao “progresso” e ao “desenvolvimento”, cujas origens podem ser encontradas na colonização, pois teriam os portugueses propiciado a unidade territorial dessa nação “predestinada”. (ABUD, 1998).

Dessa forma, infere-se que o ensino de História, nesse período, vinculava-se à necessidade de formar o cidadão ideal para “ajudar” o Estado centralizado e as elites nessa missão teleológica. Um dos objetivos desse ensino era, justamente, construir o sentimento de brasilidade, neutralizando o poder das oligarquias regionais, sentimento esse, formado a partir da unidade territorial-administrativa e cultural.

Devemos destacar, portanto, que a apropriação que se faz dos passados, pelo presente histórico, deve ser entendida no bojo dos jogos de interesses e questões do referido presente. As escolhas das “datas nacionais” a serem comemoradas, e os “heróis” da “fundação da nação” a serem lembrados, dependem de como possam legitimar o regime político vigente. Um exemplo disso são as *tradições inventadas* pelos intelectuais republicanos no início do regime, que buscavam, no passado colonial, eventos e “heróis” republicanos como forma de construir, no imaginário, a idéia de nação predestinadamente republicana, onde “*a monarquia deveria ser entendida como uma anomalia que se fez necessário apenas temporária e circunstancialmente na história nacional*”. (BITTENCOURT, 1990, p. 177).

Os intelectuais republicanos que colocavam a “independência” como marco inaugural da “nação brasileira”, secundarizavam o papel de D. Pedro I. Rocha Pombo, por exemplo, atribuiu o papel de “fundador da Pátria” a José Bonifácio. (BITTENCOURT, 1990, p. 178). Afrânio Peixoto, ao se referir à Casa de Bragança, dá ênfase a D. João, enquanto Osório Duque Estrada coloca D. Pedro I no rol dos “*homens ilustres que criaram a nação*”, entretanto, seu nome aparece nos livros didáticos apenas em uma nota de rodapé. (BITTENCOURT, 1990, p. 179).

Durante a Era Vargas, ocorreram duas reformas educacionais, a primeira em 1931, com Francisco de Campos no Ministério da Educação e Saúde, e a segunda, em 1942, sob a gestão de Gustavo Capanema.⁵⁷

O ponto central dessas reformas consistia nas articulações entre a educação e a nacionalização, de forma a centralizar os programas de ensino. Entretanto, em que pese a força oficial do projeto de reformas, existia um contra-discurso, demonstrando a natureza conflituosa do referido projeto. Como exemplo, podemos lembrar as críticas feitas pelo grupo do Manifesto dos Pioneiros de 1932, liderado por Fernando de Azevedo, que assumia postura contrária às medidas centralizadoras da reforma de 1931 e defendia um modelo educacional mais regionalizado, com base nos pressupostos da escola estadunidense.

A pretensão homogeneizante da educação, nos anos 1930/40, visava, mais do que nunca, permitir a ocultação das divisões sociais e das diferenças, de um modo geral, inculcando nas “massas” a idéia de serem dirigidas pelas elites, assim como a valorização da “democracia racial” e um combate àquilo que era considerado divisionismo: os regionalismos e a luta de classes.⁵⁸

Com o Estado Nacional Brasileiro no pós-1930, a centralização não se dá apenas no âmbito político e socioeconômico, mas também no cultural. No setor educacional, a criação do Ministério da Educação é a maior evidência do centralismo estatal no ensino.

⁵⁷ Sobre a gestão de Capanema no Ministério da Educação e Saúde, e a questão dos intelectuais, patrimônio e memória nacional, políticas públicas de educação, saúde pública e cinema, ver *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*/ Organizadora: Helena Bomeny. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁵⁸ Esse duplo combate do governo varguista, no plano simbólico, é explicável quando o articulamos ao embate político do regime, contra as forças oligárquicas/regionais/regionalistas que haviam detido a hegemonia política durante a 1ª República; e contra uma força política nova, emergente, a do comunismo, que penetrava o meio do proletariado industrial.

Os programas e orientações metodológicas são pensados por comissões de intelectuais ligados ao aparelho estatal e enviados de cima para baixo, para as escolas, públicas e privadas, de todo o Brasil. (ABUD, 1998, p.3).

A partir de 1937, com a decretação do Estado Novo, o nacionalismo autoritário ganharia maior vigor. Almeida (1998) reconhece, no paradigma pedagógico do Estado Novo, uma trilogia fascista: religião, pátria e família. O discurso oficial utilizaria, com bastante veemência, o conceito de “ordem” para se contrapor ao de “desordem”, o primeiro, identificado com os pressupostos ideológicos do regime político vigente, enquanto o segundo, era representado como enfeixando as ideologias opostas aos cânones do nacionalismo e do catolicismo.

A instituição escolar atuava como aparelho ideológico, reproduzindo o modelo de sociedade desigual, de nacionalismo e de autoritarismo, como “bom” e “desejável”. O papel da educação, nesse sentido, era notado pelo Departamento de Educação, por meio das palavras de Nilo Pereira: *“o sucesso de nosso regime depende do sistema de educação imposto e controlado pelo Estado. Fora daí, seria perder tempo, palavras e dinheiro.”* (ALMEIDA, 1998). A educação, como “solução” dos problemas nacionais, já estava posta na Primeira República, mas no contexto do liberalismo de influência francesa. Com o Estado Novo, a continuidade da idéia reveste-se de uma outra fundamentação, e ocorre em um outro contexto histórico. Os princípios rousseauianos da Primeira República são substituídos, no âmbito do discurso oficial, pelas idéias autoritárias do nazifascismo.

Em 1934, o Ministro da Ciência, Educação e Formação do Povo, da Alemanha, formulou o paradigma pedagógico nazista, pautado, dentre outros, pelos seguintes princípios: a) alimentar o imaginário de repulsa aos regimes democráticos e parlamentares; b) veicular valores contra o ideário comunista e sindicalista; c) disseminar a ideologia racista; d) instrumentalizar o anti-semitismo; e) reinterpretar a história alemã, cultuando os heróis nacionais; f) exacerbar o nacionalismo; e, g) apresentar o nacional-socialismo como único regime capaz de extinguir a luta de classes (paz entre operário e patrão). (ALMEIDA, 1998).

Na Itália, a reforma empreendida pelo ministro Giovanni Gentile (1932) definia, ainda, a obrigatoriedade do ensino católico nas escolas, como forma de disseminar a “religião da nação”, e exigia a fidelidade dos professores ao regime fascista.

Como já fizemos notar em outros momentos desse texto, a educação, durante a Era Vargas, se enquadrava no discurso da nacionalidade. Alguns elementos, parte integrante do cotidiano e das práticas educacionais, seguiam os princípios nazi-fascistas. Por exemplo: o uso da imagem como formadora de opinião e o emprego de mensagens claras dando importância ao uso da palavra para que a doutrinação se fizesse por meio da persuasão.

Esse processo não era homogêneo nem transcorria sem conflitos. Havia resistência e punição a quem se colocava contra a “ordem”. Eram os “desordeiros”, os “inimigos da ordem”, conceitos afinados na “ponta da língua” da Igreja, da escola, da imprensa, etc, que deveriam ser repetidos cotidianamente, perante os sujeitos que participavam das atividades desses aparelhos ideológicos de hegemonia.

No caso da educação escolar, merecem destaque as premiações concedidas pelo Estado aos professores da “ordem” e, ao mesmo tempo, as punições impostas aos que se mostrassem “desordeiros”, seja sob a forma de exoneração ou de aposentadorias forçadas. (ALMEIDA, 1998).

O livro didático, nesse particular, passou por controle absoluto do Estado, havendo forte censura a fim de evitar o *“perigo da infiltração vermelha nas obras educacionais da infância”* e de não se colocar, nas mãos das crianças, a *“arma branca dos bolcheviques.”*⁵⁹

O Estado forte cada vez, mais pautava suas ações pelo intervencionismo, de tal forma que criava políticas culturais imprescindíveis à legitimação ideológica do regime vigente. Embora não seja o foco central de nosso trabalho, essas políticas culturais se constituem de grande importância para a reflexão sobre a nossa temática.

⁵⁹ Essa frase é de um trecho do artigo “O Perigo da Infiltração Vermelha nas obras educacionais da infância”, escrito em 25 dez. 1937, por Felinto Muller. Está citado em ATHAYDE, 1998.

O trabalho de Cury (2003)⁶⁰ é valioso para compreendermos as vinculações envolvendo educação/cultura e nacionalismos no Brasil, em três temporalidades históricas diferentes. Com relação ao período que nos interessa nesse trabalho, a historiadora discorre sobre o papel dos intelectuais na configuração da brasilidade. Referindo-se aos anos trinta, a autora coloca que

Os discursos, interpretações e imagens produzidas durante a Era Vargas sobre identidade e memória nacional no interior do projeto de invenção da nação ou, como preferiam alguns, (re)invenção, encontram-se os intelectuais que ocupavam cargos de direção, no âmbito cultural. É neste contexto histórico que os dirigentes políticos formulam, pela primeira vez no Brasil (sob regime republicano), as chamadas políticas culturais, numa perspectiva preservacionista, “criando/inventando” nosso patrimônio histórico. Podemos dizer que dois segmentos da sociedade estavam envolvidos diretamente com esta temática. De um lado, vários grupos de intelectuais e, de outro, o estado varguista, não necessariamente em pólos opostos e, muitas vezes, como parceiros neste projeto.

Um órgão bastante emblemático, do ponto de vista da política de construção da brasilidade, foi o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), surgido, em 1937, pelas mãos do modernista Mário de Andrade, incumbindo-se de proteger os monumentos e obras de arte nacionais.

Além dessa iniciativa, outras vieram, conjugando-se ao projeto de identidade nacional estadonovista, a exemplo do Instituto Nacional do Livro, do Instituto Nacional de Cinema Educativo, do Serviço Nacional do Teatro, e do Serviço de Radiodifusão Educativa, além do apoio direto a projetos de caráter individual, como o de Portinari e o de Villa-Lobos. (CURY, 2003)

Com relação à radiofonia educativa, Dângelo⁶¹ (1998) analisa a utilização do rádio e do cinema educativos, entre os anos 1920 e 1940, de grande relevância na visão do Estado, na transmissão do ensino da História da Pátria. O rádio cumpria a missão de veicular a propaganda ideológica do Estado Novo, de legitimar esse Estado como o que

⁶⁰ Esse artigo refere-se a uma parte das análises realizadas pela autora, na sua tese de doutorado, intitulada “Políticas culturais no Brasil: subsídios para construções de brasilidade”, defendida na UNICAMP.

⁶¹ O trabalho de Dângelo é uma versão modificada de parte do 3º capítulo da sua dissertação de mestrado, defendida em 1994, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o título: *Escolas sem Professores - o rádio educativo nas décadas de 1920-40*. Este artigo analisa projetos, relatórios e publicações a respeito da radiodifusão educativa no Brasil, entre as décadas de 1930/40, discutindo, particularmente, imagens e símbolos da História do Brasil a serem distribuídos pelas ondas do rádio, elaborados por intelectuais e técnicos do governo.

estava conduzindo a nação brasileira ao “progresso”, legitimidade feita em simbiose com um certo passado histórico apropriado.

Ensinar História pelo rádio tinha a vantagem de transmitir os símbolos, “heróis”, acontecimentos e comemorações nacionais em outros espaços de sociabilidade, que não apenas a sala de aula. As ondas do rádio, massificadas, atingiam em cheio o cotidiano doméstico, reforçando o ideário de brasilidade.

Ficando em casa, os ouvintes, atingidos nacionalmente por uma rede de rádio, juntar-se-iam a essa multidão, recebendo impressões irradiadas das ruas e dos estádios, em comemorações cívicas preparadas para saudar os mitos fundadores da nação, os heróis que realizaram os anseios de liberdade em nome do povo, o 07 de setembro, o 15 de novembro, o 19 de novembro, o 13 de maio e o 1º de maio. Ocorre, portanto, uma articulação dessas celebrações pelo rádio educativo ao ensino de História, bem como à organização dos dispositivos de censura e produção de manifestações cívicas nos anos 30 e 40. (DÂNGELO, 1998).

O autor coloca que a dramatização era a forma mais utilizada na transmissão da história da pátria pelo rádio. O papel do professor era diminuto, pois,

A este restaria atrair os alunos para a História com o uso de livros didáticos, mapas e quadros intuitivos devidamente preparados e indicados para a absorção dos mitos, heróis e valores nacionais e aos conferencistas do rádio caberia a criação das cenas, induzindo os alunos ao local e época narrados, conferindo ao técnico a atribuição das montagens e efeitos apropriados: (DÂNGELO, 1998)

Diante do exposto, podemos perceber o quanto o nacionalismo era a tônica da Era Vargas. Sendo dessa forma, João Pessoa passa à condição de “herói” nacional como uma construção histórica da Aliança Liberal.⁶² A documentação que analisamos, é enfática em mostrar a imagem de João Pessoa como “vulto da pátria”, como “herói” da História nacional. Senão, vejamos:

(...)Seus passos ficaram marcados na **história nacional** e só a lembrança do seu nome equivale a um depoimento justificativo da sua superioridade. (...) É que esse homem foi um assombro da **pureza republicana**, tendo pela Pátria um culto inverossimilhante alto e absorvente. Foi por ele que **os olhares do Brasil se fixaram na Paraíba**, tornada, então, barreira aos desmandos de uma época mais do que calamitosa para o país. (Jornal *A União*, 26 jul. 1944, grifos nossos).

⁶² João Neves da Fontoura assim se expressou na comemoração do primeiro aniversário do 26 de julho: “*João Pessoa foi o Tiradentes do regime republicano. O herói de Villa Rica banhado com seu sangue os primeiros clarões da Independência. O mártir parahybano antecipou com a sua glória a aurora da Nova República.*” _João Neves. Rio, 26-VII-1931.” (Jornal *A União*, 26 jul. 1931, p. 6).

Esse trecho é bastante relevante no tocante à inserção de um mito que veio reafirmar a identidade de um povo bravo e resistente, o paraibano, mas no contexto do Estado Nacional centralizado. Essa era a visão de mundo do grupo da Aliança Liberal na Paraíba, que buscava articular-se ao quadro político nacional. Por outro lado, tudo que o varguismo queria, era evitar os regionalismos em favor do nacionalismo, daí, parece que a solução encontrada para a questão de alguns mitos regionais, era cultuá-los como “heróis da Pátria”. Assim também ocorreu, na mesma época, com o mito dos bandeirantes, de modo que o *“passado bandeirístico legitimava ainda a dominação paulista frente ao Brasil, porque havia sido o bandeirante quem dilatara a pátria, implantando uma conduta disciplinadora pela ação guerreira e mística”*. (BITTENCOURT, 1990, p. 187). Mas, desta feita, o bandeirante aparece nitidamente como “herói da Pátria”.⁶¹

Outra questão interessante, na citação acima, é a utilização da memória mitificada de João Pessoa como forma de legitimar o regime republicano, sobretudo, da segunda república. A documentação que trabalhamos, é rica em afirmações que buscam uma linearidade de “heróis” que sempre lutaram pela república, desde os tempos coloniais até o presidente João Pessoa. Reiterar a paraibanidade, heróica e republicana, estava sempre na ordem do dia, como podemos perceber a seguir:

João Pessôa, pelo cunho excepcional das circunstâncias que lhe cercaram a ação e o sacrifício e pelo sentido grandioso e profundo da sua atitude perante a história política do Brasil, avançou sobre o futuro. Antecipou-se á consagração da posteridade. Póde-se dizer que, na mesma hora em que êle tombou, fez-se em torno do seu nome êsse halo de imortalidade e de glória que circunda um **Tiradentes, um Miguelinho, um Frei Caneca**. Um desses símbolos impressionantes e eternos do idealismo e da bravura do homem consubstanciado numa causa libertária e generosa. (Jornal *A União*, 26 jul. 1938, grifos nossos).

Pelo visto, o discurso acima enunciado, tem uma conotação bastante predestinada, João Pessoa parece escrever o futuro, à luz de mitos do passado.

Fazendo uso da epígrafe com que abrimos esse ponto de nosso trabalho, não podemos pensar nas festas cívicas sem as remetermos para a sua função pedagógica.

⁶¹ Sobre o assunto, consultar CERRI, Luís Fernando. Regionalismo e Ensino de História. In: **Revista de História Regional**. Vol. 1, nº 1, 1996. O artigo é fruto da Dissertação de Mestrado do autor, intitulada "A Ideologia da Paulistanidade e o Ensino de História".

A historiadora Souza (1999, p. 235), analisando as festas cívicas, no contexto da transição do Brasil colonial para o Império, alude ao fato de que “*essa festa de intenso teor político precisava dizer algo, dirigir-se ao povo, enviando-lhe uma mensagem sobre o assunto da separação entre Brasil e Portugal*”. E afirma que “*este gênero de festa tinha horror ao nada dizer ou conseguir comunicar, ao vazio, ao silêncio dos espectadores ou a sua recusa em participar*” (SOUZA, 1999, p. 235). Tais comemorações, portanto, objetivavam, no caso citado pela autora e, com a participação da população, a consolidação do processo de adesão à figura de D. Pedro I.

A pedagogia das festas comemorativas da memória de João Pessoa, como o “herói da Revolução de 1930”, também tinha uma mensagem a passar, como forma de dar legitimidade ao Estado Nacional varguista e seus representantes no controle do aparelho de estado paraibano. Colar na imagem mítica de João Pessoa tinha por finalidade justificar os governos que foram se sucedendo de 1930 a 1945. Com o artigo escrito por José Fernandes de Luna, para o Jornal *A União*, podemos exemplificar a questão:

Não é necessário ser muito perspicaz para reconhecer o traço de **semelhança que há entre o nosso atual interventor e o presidente João Pessoa**. Como êste, Ruy Carneiro experimentou anos de lutas e sacrifícios até alcançar a posição de relêvo que hoje desfruta. Desde os dias agitados da campanha redentora de 1930, esse jovem governante tem pautado as suas ações pelos princípios sadios e humanitários do Grande Presidente. Como êle, ainda, Ruy Carneiro e o seu povo fortalecem a coluna altiva da Democracia Brasileira, **lutando pela União Nacional em tôrno de Getúlio Vargas, para que o Brasil progrida num ambiente de tranqüilidade e mútua compreensão**.⁶⁴ (Jornal *A União*, 26 jul. 1944, capa, grifos nossos).

⁶⁴ Os interventores eram colocados como seguidores das práticas de governo de João Pessoa. Além de Zé Américo, que já mostramos em várias passagens desse trabalho, outros também tentaram colar na imagem mítica do ex-presidente paraibano. Em 1931, ano da primeira comemoração do feriado do 26 de julho, o Jornal *A União* exibe uma foto do interventor Antenor Navarro, com a seguinte manchete: “*Este é o continuador do programma de João Pessoa, com quem se identificou na lucta e de quem está seguindo as licções sábias e honestas. Não tem passado político. É um **soldado de Revolução**, na reserva civil.*” (Jornal *A União*, 26 jul. 1931, p. 7). Grifos nossos. O periódico oficial também fala sobre Argemiro de Figueiredo: “*O Sr Argemiro de Figueiredo, primeiro governo constitucional da Nova República, na Parahyba, vem realizando um programma que expresa, com a mais absoluta fidelidade e integral noção do bem público, o que objectivava João Pessoa.*” (Jornal *A União*, 25 jul. 1937, capa) Recentemente, vimos o governador José Maranhão tentar colar na imagem do ex-presidente, com a transferência dos restos mortais de João Pessoa para a Paraíba e, mais precisamente, o Palácio da Redenção (residência oficial do governador do estado), além de um discurso estabelecendo uma analogia entre a austeridade administrativa de João Pessoa e o lema de seu governo: “Austeridade e Desenvolvimento”.

Nessa citação, vemos o caso do estabelecimento da continuidade histórica entre Ruy Carneiro e João Pessoa, mas a documentação oficial é farta dessas bricolagens presente-passado com os outros interventores/governador, a saber: José Américo (1930), Antenor Navarro (1930-1932), Gratuliano de Brito (1932-1934), Argemiro de Figueiredo (1935-1940) e o próprio Ruy Carneiro (1940-1945). Outra questão perceptível na referida citação é a reprodução, nos estados, do projeto político-ideológico do Estado Nacional. Os interventores serão coadjuvantes na reiteração do nacionalismo autoritário, sobretudo, a partir de 1937, com o golpe do Estado Novo. Em resumo: a cada ano que se celebrava o aniversário de morte de João Pessoa, havia a legitimação do governo paraibano e da ideologia do Estado Nacional varguista.

Festejava-se por toda parte, do recinto de várias instituições à praça pública. Esta se torna lugar privilegiado para as comemorações cívicas, uma vez que “educa” as pessoas que não freqüentavam as escolas, misturando, num espaço único, uma diversidade de sujeitos: alunos, famílias, autoridades e a população, de um modo geral. Constitui-se um método educacional de vasto alcance e preenche as expectativas dos organizadores das festas.

4.3 AS PRÁTICAS COMEMORATIVAS SOBRE JOÃO PESSOA

Falar em organizadores das festas suscita entrarmos na discussão das outras questões propostas anteriormente: as práticas constitutivas das comemorações e o papel das instituições em tais festejos, sobretudo, a instituição escolar.

Pelo que pudemos apurar, a sistematização das festas cívicas do 26 de julho, na Paraíba, estava a cargo do Centro Cívico “João Pessoa” e do Estado, como instituições diferentes, porém, compostas, basicamente, pelas mesmas pessoas.

Nossa leitura conceitual de Estado, nessa análise, fundamenta-se na teoria do marxista italiano Antonio Gramsci. Partindo da noção de *Estado Ampliado*⁶⁵, Gramsci

⁶⁵ Marx, Engels e Lênin definiam o Estado como um produto da divisão de classes, que está a serviço dos interesses de uma classe particular como se fossem de toda a sociedade. Para os autores, o Estado agia de forma coercitiva para garantir a reprodução dos interesses da classe dominante, ou seja, o Estado era uma máquina estatal com o conjunto de seus *aparelhos repressivos*. Gramsci amplia a teoria dos clássicos, a partir do momento em que define o *estado ampliado* através de dois conceitos: *sociedade política* e *sociedade civil*. O primeiro conceito corresponde aos aparelhos repressivos, já identificados

entende o Estado abrangendo tanto o aparelho repressivo (sociedade política) quanto os aparelhos ideológicos (sociedade civil), sendo que, ambos, de uma forma ou de outra, cumprem a missão de produzir e reproduzir a hegemonia.

É o que podemos ver no pós-1930, na Paraíba, com a devida cautela nos usos dos conceitos. Tanto a sociedade política quanto a sociedade civil estavam mobilizadas para manter a hegemonia do bloco histórico vitorioso após a “Revolução de 1930”.⁶⁶ No caso das festas cívicas do 26 de julho, a sociedade civil participa de forma atuante, destacando-se, na organização das comemorações. Dentre suas instituições, podemos apontar: o Centro Espírita “Tomaz de Aquino”; as escolas (Escola de Aprendizes Artífices, Academia de Comércio “Epitácio Pessoa”, Liceu Paraibano, Colégio Diocesano, Instituto Comercial “João Pessoa”, apenas para citar as mais importantes); a Associação Paraibana de Imprensa; a Rádio Tabajara; a Rádio Club da Parahyba; o Jornal *A União*; a Igreja Católica; os sindicatos e associações (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Cimento, Cal e Gesso, Centro Beneficente Paraibano, Centro Proletário “Alberto de Brito”, Liga Beneficente Operária, União Beneficente do Trabalhador, Aliança Proletária Beneficente, Sociedade Literária Ruy Barbosa);

pelos clássicos, que mantinham a hegemonia mediante uso da repressão, da coerção, enquanto o segundo conceito refere-se aos chamados *aparelhos privados de hegemonia* (igreja, escola, partido, jornais, etc), estes, atuando de modo a difundir a ideologia, no processo de legitimação do sistema. É preciso, portanto, estabelecermos as diferenças entre o conceito de *aparelhos privados de hegemonia*, de Gramsci e os *aparelhos ideológicos de Estado*, de Althusser. Este critica os conceitos gramscianos de sociedade política e sociedade civil, tendo em vista que, para ele, retomava-se à distinção jurídica burguesa entre o público e o privado. Althusser afirma, também, que o Estado foi sempre ampliado sendo um equívoco fazer a divisão gramsciana. Com a teoria do Estado ampliado, Gramsci vê a possibilidade das classes subalternas conquistarem o poder do Estado (na acepção conceitual da sociedade civil), o que não aparece no pensamento althusseriano, isso porque, para este filósofo, a luta contra o Estado era entendida como o enfrentamento para conquistar o Estado-coerção. Para Gramsci, a sociedade civil emerge no contexto histórico da modernidade, tendo em vista que, nas sociedades pré-capitalistas, não havia a distinção entre o público e o privado, de tal maneira que as instituições, a exemplo da igreja, não se colocavam como privadas em relação ao Estado, que seria público. Ambas as instituições agiam da mesma forma coercitiva da qual se valia o Estado para garantir sua dominação. Com as revoluções burguesas, e a laicização do Estado, os instrumentos de legitimação ideológica passam, também, ao domínio do privado. Assim sendo, o Estado não impõe coercitivamente uma religião ou um sistema escolar, elas se impõem de modo relativamente autônomo, muito embora não sejam indiferentes ao Estado. (COUTINHO, 1992, p. 80)

⁶⁶ Não podemos, no que se refere à Paraíba, utilizar o conceito de “bloco histórico” de Gramsci, senão com muita ressalva, pois o movimento de 1930 aí não se constituiu em Revolução, mas uma mudança de segmentos das elites no poder. O conceito é aplicável ao Brasil, porque, mesmo não sendo revolucionário, no que diz respeito ao controle do Estado brasileiro, houve uma troca de Bloco Histórico, com a incorporação da burguesia industrial e segmentos médios urbanos (ao menos no início do governo Vargas).

entidades de Cultura e Desporto (Sport Club “João Pessoa”, Liga Suburbana de Desporto, orfeões, bandas de músicas, etc).

Todos essas instituições, além de participarem das festas na praça pública, também realizavam sessões cívicas no interior de seus recintos. Fazia-se questão de noticiar o ato cívico, pelas páginas oficiais do Jornal *A União*.

No primeiro ano após a morte de João Pessoa, as comemorações tiveram uma dimensão de largas proporções, certamente porque ainda era bastante recente o fato. Houve programação por uma semana inteira, cada dia reservado a um determinado setor da sociedade. (QUADRO VIII)

QUADRO VIII
PROGRAMAÇÃO DA SEMANA DE JOÃO PESSOA (1931)

DIA	INSTITUIÇÃO	ATIVIDADE
19/07/1931	Estudantes e Professores	8h - Partirá do Palácio passeata cívica com o retrato de João Pessoa conduzido pelo interventor Antenor Navarro, a fim de fazer a aposição no Altar da Pátria , em frente à Escola Normal. 9h - Comunidade de professores e estudantes receberá o retrato e fará a aposição. Salva pela bateria de montanha. Uma companhia do 22º BC prestará guarda de honra com a escola de música cantando o hino de João Pessoa e o Nacional. 10 às 14 h- Inaugurações oficiais e placa comemorativa. 15h - Reunião na Praça do Carmo sob a direção do professorado. Todos os alunos de todos os estabelecimentos de ensino. 15:30 h- Partirá da praça a grande passeata cívica de estudantes e professores para desfilarem de frente ao Altar da Pátria. Todos formarão para homenagear João Pessoa, onde falará um representante dos estudantes e outro da comissão organizadora. A banda de música cantará o hino de João Pessoa e a banda de música da polícia tocará o Nacional. Durante todo dia, velará o Altar estudantes e professore.
20/07/1931	Operários e Trabalhadores	6h - Salva de vinte e um tiros. 6 às 12 h- Inaugurações oficiais. 14h - Inauguração do marco da pedra tosca com inscrição alusiva e também da Praça do Trabalho . 15h - Organização do Préstito cívico 16h - Partida do préstito da Praça do Trabalho a fim de desfilarem sobre o Altar da Pátria. Discursos e hinos.
21/07/1931	Classes Armadas	6h - Içamento da bandeira nos quartéis. 6 às 13 h- Inaugurações das placas da classes. 14h- partida dos quartéis a fim de formarem na rua General Osório de onde desfilará às 16 horas em direção ao Altar da Pátria, onde deve estar o estado maior das forças. Discursos e hinos.

22/07/1930	Mulher Paraibana	8h - Missa na Catedral por almas dos soldados mortos na revolta de Princesa. 8 às 14 h- Inaugurações oficiais, inclusive a de uma cruz na área nova do cemitério, na base da qual será colocada uma pedra, oferta da mulher paraibana em homenagem aos soldados de Princesa. 15h - reunião de mulheres no Parque Sólon de Lucena. 16h - Partida em direção ao Altar da Pátria. Discursos e Hinos.
23/07/1931	Comércio	6 às 13 h- Inaugurações oficiais. 14h Sessão magna na Associação Comercial e inauguração de uma placa de bronze em uma das colunas da fachada principal do prédio. 16h - Partida do préstito cívico da Associação Comercial com destino ao desfile de frente ao Altar da Pátria. Discursos e Hinos.
24/07/1931	Funcionalismo Público	Até às 13h - Inaugurações oficiais. 14h - Colocação de uma placa no prédio da Empresa de Correios e Telégrafos. 15h - Reunião das classes na Praça Pedro Américo. 16h - Partida em direção ao desfile de frente ao Altar da Pátria. Discursos e Hinos.
25/07/1931	Clero e Associações de Caridade	7h - Missa realizada na cadeia pública. Após a missa, uma comunidade de mulheres colocará no peito dos detentos uma pequena bandeira do “Nego” com o retrato de João Pessoa. Até 14 h - Inaugurações oficiais. 15h - Reunião em frente a Catedral. 16h - Partida das “classes dos pobres” acompanhando o clero e associados da UMC em direção ao Altar da Pátria. Discursos e Hinos.
26/07/1931		8h - Inauguração do Hospital de Isolamento. 10h - Inauguração do pavilhão do Chá. 14 h - Reunião de todo povo na Praça da Independência em frente a casa que morou João Pessoa. Na ocasião falou o padre Matias Freire. Desfile das bandas de música e corporações militares até a Praça João Pessoa onde às 17:23 h, tocará por trinta segundos sirene de A União, anunciando a hora em que morreu o presidente, afim de se guardar um minuto de silêncio. Hinos. Fala o interventor Antenor Navarro. Hino Nacional.

Fonte: Jornal *A União*, 18 jul.1931, grifos nossos. Quadro elaborado pelo autor. Os erros vernaculares foram mantidos tais como constam no documento, pois, ao elaborarmos o quadro, mantivemos a programação tal qual está na fonte. Preferimos esse procedimento para não inflacionar o texto de *sic*.

O quadro acima evidencia o quanto a festa tinha objetivos de construir uma coesão social. A praça pública tornou-se um espaço de pretensa unidade e, ao mesmo tempo, de segmentação. Isso porque o Estado, com o fim de tornar coletiva a memória de João Pessoa, e assim, buscar legitimar-se, procurava apoio nos diversos segmentos sociais. Interessante observarmos a teia de relações institucionais construída no

momento de comemoração cívica do 26 de julho. Poderíamos resumir dessa forma: escola-Estado, sindicatos-Estado, militares-Estado, Associação Comercial-Estado, Funcionários públicos-Estado e Igreja Católica-Estado. Nessa teia de relações, havia espaços que funcionavam de forma simbólica. Como vimos no quadro acima, cada dia estava reservado à comemoração por parte de determinados setores da sociedade. Sendo assim, cada grupo social, ao realizar a romaria ao Altar da Pátria, partia de um espaço material e simbolicamente representativo de seu grupo e/ ou classe. Por exemplo: os estudantes, professores e diretores ficavam próximos ao Altar da Pátria, de frente à Escola Normal, a fim de recepcionarem o interventor e sua comitiva oficial, que traziam a efígie de João Pessoa para colocá-la no referido altar. Os operários e trabalhadores, de um modo geral, partiam da Praça do Trabalho; as “classes armadas” tomavam como ponto de partida os quartéis; os comerciantes, por sua vez, saíam da Associação Comercial; o clero e Associações de Caridade reuniam-se na catedral; todos em direção ao Altar da Pátria, rumando ao encontro da efígie do mito João Pessoa e dos representantes do Estado que lá estavam.

Se o objetivo dos organizadores das festas era promover a coesão social em torno de um elemento congregador, o culto à memória de João Pessoa, por outro lado, podemos perceber nitidamente a segmentação social, demonstrada pela programação, cada qual no seu canto, em seu lugar institucional mas de acordo com uma “ordem”.

A maior demonstração dos usos político-ideológicos das festas cívicas do 26 de julho pode ser vista na idéia de continuidade histórica da obra de João Pessoa. Ao passo que se cultuava o mito, também se homenageava os governantes da época, como seguidores das práticas “modernas” de administração do presidente morto. No Jornal *A União*, podemos observar que, ao lado da fotografia de João Pessoa, estava o interventor federal que estivesse no cargo, na ocasião. Celebrava-se o morto e homenageava-se o vivo, aquele que podia realizar a “grande obra” do presidente João Pessoa. Também podemos ver, sobretudo nos primeiros anos das comemorações do 26 de julho, os governantes aproveitando o feriado mítico para inaugurações de obras, mais precisamente, aquelas que João Pessoa iniciara. Na semana de comemorações em 1931, no dia 26 de julho, o interventor Antenor Navarro inaugurou o Pavilhão do Chá e a Ponte do Mulungú, divulgou a continuidade da construção da obra do Hotel

Parahyba e assinou o contrato para a construção do Porto de Cabedelo, todas as obras, apostas no periódico oficial como a continuação do programa de governo de João Pessoa.

As comemorações, porém, não se restringiam à Paraíba. Na capital federal, o Presidente da República, Getúlio Vargas, e comitiva faziam uma romaria ao cemitério São João Batista, cultuando a memória de João Pessoa, diante do monumento erguido em homenagem ao ex-presidente da Paraíba.

A partir de 1932, as festas eram realizadas apenas no dia 26 de julho, em diversas instituições, e em vários municípios paraibanos. A programação se iniciava com a “missa de réquiem”, seguida de uma romaria em direção ao Altar da Pátria.

Nesse ano, o 22º BC, símbolo da tomada do poder em 1930, quando os insurretos iniciaram o movimento na Paraíba, desfilou nas ruas do Rio de Janeiro entoando o hino de João Pessoa. Pelo que podemos analisar, tomando como contexto a rebelião paulista de 1932, a memória do ex-presidente paraibano era por demais utilizada como demonstração de apoio do Norte ao governo Vargas. De modo que, do ponto de vista simbólico, o desfile representava de que lado estava a Paraíba naquele conflito, o apoio a Vargas, que se fez, inclusive, no plano militar, quando o interventor Gratuliano de Brito enviou tropas da Polícia Militar da Paraíba a fim de combaterem os paulistas.

QUADRO IX ADORANDO O ALTAR DA PÁTRIA (1932)

HORA	RESPONSÁVEIS
0 á 1 hora	Interventor Federal, Superior Tribunal de Justiça, governo e centro cívico “João Pessoa”
1 ás 2 horas	Classes armadas
2 ás 3 horas	Autoridades federais
3 ás 4 horas	Autoridades estaduais
4 ás 5 horas	Autoridades municipais
5 ás 6 horass	Classes operárias
6 ás 7 horas	Classes conservadoras
7 ás 8 horas	Corpos docentes e discentes do Lyceu Paraibano
8 ás 9 horas	Corpos docentes e discentes da Escola Normal
9 ás 10 horas	Corpos docentes e discentes do Colégio Diocesano
10 ás 11 horas	Colégio N. Sra. das Neves
11 ás 12 horas	Escola de Aprendizizes Artífices
12 ás 13 horas	Corpo docente e discente da Academia de Comércio “Epitácio Pessoa”
13 ás 14 horas	Corpo docente e discente do Instituto Comercial “João Pessoa”
14 ás 15 horas	Corpo docente e discente da Escola “Remington”

15 às 16 horas	Corpo docente e discente do Orphanato “D. Ulrico”
16 às 17 horas	Corpo docente dos professores primários (nesta hora os presidiários visitarão o Altar da Pátria)
17 às 18 horas	Todo o povo (desfile de tropas em continência ao Altar da Pátria)- Discurso de Gratuliano de Brito, seguido dos orpheões da Escola de Música, do Lyceu Paraibano e Escola Normal, cantando o hino a João Pessôa
18 às 19 horas	Imprensa da capital
19 às 20 horas	Funcionários federais
20 às 21 horas	Funcionários estaduais
21 às 22 horas	Funcionários municipais
22 às 23 horas	IHGP
23 às 24 horas	Centro cívico “João Pessôa”

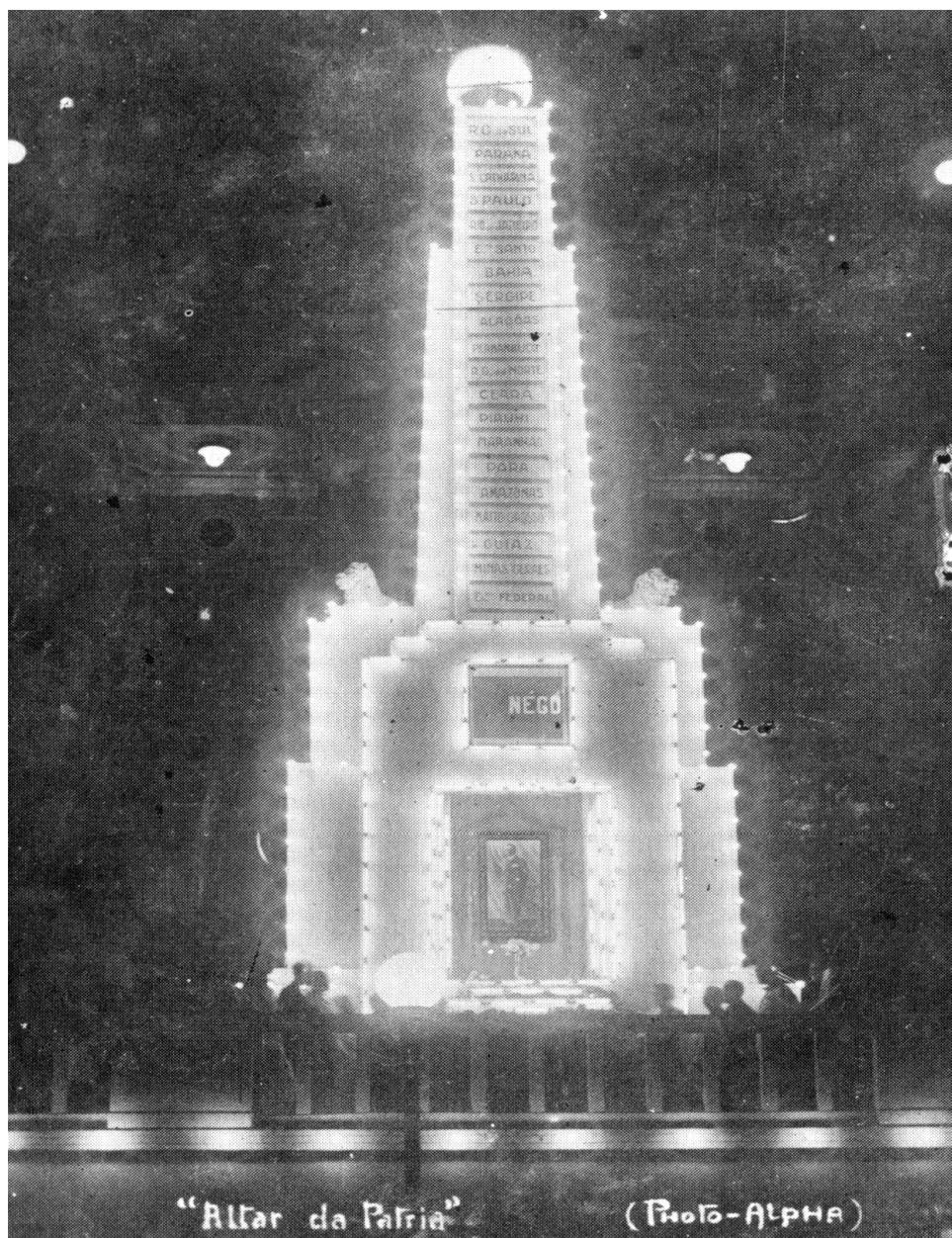
Fonte: Jornal *A União*, 24 jul. 1932, capa e p. 8. Quadro elaborado pelo autor. Os erros vernaculares são cópias dos documentos.

O Altar da Pátria se constituiu como lugar sagrado e cívico, santificando João Pessoa para legitimar seus herdeiros políticos no controle do aparelho de Estado paraibano. As pessoas adoravam o altar de João Pessoa, tal qual adoram, nas igrejas, o Santíssimo Sacramento.

Como podemos ver na fotografia abaixo (nº 14) tratava-se de uma construção imponente, iluminada, na qual, na base, se encontrava uma imensa efígie de João Pessoa. No centro, podemos ver a Bandeira do Nego, já no seu formato atual, como uma representação da Paraíba sobressaindo-se perante os demais estados que se encontram, ordenadamente, em placas, na torre do referido altar. É um símbolo do nacionalismo varguista, da pretensa união dos estados em torno do projeto desenvolvido por Getúlio, após o movimento de 1930, e a reestruturação do novo Estado nacional brasileiro.

Na frente do Altar, percebemos uma cena de ritual de pessoas desfilando à sua frente, parando para reverenciarem a memória do ex-presidente. É um rito cívico, mas com características cristãs, uma vez que se assemelha à adoração do Santíssimo Sacramento, exposto no Altar.

Fotografia nº 14- Altar da Pátria



Fonte: JOFFILY, 1979, p. 20.

Em 1933, devido à proximidade da inauguração do monumento a João Pessoa, o qual analisamos no segundo capítulo, a comemoração oficial ocorreu de forma mais simples, resumindo-se à tradicional “missa de réquiem”, romaria ao Altar da Pátria e discursos. De 1934 a 1945, após a celebração religiosa na catedral, a romaria tomava o rumo da Praça João Pessoa, comemorando ao pé do monumento do ex-presidente.

“Cada cidadão permanecerá ao pé da estátua cerca de meia hora, em turmas previamente organizadas”, (Jornal *A União*, 23 jul. 1935, capa), sendo que havia inscrições, na sede do jornal oficial do governo, para quem se dispusesse a participar do ritual da guarda ao monumento. (QUADRO X)

**QUADRO X
A GUARDA DO MONUMENTO (1936)**

HORA	RESPONSÁVEIS
0,1,30	Srs. José Ramalho da Costa e Antonio Miranda Sobrinho
1,30,2	Srs. Genésio Gomes da Cruz e Jacome Lombardi
2,2,30	Srs. Vicente Xavier da Silva e José Tavares Benevides
2,30,3	Srs. Sebastião Vasconcellos e João Julião de Santanna
3,3,30	Srs. Octacílio Alves dos Santos e Enéas de Oliveira
3,30,4	Srs. Daniel Martinho Barbosa e João Teixeira de Carvalho
4,4,30	Srs. José Dantas e Mário Lima
4,30,5	Srs. Manuel Paulo de Mello e João André de Lima
5,5,30	Cícero Guedes e Graciliano Tinoco
5,30,6	Justino Monteiro e Severino Dutra
6,6,30	Pedro Paulo de Almeida e Antonio José de Souza
6,30,7	Srs. Francisco Alves de Araújo e cel. João R.
7,7,30	José Clementino de Oliveira e Luiz Clementino de Oliveira
7,30,8	Srtas. Teté Campello e Maria José Coutinho
8,8,30	Directores do Centro Cívico “João Pessôa”
8,30,9	Sócios do Centro Cívico “João Pessôa”
9,9,30	Família Murillo Lemos
9,30,10	Família João Luiz Ribeiro de Moraes
10,10,30	Sr. Alzir Pimentel e Sra.
10,30,11	Família José Neves
11,11,30	Associação Parahybana pelo Progresso Feminino
11,30,12	Antonio Pereira Gomes Filho e Samuel Hardman Norat
12,12,30	Srs. Augusto Santa Rosa e Claudiano Alustrau
12,30,13	João Agrippino do Rêgo Barros e João Cavalcante de Albuquerque
13,13,30	Drs. Severino Guimarães e Synésio Guimarães
13,30,14	Sr. Francisco Sales e Sra.
14,14,30	Sr. José Dias de Vasconcellos e Dr. Coralio Soares
14,30,15	Pytaguares Sport Club
15,15,30	Dr. Luiz Galdino de Sales e Sr. Modesto de Aquino.
15,30,16	Luiz Paiva e José Cavalcante de Souza
16,16,30	Dr. Adhemar Vidal e Francisco Vidal Filho
16,30,17	Membros do Conselho Municipal de João Pessôa
17,17,30	Srs. José de Borja Peregrino e Basileu Gomes
17,30,18	Srs. João de Castro Pinto e João Cândido Duarte
18,18,30	Dr. Severino Procópio e Sra.
18,30,19	Jornalista Aderbhal Piragibe de a “A União” e José Leal, de “O Norte”
19,30,20	Directores do Centro Cívico “João Pessôa”

Fonte: Jornal *A União*, 24 jul. 1936, p. 2. Quadro elaborado pelo autor.

Esse quadro sugere futuras pesquisas sobre a teia de relações pessoais, familiares, políticas, urdidas em torno da memória de João Pessoa, que extrapolam as dimensões e limites deste trabalho.

No entanto, podemos registrar que, além de instituições (Centro Cívico “João Pessoa”, Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, entre outras), constam nomes de famílias de destaque na sociedade paraibana, como, por exemplo, Samuel Hardman Norat, Augusto Santa Rosa, João de Castro Pinto, Severino Procópio, José Leal e o próprio Ademar Vidal, um dos intelectuais construtores da memória sobre João Pessoa.

Após esse breve histórico, retomamos à questão da sociedade civil paraibana e à reprodução da ideologia dos grupos dominantes, utilizando as festas cívicas de forma pedagógica.

Vamos começar com a imprensa. A Rádio Tabajara, órgão estatal, criada em 1937, durante o governo Argemiro de Figueiredo, além de transmitir, ao vivo, toda a programação dos festejos do 26 de julho, na praça pública, dedicava um programa em homenagem a João Pessoa, intitulado “A Hora do Grande Presidente”. Em alguns municípios do interior, a transmissão de suas festividades era operada pela tradicional difusora local. Além do rádio, que se constituía como veículo de propaganda oficial, também atuavam os jornais, merecendo destaque o estatal *A União* e o jornal católico *A Imprensa*. Pelo que pudemos averiguar no trabalho de investigação que realizamos, sobretudo no primeiro, a partir do dia 23 de julho de cada ano, o periódico iniciava as notícias das comemorações, com convite do governo e do Centro Cívico e sinalizando com a programação. Passado o dia 26, continuava a divulgar matérias sobre o evento, inclusive, transcrevendo cópias de telegramas recebidos de demais municípios, comunicando sobre a realização de rituais cívicos. Nos primeiros anos, o Jornal *A União* ainda trazia, na primeira página, a foto do ex-presidente João Pessoa, de corpo inteiro.

Santana (1999, p. 246) realça o papel da imprensa no governo Argemiro de Figueiredo (1935-1940), melhorando o parque gráfico do Jornal *A União*, inaugurando a Rádio Tabajara e criando serviços radiofônicos nos municípios paraibanos, transmitindo sua palavra meia hora antes do programa “Voz do Brasil”. A autora ainda destaca

trecho de um discurso de Argemiro, no qual enfatizava o papel educativo da referida emissora de rádio.

As religiões também se colocavam como aparelhos ideológicos, nesse particular. Além do Centro Espírita “Tomaz de Aquino”, que realizava sessão solene naquela instituição, era a religião Católica o grande baluarte das comemorações cívicas. Nesse momento, a instituição vinha em processo de reconciliação com o Estado, após a “separação” ocorrida legalmente com a Constituição de 1891. No início da Era Vargas, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que defendia uma escola laica, pública, gratuita e nacional, verificou-se a oposição de setores católicos, como era de se esperar. Entretanto, no ministério de Capanema, Estado e Igreja Católica se reaproximaram. (BITTENCOURT, 1990, p. 24).

Poucas eram as solenidades que não começavam por uma missa pela alma de João Pessoa. O início da programação das festas na capital sempre se dava com a “missa de réquiem”, assim que amanhecia o dia 26 de julho. Na maioria delas, era o próprio arcebispo, o celebrante. Da catedral metropolitana, autoridades e população realizavam uma romaria em direção ao monumento do ex-presidente.

A preocupação com as classes trabalhadoras, por parte do governo, fica evidente no tocante à participação de associações e sindicatos na programação cívica do 26 de julho. Reproduzindo o que ocorria a nível nacional, o Estado se colocava como árbitro das questões envolvendo patrões e empregados, justamente para evitar a luta de classes. Igreja, Estado, escolas, meios de comunicação, etc, se encarregavam de difundir a propaganda anti-comunista e veicular como “ideal” os princípios totalitários circulantes no cenário internacional.⁶⁷

Em diversos municípios da Paraíba, no auge do argemirismo, foram implantadas Comissões Nacionais de Propaganda Sistêmica contra o Comunismo, das quais muitos membros eram professores, médicos, padres, jornalistas, advogados, dentre outros profissionais liberais. (SANTANA, 1999, p.238/239).

No primeiro ano da comemoração, o proletariado prestou homenagem à memória de João Pessoa, ao colocar, na Praça do Trabalho, um bloco de pedra pesando vinte e

⁶⁷ Sobre esse assunto, consultar SANTANA, Martha M. F. de Carvalho. **Poder e Intervenção Estatal.** Paraíba (1930 -1940) João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

duas toneladas. Neste bloco, foram apostas uma coroa de louro e uma placa de bronze, cujos dizeres aludiam à homenagem dos trabalhadores paraibanos ao presidente morto. Houve uma solenidade, inclusive, com a participação do interventor, ao transportar-se o referido bloco da estação da “*Great Western*” para a citada praça.

Gurjão (1994) ressalta que as relações entre os trabalhadores operários e os dois primeiros interventores ocorreram, relativamente, de forma amistosa, tendo se alterado a partir de 1934/1935, durante o governo de Argemiro de Figueiredo.⁶⁸ Para a autora:

(...) o culto à memória de João Pessoa de certa forma, unia a classe subalterna ao projeto político da interventoria. Acrescente-se o impacto das obras contra as secas e a decretação das leis trabalhistas como instrumentos de persuasão inculcando a imagem do Estado protetor. (GURJÃO, 1994, p.150)

Logo após o movimento de outubro de 1930, a interventoria promoveu um Congresso Operário, cuja abertura foi solenemente revestida de uma homenagem à memória de João Pessoa. O Jornal *A União* (9 nov. 1930) assim se reporta àquele momento:

Instalação ontem no Teatro Santa Rosa do Congresso Proletário, na ocasião o retrato de João Pessoa envolvido com os pavilhões da República e da Paraíba, ocupava no recinto o lugar de maior destaque. O senhor Fiúza Lima, que presidiu a sessão, pediu que todos permanecessem de pé, por um minuto, em silêncio como homenagem ao grande e inolvidável estadista sacrificado pela inveja e pelo ódio dos poderosos de então e ainda como reverência a memória dos proletários mortos na Revolução.

Fazemos coro com Gurjão (1994, p. 117), ao demonstrar o quanto a memória de João Pessoa era utilizada, ideologicamente, como forma de unir a classe subalterna ao projeto político do bloco dirigente. A legislação trabalhista se encarregara de consolidar a cooptação do operariado. Quanto aos trabalhadores do campo, as “obras contra as seca” funcionavam de modo a expressar a imagem paternalista do Estado e construir a imagem de Vargas e José Américo como “pais dos pobres”.

⁶⁸ Consoante Gurjão (1994, p. 164), durante o governo Argemiro de Figueiredo, ocorreu a recomposição oligárquica paraibana, cooptando lideranças perrepeistas como Ernani Sátyro, e articulando com os dissidentes da Aliança Liberal. Em 1937, estava o bloco “unido” em torno da candidatura de José Américo à Presidência da República. Concordamos com a autora ao afirmar que “(...) frente ao fortalecimento das massas e a presumível ameaça de perda de seus privilégios, ‘coronéis’ e oligarcas esqueceram suas dissensões internas”.

Pelo visto, e pesquisado, sempre as classes trabalhadoras participavam da festa oficial. Em 1937, na efervescência da repressão e às vésperas do golpe do Estado Novo, o Centro Beneficente Paraibano se fizera representar nas comemorações, por intermédio de um discurso de Lourenço da Graça, orando como representante do operariado. Repetiu a participação nos anos de 1938 a 1943, até onde pudemos apurar. Assim, parece procedente a afirmativa de Gurjão (1994, p. 169), ao assegurar que

(...) dirigentes de entidades operárias, a partir de então (**período da repressão argemirista**), sempre aparecem nas cerimônias oficiais, ao lado das autoridades, cooptados, portanto, pelo regime, fornecendo a impressão de que ele contava com o respaldo popular. Complementando o trabalho ideológico, constantemente eram realizadas conferências nas escolas, nas associações operárias etc, como parte da intensa campanha cultural contra o bolchevismo. (Grifos nossos).

Exemplo mais significativo foi a participação do líder do Partido Comunista, na Paraíba, João Santa Cruz de Oliveira. Nas comemorações de 26 de julho de 1938, às 18 horas, fechavam a solenidade oficial, na Praça João Pessoa, os discursos de João de Deus Mindêllo, Luis Pinto e João Santa Cruz de Oliveira. Estava o comunista participando da mesma festa organizada pelo interventor Argemiro de Figueiredo, três anos depois de ser preso por este, na chamada Intentona Comunista.

A arte também cumpriu seu papel nas festividades do mito João Pessoa. O cinema, por exemplo, ao mesmo tempo veio reafirmar com louvor a memória do ex-presidente. Nas comemorações de 1935, foi exibido, nos cinemas da capital, o filme “A vida pela liberdade”, película que documentava os acontecimentos vividos em 1930. O porta-voz oficial assim se reportava sobre a exibição;

A fim de exhibir num dos nossos cinemas o film “A Vida pela Liberdade” encontra-se nesta capital, vindo da Bahia, o Sr. Alcides de Souza. Essa pellicula, que documenta os acontecimentos que encheram dias de agitação e de soffrimentos, vividos pela Parahyba, merece ser vista pela população pessoense, que venera a memória do seu Grande Presidente. (Jornal *A União*, 24 jul. 1935, capa)

No dia seguinte, o jornal oficial noticiava mais uma nota sobre os usos do cinema na socialização da memória histórica de João Pessoa. Anunciava que, no Cinema “Rio Branco”, por deliberação do seu diretor, Einar Svendsen, seriam projetadas as películas dos funerais de João Pessoa bem como das suas viagens aos estados de São Paulo e

Minas Gerais, durante a campanha da Aliança Liberal. Em 1939, o filme dos funerais voltou a ser exibido, conforme divulga o periódico estatal.

Assinala Ozouf (1988, p.219) que

(...) as festas da Revolução são festas faladas, muito mais do que festas mostradas ou representadas (...) Acolhem intermináveis discursos, encarregados de precisar seu alcance histórico. São sempre cuidadosas em limitar o desvio da interpretação, confiando a uma guarnição de cartazes e bandeiras, nos seus cortejos, o sentido dos grupos que desfilam. (...) A decoração, pouco confiante em sua pedagogia tácita, necessita de palavras para estabelecer sua adequação à cerimônia. Sente-se que importa menos a essas festas renovar uma emoção do que **fixar uma narrativa**. (Grifos nossos).

Evidentemente que a autora está se referindo às festas de comemoração da Revolução Francesa. Isso não implica dizer que não possamos pensar o caso da “Revolução de 1930”, à luz desse referencial. Talvez possamos fazer um reparo à frase final da citação, no sentido de que se renovava a emoção social para fixar a narrativa.

Comemorar João Pessoa e a “revolução”, anualmente, no 26 de julho, passava por práticas festivas demasiadamente faladas. O poder da retórica se fazia operante no sentido do **fazer crer**. Em todos os espaços institucionais, desde a pregação do arcebispo, passando pelas preleções escolares e a festa na Praça, havia uma numerosa gama de discursos. No entanto, como fez notar Ozouf, as palavras não eram pronunciadas sem um acompanhamento decorativo, os símbolos e o embelezamento da festa funcionavam de forma a se juntarem ao poder das palavras, no sentido de fixar a narrativa e assegurar a compreensão da mensagem.

Pelo que podemos perceber, da documentação colimada, os custos financeiros das festas cívicas do 26 de julho não eram ônus apenas do aparelho de Estado. Havia contribuições de toda parte. Em 1931, por exemplo, os funcionários da Prefeitura da Capital, da alfândega, os operários da Pedreira Cobé, estavam na lista de “patrocinadores” da Semana de João Pessoa. Os grupos populares, quando não contribuía diretamente com as festividades, empenhando determinadas quantias, acabavam arcando com os custos de uma consolidação da memória histórica, cujos objetivos eram legitimar um governo das elites. Isso porque havia uma mercantilização de símbolos, a fim de cobrir as despesas com a construção de *lugares de memória*. A título de exemplos, cabe-nos citar a venda do retrato de João Pessoa para ser utilizado nas lapelas, e de bandeirinhas do “Nego”, cujos recursos, em tese, destinavam-se à

construção do arco do triunfo. Também com o mesmo destino, foram postos à venda 800 folhetos biográficos de João Pessoa, de autoria do Dr. José Euclides.

O Jornal *A União* também traz as seguintes notas publicitárias: “*A manteiga ‘JOÃO PESSOA’ encontra-se á venda em toda parte*”; (*A União*, 28 jul. 1932, p.8) “*Comer só manteiga ‘JOÃO PESSOA’ é ter amor á saúde;*” (*Jornal A União*, 28 jul. 1932, p. 12) “*Addicione todas as manhãs ao café, um pouco de manteiga ‘JOÃO PESSOA’ e verão que bebida deliciosa.*” (*Jornal A União*, 28 jul. 1932, p. 10). Deduzimos, pois, que devia se tratar de um pequeno negócio privado, mas que se apropriou da marca simbólica de poder preponderante naquele momento. Devem os liberais tê-la consumido demasiadamente!

O livro “*Do Grande Presidente*”, de Ademar Vidal, editado pela Gráfica Oficial, foi posto no mercado com o faturamento destinado ao Orfanato D. Ulrico.

4.4 ESCOLA, FESTA CÍVICA, COMEMORAÇÃO

Com relação às escolas, assim como Gramsci resultou, as consideramos aparelhos ideológicos por excelência. No livro *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, o autor apresenta a tese central, definindo os intelectuais como um grupo social *autônomo*, com uma função social de porta-vozes dos grupos ligados ao mundo da produção.

O estudo da escola em Gramsci (1989, p. 15) não está separado do conjunto de seu pensamento. A instituição escolar era entendida como um “*aparelho privado de hegemonia*”.⁷⁰ A compreensão gramsciana de escola é de que esta estava direcionada para a construção de uma nova moral e uma nova cultura da classe subalterna, de modo a assegurar maior hegemonia sobre as demais classes e, conseqüentemente, na perspectiva da conquista do Estado. Por isso, entendia ser necessário romper com a subordinação intelectual e ideológica das classes subalternas, que se tornavam aliadas da cultura dominante ao reproduzirem sua ideologia. Ora, isso ocorria porque as concepções de mundo dos subalternos eram fragmentárias, assistemáticas e

⁷⁰ Aparelho privado no sentido de reproduzir a visão de mundo dos grupos detentores do poder, embora pudesse ser “pública” no sentido de pertencer ao sistema escolar estatal.

desorganizadas, constituindo o que se denomina de senso comum, produzido a partir da experiência⁷¹ cotidiana desses segmentos, que enfrentam conhecimentos ou saberes organizados e sistematizados dos grupos hegemônicos, de que é exemplo a memória de João Pessoa.

Rompido com o modelo do marxismo soviético da II Internacional,⁷² Gramsci não se prende ao determinismo econômico e vai trabalhar no campo da cultura, trazendo, nessa esteira, a discussão sobre os intelectuais e o papel da escola na construção da hegemonia e da contra-hegemonia.

À luz desse referencial, podemos pensar o papel das instituições escolares na disseminação da ideologia do Estado que se estrutura após 1930. A escola, sem dúvida, será um *aparelho privado de hegemonia* de grande força no tocante à socialização da memória de João Pessoa, de modo a legitimar a ordem e as diferenças sociais em nome de uma pretensa coesão social. Sobre o papel que as escolas paraibanas desempenharam na socialização da memória da “Revolução de 1930”, falamos a seguir.

⁷¹ Com as mais recentes vertentes historiográficas - História Social Inglesa, Nova História Cultural-, a problemática dos saberes dos subalternos vem ganhando destaque nas pesquisas. Sem deixar seus referenciais gramscianos, Thompson aponta o valor da experiência na construção dos saberes e das lutas. Sobre a questão do senso comum e a sua relação com o conhecimento científico, ver SANTOS (2004).

⁷² Gramsci discordava da estratégia socialista-stalinista da Internacional Comunista. Ele reconhecia a necessidade do Estado-coerção nos países em que a tradição democrática-política e a organização popular eram débeis ou inexistentes, sobretudo os “orientais”, nos quais o absolutismo monárquico imperava. Contudo, há que destacarmos, em Gramsci, a transitoriedade da “*estatolatria*”, combatendo o stalinismo e a gestão burocrática do socialismo soviético. Em suma: se a *sociedade civil* é fraca antes da tomada do poder, a tarefa do Estado socialista é fortalecê-la, depois, como condição para sua própria extinção enquanto Estado, para sua reabsorção pelos organismos autogeridos da *sociedade civil*. Nesse ponto, Gramsci concorda com Lênin, quando afirma que o socialismo vitorioso não poderia consolidar sua vitória se não realizasse integralmente a democracia. Mas ele traz elementos novos, o fim do Estado é entendido como o fim da *sociedade política* e não da *sociedade civil*. Outro ponto de discordância de Gramsci com o stalinismo reside na recusa da identificação entre partido e Estado e na defesa do Estado socialista como um Estado laico e humanista. O partido dominante não deve se confundir com o governo, e sim, um instrumento de transição da sociedade civil-política à sociedade regulada. Assim como não se deve confundir partido e Estado, muito menos se deve confundir a ideologia do partido com a ideologia do Estado, como sendo mais uma crítica ao modelo “*statolátrico*” soviético. Gramsci discordava das diretrizes da Internacional Comunista (1929-1934) e no bojo do debate, da estratégia denominada *guerra de movimento*, na qual a tomada do poder se fazia no ataque direto ao Estado-coerção, voltada para a conquista do Estado no sentido restrito. Na linha de pensamento gramsciana, a estratégia se pautava pela *guerra de posição*, na qual as batalhas deviam ser travadas, inicialmente, no âmbito da sociedade civil visando a conquista das instituições privadas, como condição para o acesso ao poder do Estado e para sua posterior conservação. (COUTINHO, 1992, p. 85).

Por meio do Jornal *A União*, o Diretor do Departamento de Educação do Estado da Paraíba divulgava nota convidando os diretores dos grupos escolares e regentes de escolas para participarem de reuniões, em seu gabinete, a fim de traçar o programa das comemorações do 26 de julho. Também convidava as escolas, públicas e privadas, a participarem dos festejos. A programação variava, desde conferências, teatro, palestras, sessões cívicas, realizada nas próprias instituições escolares, até a participação dessas últimas na festa oficial da praça pública. A título de programação interna de uma escola, vejamos um exemplo do município de Sapé, governado, à época, pelo prefeito Osvaldo Pessoa, irmão do ex-presidente homenageado:

- 1º- Hino a João Pessoa
 - 2º- Discurso da Professora Maria das Dores Silveira
 - 3º- Conferência com o Sr. Alzir Pimentel⁷³
 - 4º- Saudação a João Pessoa- José Pinto
 - 5º- Que será- Violeta Dalva
 - 6º- A Pátria- Por um grupo de alunos
 - 7º- O Credo- Bejanita Melo
 - 8º- Saudação à Bandeira- Rosilda Freitas
 - 9º- Herói- Arnóbio Cavalcanti
 - 10º- Hino Nacional
- (Jornal *A União*, 30 jul. 1942, p. 5)

Interessante notarmos que a comemoração se iniciava com o Hino de João Pessoa e se encerrava com o Hino Nacional. Homenageava-se o “herói”, mas, por outro lado, não se deixava por menos o culto à Pátria. A partir de 1937, com o Estado Novo, os símbolos estaduais foram proibidos de serem ostentados,⁷⁴ de tal forma que, nas festas cívicas do 26 de julho, havia a sobrevalorização da Bandeira e do Hino Nacional, com vistas a aguçar o sentimento de brasilidade, de união nacional.

Entrevistando a professora Maura Tavares⁷⁵, do município de São João do Cariri, pudemos perceber outro método utilizado para comemorar o mito João Pessoa. Comenta a professora aposentada que

⁷³ Será o mesmo que montava guarda ao monumento de João Pessoa, em 1936. Vide Quadro X.

⁷⁴ O governo Getúlio Vargas, de modo autoritário e centralizador, após o golpe de 1937, baixou um decreto proibindo a ostentação dos símbolos estaduais, a fim de evitar os regionalismos e dar ênfase ao nacionalismo. Essa medida, no plano simbólico, equivalia a outras no plano político, como o fechamento das Assembléias Legislativas.

⁷⁵ Entrevista concedida ao autor em 22 out. 2005.

Sempre fazia, 26 de julho, sempre comemorava. Eu pelo menos fazia uma **pecinha teatral** dava aquela aula naquele dia e dali comentava com os alunos, um ia ser João Pessoa outro ia ser o fulano de tal Dantas, tou esquecida, outros ficavam ali como se estivesse num barzim, eu sei que enfrentava uma pecinha(...)e fazia(...)Comemorava essa data sempre(...)que era uma data cívica também como o sete de setembro como o dia de Tiradentes porque ele foi um herói que morreu pela Paraíba. Não devia ter matado mas infelizmente no nosso país é assim.

Ainda no que diz respeito a metodologias utilizadas nas escolas, com a finalidade de comemorarem o feriado do 26 de julho, e reiterarem a memória de João Pessoa, o governo legislava, obrigando a realização de preleções nos estabelecimentos de ensino, objetivando *“ressaltar as atitudes patrióticas do Grande Paraibano.”* (Jornal *A União*, 25 jul. 1942, p. 6). Legislava, ainda, no sentido de criar recursos didáticos, a exemplo do retrato do presidente morto, considerado, desde 1930, material didático para às aulas de educação moral e cívica (Jornal *A União*, 8 out. 1930) e deliberando sobre a publicação de um livro didático destinado às escolas públicas, dele constando relato biográfico sobre João Pessoa. (Jornal *A União*, 14 nov. 1930).

O Jornal *A União* publicou uma exposição feita pela professora Ezilda Milanez Dantas aos alunos do Grupo Escolar “Álvaro Machado”, em Areia, por demais ilustrativa da socialização da memória oficial da “Revolução de 30”, na escola primária. O que vemos, a seguir, é um direcionamento metodológico para a reprodução da ideologia/história oficial, senão vejamos:

Hoje é feriado nacional... e tive o prazer de ser a escolhida para vos falar sobre essa data. Quereis que vos faça um discurso ou vos conte uma história?

ALUNOS: queremos uma história...

Bem comumente as histórias dos meninos, começam por “Era uma vez...”

E, não querendo me afastar disso, começo do mesmo modo. Prestem bem atenção!... é uma história simples, porém repleta de grandes e belos exemplos e heróicos desenlaces!...

ERA UMA VEZ... um pequeno menino muito estudioso, inteligente e bom...

Era pobrezinho e estudava com muito sacrifício.

Nunca soube o que era felicidade, **se a sua infância foi sem alegrias, a sua juventude foi rude e amarga!...** mas ele não desanimou, sempre forte, sempre a enfrentar as dificuldades que lhes surgira. (*sic*)

E assim foi indo dia a dia, **ora dormindo ao relento aos embates das ondas, ora doente ao abandono**, sem o carinho de um coração amigo, até que arrumado um emprego conseguiu mais tarde tornar-se doutor.

Agora formado ei-lo a fazer jus a ótimos empregos.

Conseguiu, portanto vencer na vida!...

O sofrimento da sua infância e as grandes dificuldades com que se viu a braços na sua juventude, foi o bastante para dotá-lo de um carácter firme e sem mácula e de uma força moral que bem poucos têm conseguido possuir nos grandes momentos precisos!...

Agora tudo lhe sorria: via-se cercado de uma esposa dedicada e de seus filhinhos que o veneravam; não lhe faltando amigos e... tudo enfim, que pode satisfazer um espírito que não fosse o seu, pois não era egoísta.

Se já havia vencido uma vez, podia por-se a campo novamente, auxiliando e dando um exemplo aos demais homens, e, vencer uma segunda, uma terceira vez.

Então meus caros alunos, o menino de nossa história, agora homem feito, forte, sincero, destemido, apanhou-se para uma nova luta.

E abandonando o lar feliz, os amigos, as honras e todas as comodidades de que gozava, arrojou-se a sua nova empresa. ERA UM NOVO BANDEIRANTE que ia surgir!...

Porém muito mais intrépido do que aqueles que haviam explorados os nossos sertões, incógnitos, **porque a sua bandeira compunha-se exclusivamente de sua pessoa** e trazendo apenas como armas, a sua força moral e o seu critério.

A sua bandeira não vinha em busca de escarvisar (*sic*) índios, nem caçar pedras preciosas; o seu ideal era outro!...

Para campo dos seus trabalhos, não procurou os grandes centros populosos mas a sua terra natal, uma TERRA PEQUENINA E BOA. (Jornal *A União*, 26 jul. 1931, p. 19, grifos nossos)

O documento é muito rico para análise. Sugere um cotejo da versão construída pela professora de Areia com os dados biográficos sobre João Pessoa. As maiúsculas do texto também são muito sugestivas. Comparar João Pessoa a um bandeirante talvez não agradasse ao homenageado, que lutara contra a hegemonia paulista. Uma outra característica ressaltada é a configuração do “herói” que luta sozinho.

A professora continua a “historinha”, destacando a “boa administração” de João Pessoa, no governo paraibano (1928-1930). Utilizando figuras de linguagem, assim se expressa, ao falar da formação da Aliança Liberal:

Mas um dia, caros mininos, (*sic*) tudo mudou! **O dono da TERRA GRANDE** onde a terra pequena estava encravada impôs a todos um **novo dono** para a terra grande que era repartida entre vinte terrenos (...) O povo da terra pequena, já acostumado a repelir imposições, como a dos holandeses, a dos portugueses, a dos paraguaios, uniu-se aos habitantes de outras duas terras maiores e não aceitaram a imposição do novo dono. O nosso administrador foi o primeiro a exclamar: **NEGO** o meu apoio e o da minha **terra pequenina**, por isso o **homem mau**, dono da **Terra Grande** fez cair todo seu ódio sobre o nosso bom administrador (...) E qual um novo Vidal de Negreiros tornou-se um invencível **GUERRILHEIRO**. (Jornal *A União*, 26 jul. 1931, p. 19)

Esse documento vem, mais uma vez, reiterar a identidade do paraibano como “povo bravo e resistente” desde os tempos coloniais. Um povo que teria demonstrado esses atributos na luta contra os holandeses e portugueses, durante o período colonial, e contra os paraguaios, durante o império. Mais uma vez, sobressaía-se na valentia, agora, no combate ao “dono” da “terra grande” (governo federal encarnado no presidente Washington Luís e no novo dono imposto, isto é, Júlio Prestes) que não

“respeitava” a autonomia da “terra pequena”, uma vez que sinalizava com uma intervenção federal. João Pessoa é comparado a André Vidal de Negreiros, tendo em vista o “heroísmo” advindo do gesto do “Nego”, uma vez que foi o pioneiro a enfrentar o Catete. O deslocamento discursivo é impressionante: João Pessoa vira guerrilheiro!

Evidencia-se, com bastante ênfase, a idéia da Paraíba como um estado pequeno e pobre, mas que se fez grande pelos gestos de magnanimidade de seu povo, por intermédio de seu comandante. Não é a toa que Maurício de Lacerda, nome expressivo da Aliança Liberal, a nível nacional, comparou a Paraíba, em 1930, à Sérvia em 1914, denominando-a de “Serajevo Brasileira”⁷⁶ (Jornal *A União*, 26 jul. 1931, p. 10).

Continuando a atividade de socialização da memória histórica dos vencedores de 1930, a professora narra a morte de João Pessoa com o seguinte teor:

Estava elle um dia a tarde a conversar despreocupadamente, com alguns amigos, numa das **Terras Vizinhas** que auxiliava os **quilombos**, quando uma bala, surpreendeu-o e prostou-o ferido da morte!... O nosso grande heróe que por sua terra tornou-se MARTIR era uma **bôa estrela** que nos guiava no caminho da **Ordem e Progresso**... (Jornal *A União*, 26 jul. 1931)

Uma leitura acurada desse trecho da palestra da professora demonstra, nitidamente, a construção da martirização do ex-presidente paraibano, tomando por base a sua morte. Teria, João Pessoa, sido pego de surpresa, na Confeitaria Glória, sem poder se defender, morrendo de forma traiçoeira. Outro ponto significativo, exposto no documento, é a forma como essa memória oficial vai definir o papel de Pernambuco naquela conjuntura histórica. Serão reafirmadas as vinculações do presidente pernambucano Estácio Coimbra, com o governo Washington Luis e com o grupo político organizador da Guerra de Princesa, através da imagem alusiva à terra vizinha que auxiliava os “quilombos de Princesa”, ou melhor dizendo, os “desordeiros”, revelando a visão estigmatizadora da professora em relação os negros escravos. A historiografia oficial sublinha, com bastante ênfase, os embargos e proibições de entrada de armas e munições para o governo paraibano, por território pernambucano,

⁷⁶ A 28 de junho de 1914, em Seravejo, na Sérvia, que fazia parte do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando de Habsburgo, herdeiro do trono, foi assassinado por um nacionalista sérvio. Esse evento foi o estopim para a eclosão da 1ª Guerra Mundial, em 1914, cujas motivações são muito mais profundas.

ao tempo que o governo deste estado criava facilidades para os rebeldes de Princesa Isabel. Os perrepistas são comparados aos quilombos, por serem “arruaceiros”.

Nesse documento, também podemos observar o modelo de História factual dos “vultos” e “heróis”, inaugurado nas escolas, durante o século XIX, tomando por base o ensino no colégio Pedro II. Os sujeitos da História, segundo esse pressuposto teórico, eram os “grandes homens”, responsáveis pela condução do povo ao estágio do “progresso” e da “civilização”. João Pessoa aparece no relato como o guia, a estrela-guia a iluminar o caminho do povo na ordem e no progresso.

Voltando à questão da referida atividade pedagógica, comemorativa do aniversário de morte de João Pessoa, a professora, utilizando o método da memorização mecânica, enveredou pelo caminho da sabatina, como podemos notar a seguir:

Agora que terminei a nossa história, quero saber se vocês compreenderam-na?
Quem era esse menino (*sic.*)que se tornou bandeirante?

Alunos- JOÃO PESSOA.

Qual era a terra pequenina que ele tornou grande?

Alunos- O Estado da Paraíba.

O que ele exclamou quando o **dono** da Terra Grande impôs um novo **dono**?

Alunos- NÉGO...

Qual era a Terra Grande?

Alunos- O BRASIL... ..

Quaes são os discípulos de João Pessôa?

Alunos- Os que sabem bem governar com honradez e critério como José Américo etc.

Onde nasceu José Américo?

Alunos- Em AREIA.

Muito bem vocês devem se tornar bons discípulos de João Pessoa e dignos conterrâneos de José Américo.

(Canta o hino de João Pessoa)

Areia, 22 de julho de 1931.

Ezilda Milanez Dantas Professora do 6º Anno do G.E Álvaro Machado. (Jornal *A União*, 26 jul. 1931, p. 19)

Como faz notar Bittencourt (2004, p. 68), “*A memorização era a tônica do processo de aprendizagem e a principal capacidade exigida dos alunos para o sucesso escolar*”. Os métodos de ensino baseados na memorização correspondiam a um entendimento de que “saber história” perpassava pelo domínio de muitas informações, sabendo de cor os acontecimentos, as datas e nomes de “heróis”. Não obstante tais métodos sofrerem críticas, já no século XIX, de autores como Montessori, os chamados métodos ativos só iriam se configurar, na prática, após os anos de 1930. No entanto, no interior da Paraíba daqueles anos, vigoravam as velhas práticas escolares.

A autora citada utiliza o conceito de *circularidade cultural*⁷⁷ para analisar os métodos mnemônicos impregnados na cultura escolar. Para ela, a sociedade brasileira tem se caracterizado pelas tradições orais. Repetiam-se contos e histórias para criança dormir, os serões nas fazendas e nos púlpitos das igrejas, com os sermões dos vigários. No entanto, quando nasce a instituição escolar, propondo uma forma de comunicação escrita, “*Os métodos criados pela escola foram obrigados a submeter-se a mecanismos já existentes para imporem o saber que ela pretendia disseminar*”. (BITTENCOURT, 2004, p.72). Assim, a cultura escolar/escrita filtrará características da cultura oral, tradicionalmente arraigada nas sociedades, para utilizar métodos como a aula expositiva e o questionário, tendo os alunos a obrigação de decorarem as questões para responderem, de forma oral e/ou escrita, nas sabatinas da vida.

Mas uma verdadeira *aula de campo* era apresentada na Praça João Pessoa, antes de 1933, ao pé do Altar da Pátria e depois, do próprio monumento do ex-presidente. Alunos, professores e diretores assistiam a “missa de réquiem”, depois peregrinavam, em romaria, da catedral metropolitana à praça. Lá desempenhavam diversas atividades: os alunos jogavam flores ao pé do Altar da Pátria ou do monumento, cantavam o Hino de João Pessoa; professores discursavam; os orfeões do Liceu Paraibano, da Escola Normal e do Colégio Diocesano, sob a regência do maestro Gazzini de Sá também entoavam o hino de João Pessoa e o Nacional.

Em artigo para o Jornal *A União*, datado de 14 de setembro de 1930, Rafael Correia de Oliveira afirma que, no dia anterior, ouvira, na Assembléia Legislativa, o deputado João Maurício, em conversa, defender a idéia de que a “Paraíba nova”, ao ter nova bandeira, deveria, também, ter um novo hino. Ele fala da cogitação de um concurso para esse fim, cuja melodia e letra deveriam ser compostas por “*notas agudas e imperativas, estrophes flammejantes de bravura e revolta, traços profundos da mentalidade paraibana no instante máximo de seu nolve e destemeroso sacrifício*”. Entretanto, no projeto de lei que instituía a nova bandeira paraibana, havia um artigo

⁷⁷ Esse conceito tem sido muito empregado pela Nova História Cultural, tendo como um dos seus referenciais Bakhtin. O conceito aborda a circulação de saberes na sociedade, rompendo uma percepção de aplastamento entre a cultura hegemônica e a cultura dos subalternos, aquela subsumindo a última; ou de dicotomia entre ambas.

que ressaltava a permanência dos demais símbolos da tradição antiga: hino, brasão e escudo.

A despeito desse dispositivo conservador, uma nova tradição foi inventada, criando-se um hino especialmente dedicado a João Pessoa. Em 22 de setembro de 1930, pouco mais de um mês após a morte do ex-presidente, o hino em sua homenagem já tinha sido gravado em disco de vinil, lançado pela Casa Edison, no Rio de Janeiro. Como a Aliança Liberal ainda não havia tomado o poder na capital federal, o que só viria a ocorrer em 24 de outubro seguinte, a polícia compareceu às casas dos vendedores, aconselhando-os a não venderem o produto. Mesmo assim, algumas delas, descumprindo os apelos militares, continuaram a comercializá-lo. O Hino de João Pessoa tem música de Eduardo Souto e letra do poeta pernambucano Oswaldo Santiago, conforme transcrito a seguir:

I

Lá do Norte um herói altaneiro,
Que da Pátria o amor conquistou,
Foi um vivo farol que ligeiro
Acendeu e depois se apagou.

Estribilho

João Pessoa, João Pessoa
Bravo filho do Sertão,
Toda Pátria espera um dia
A tua ressurreição.
João Pessoa, João Pessoa
O teu vulto varonil
Vive ainda, vive ainda
No coração do Brasil.

II

Como um cedro que tomba na mata,
Sob um raio que em cheio o feriu,
Assim ele ante a fúria insensata
De um feroz inimigo caiu.

III

Paraíba o rincão pequenino,
Como grande este homem te fez,
Hoje em ti cabe todo o destino
Todo orgulho da nossa altivez.

Na letra, os autores iniciam com um discurso regionalista, associando o herói à sua região de origem. Ao mesmo tempo, recuperam a frase de Euclides da Cunha, na qual o escritor valorizava a fortaleza e a bravura do “homem sertanejo”, para se remeterem a João Pessoa, como sertanejo do município de Umbuzeiro. Outro traço marcante, na composição do hino, é a associação entre João Pessoa e Jesus Cristo, aludindo a “sua ressurreição”. Ao final, fica evidente a reiteração da paraibanidade, da idéia de uma “Paraíba pequena e heróica”, brava e resistente, que se fizera grande pelas mãos de seu “herói”, “herói” esse que, de “tão grande”, virou nacional.

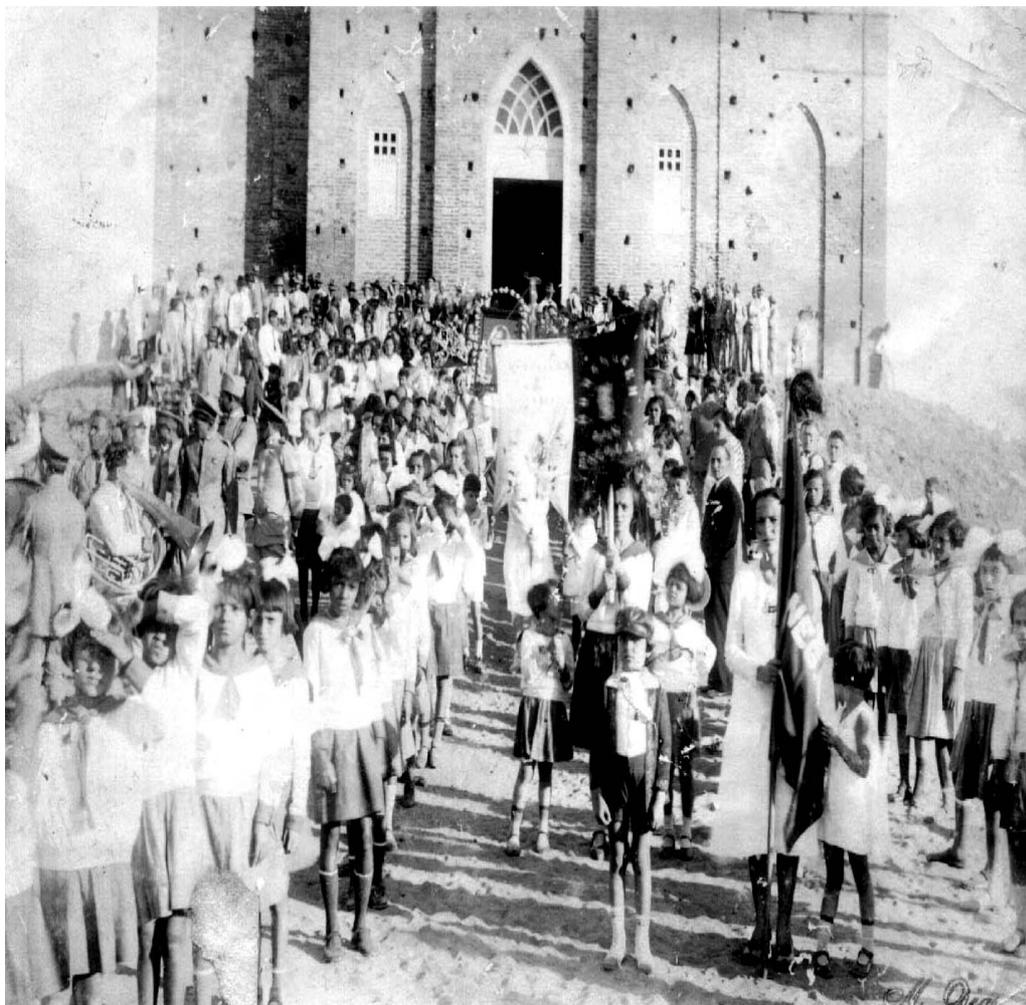
O Hino de João Pessoa estivera afinado na ponta da língua de estudantes, professores, autoridades políticas e militares, intelectuais e a população, de um modo geral. Também esteve afinado no sopro das filarmônicas e orfeões espalhados por toda a Paraíba. Além dos orfeões das principais escolas da capital, aos quais nos referimos em momento anterior, as filarmônicas municipais também participavam das festas comemorativas do 26 de julho, como veremos no depoimento a seguir. Indagada sobre a “Revolução de 1930”, no município de São João do Cariri, a entrevistada Edite Cordeiro de Souza⁷⁸ relatou:

Ah num lembro muito não isso ai não, mas me lembro até dos hinos de João Pessoa, que ele, mataram ele, João Dantas foi quem matou ele em Recife né? E ele tava em mesa de refeição, ele tava palestrando com uns amigos ai Dantas entrou que ninguém viu atirou no coração. Ai eu sei o hino dele todim, num vou cantar não que eu tou muito rouca.[cantou um breve refrão] (...) Meu pai era mestre de música, num sabe? E agente era cantora, eu e outras irmãs, então, quando tirava esses hino vinha aqui pra São João pra na rua, dia da, do aniversário de morte dele cantava esses hino né?E agente era pago.Eu era mulecota nova pequena ainda mais me lembro de muita coisa.

A fotografia abaixo, retratando uma das comemorações do 26 de julho, no município de Taperoá, reúne diversos ícones significativos para compreensão do papel da sociedade civil, a par do Estado, na construção e socialização da visão do grupo político alçado ao poder na Paraíba.

Fotografia nº 15- Comemorando o 26 de julho no município de Taperoá

⁷⁸ Entrevista concedida ao autor em 22 out. 2005.



Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, no município de Taperoá-PB.

Ocupando o plano superior da imagem, vê-se a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ainda em fase de construção. Templo imponente, do tamanho do poder da Igreja Católica perante a população local. Durante o processo de reformas do ensino, no período em estudo, a instituição foi um dos interlocutores dos burocratas estatais. Desde os anos de 1920, procurou

(...) ampliar sua esfera de influência política através da criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos. Reforçava obras de caridade, o alto clero esforçava-se em preservar e ampliar a presença da igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais. Em troca a igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas dos quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade. (BITTENCOURT, 1992, p. 42)

Na Paraíba, a exemplo do que ocorria a nível nacional, a Igreja Católica, sobretudo nos anos de 1930, exerceu intensa campanha anti-comunista, aproximando-se do integralismo, forjando uma imagem maléfica e assustadora do regime soviético, e ajudando o Estado no combate à disseminação de seus partidários no Brasil, de um modo geral e, na Paraíba, em particular⁷⁹.

Voltando à análise da fotografia acima, além da instituição católica, participando da comemoração do aniversário de morte de João Pessoa, podemos observar, em primeiro plano, duas filas de alunas, devidamente fardadas e uma senhora, talvez uma professora ou diretora, ostentando a Bandeira do “Nego”. Na lateral esquerda da imagem, se encontra a Banda Filarmônica local, que sempre participava das solenidades na condição de executora dos hinos. Entre o templo e os estudantes, estava a população, em meio aos estandartes católicos e bandeiras cívicas, formando uma cena na qual se conjugavam símbolos, instituições, rituais, sagrados e profanos, unidos pelo mesmo objetivo.

Ao falarmos de educação, não a reduzimos ao processo de ensino centrado na sala de aula. Em vários espaços institucionais, os intelectuais orgânicos do grupo vitorioso em 1930 pretenderam ensinar algo. A função pedagógica da escola preenche outros espaços que não apenas a sala de aula, a exemplo da praça pública e do Altar da Pátria. Nesses espaços, também se davam lições. O Jornal *A União* noticia que, nas comemorações de 1931, cerca de cinco mil alunos desfilaram em frente ao Altar da Pátria.

Em todos os espaços, o currículo aparecia como instrumento de legitimação da memória histórica de João Pessoa. Currículo, para nós, não se define apenas como a lista de conteúdos prescritos em um documento oficial, destinados a serem cumpridos em aulas. Comungamos com Berticelli (1999, p.165), quando afirma que *“pode-se entender como currículo os conteúdos não expressos, mas latentes da socialização”*, citando Forquin (*apud* Berticelli, 1999, p. 165), que também o define como

⁷⁹ Sobre o assunto, além dos trabalhos de Gurjão (1994) e Santana (2000), já sugeridos em outras partes desse texto, ver ainda o trabalho de Simone Costa sobre as noelistas, grupo ligado à Igreja Católica e que, nas décadas de 1930 e 1940, auxiliou a instituição no combate ao comunismo. O referido trabalho ainda está na fase de elaboração, no Programa de Pós Graduação em História, UFPB.

(...) o conjunto de competências ou de disposições que se adquire na escola por experiência, impregnação, familiarização ou inculcação difusas, ou seja, tudo aquilo que os anglófonos designam, às vezes, pelo termo de 'currículo oculto, em contraste com aquilo que se adquire através de procedimentos pedagógicos explícitos ou intencionais.

Ocorre que, a partir de 1931, com a criação do Ministério da Educação, o currículo passou a ser elaborado por comissões de intelectuais ligados ao referido ministério. Primava-se pela História Nacional, pelos "heróis" e vultos da Pátria. As comemorações do 26 de julho, na Paraíba, com todas as práticas pedagógicas, dentro ou fora da sala de aula, se inseriam no que podemos chamar de currículo oculto. Oficializadas pelo governo do estado da Paraíba, as festas cívicas, em alusão ao aniversário de morte de João Pessoa, não constavam no currículo nacional, o que não impede de se considerá-las repletas de intencionalidades e de legitimação do poder instituído. Elas ensinam, falam, formam subjetividades e identidades. Elas também reproduzem a ideologia dos grupos dominantes.

Nesse particular, não vemos incompatibilidade teórica quando pensamos a questão do currículo, entre as teorias críticas e as pós-críticas, não obstante suas elaborações do problema por ângulos diferentes⁸⁰. Ambas são de fundamental importância para a reflexão sobre a questão curricular e educacional, para falarmos de forma mais geral.

De um lado, fazemos coro com as palavras de Silva (1999, p.145):

Embora seja evidente que somos cada vez mais governados por mecanismos sutis de poder tais como os analisados por Foucault, é também evidente que continuamos sendo também governados, de forma talvez menos sutil, por relações e estruturas de poder baseadas na propriedade de recursos econômicos e culturais. O poder econômico das grandes corporações industriais, comerciais e financeiras não pode ser facilmente equacionado com as formas capilares de poder tão bem descritas por Foucault. De forma similar, o poder político e militar de nações imperiais como os Estados Unidos não pode ser facilmente descrito pela "microfísica" foucaultiana do poder.

⁸⁰ Ao lado de Deleuze e Derrida, Foucault inaugura as chamadas Teorias Pós-Críticas de Currículo. Estas se aproximam das Teorias Críticas, para se diferenciarem das Tradicionais, através do conceito de *poder*. Para ambas, o currículo não é algo inocente, muito pelo contrário, ele é carregado de intenções. No entanto, ambas se distanciam no momento em que definem o conceito de *poder*. As Teorias Críticas o abordam pelo ângulo da economia política marxista, numa visão mais centralizada do poder, expresso no Estado e nas classes que o sustentam. Na percepção Pós-Crítica foucaultiana, o poder é descentrado para dar maior visibilidade à noção de micro-poderes, disseminados em vários espaços da sociedade.

A visão do macro-poder permite a apreensão da atuação do Estado e seus aparatos bem como dos grupos sociais que lhe dão suporte e nele se representam, na formulação de suas políticas de memórias, que lhe conferem direção, hegemonia. A visão de micro-poderes possibilita a apreensão das concepções das instituições e grupos da sociedade civil que ou se articulam com o poder do Estado na capilarização da visão hegemônica sobre o mundo e a própria sociedade, ou formulam visões de contra-hegemonia. Estas últimas, pouco espaço tinham na Paraíba, na época em estudo, embora se manifestassem.

De outro ângulo, no nosso modo de entender, o referencial teórico pós-crítico vem enxergar algumas questões que os críticos não colocaram por uma série de razões, entre as quais a própria temporalidade em que formularam suas teorias. Entretanto, não vemos grandes problemas em analisar o objeto currículo a partir de conceitos como ideologia, hegemonia, reprodução, e, ao mesmo tempo saber, poder, identidade e formação de subjetividades. São olhares diferentes, focos diferentes, pensados em contextos históricos diferentes, porém, o fato de uma vertente se configurar mais atual não significa que vertentes teóricas produzidas em outros tempos devam ser, peremptoriamente, rejeitadas em seu todo. Se assim fosse, cada vertente teórica seria um puro ato fundador inaugural, perdendo de vista a sua própria historicidade. Marx não deveria crédito a Hegel, mesmo refutando o seu pensamento, Foucault não deveria tributos a Nietzsche. Estamos de acordo com a concepção da historiadora Silveira, no tocante às perspectivas multidimensionais em detrimento das abordagens simplificadoras das análises históricas. Como afirma Silveira (2004)

Vale dizer que a crítica ao unidimensionalismo de perspectiva não cabe só ao economicismo marxista, mas ao culturalismo, ao politicismo, etc; e que, sendo crítica ao economicismo marxista também deve sê-lo ao economicismo liberal capitalista em sua linearidade mercadológica, crítica esta quase ausente nos meios acadêmicos, o que, no mínimo, é estranho ou revelador.

Fizemos uso dessa passageira discussão teórica a fim de sistematizarmos nosso olhar sobre a escola, o currículo e a socialização da memória histórica da “Revolução de 1930” na Paraíba.

Como já fizemos notar em passagens anteriores, ao comemorar o 26 de julho, a escola se colocava como aparelho de hegemonia, para retomar Gramsci. Pensando pelo lado das teorias pós-críticas, podemos dizer que o currículo também é um formador de identidades e subjetividades, uma vez que os discursos instituídos vão acabar constituindo o que somos e o que pensamos. O eu e o outro, ou a identidade e a alteridade, permeiam a linguagem da memória oficial da “Revolução de 1930”. Essa construção identitária sintetiza-se na paraibanidade, da qual já falamos em outras passagens desse texto. O “ser paraibano” era motivo de orgulho, tendo em vista ter sido o “pequenino” estado, pelo gesto do “grande homem”, o originador da “Revolução de 1930” e, portanto, fundador da “República Nova”. O Outro, os que não estavam com a Paraíba e a Aliança Liberal, eram representados como “arcaicos” e “passivos” diante da política café-com-leite. Ao construir essa identidade de “povo paraibano”, “bravo e resistente desde os princípios”, havia um esforço extraordinário de homogeneização da forma de pensar os acontecimentos da época e, assim, atingir uma adesão ao grupo vencedor, tendo João Pessoa como elemento congregador. Nesse movimento de homogeneização político-simbólica, aqueles que não sentiam pertencimento a essa visão de mundo instituinte, os derrotados de 1930, são relegados aos subterrâneos da memória, memória que se oficializa excluindo o grupo perrequista, por aquela referido nos termos de um passado que se quer apagar neste momento inaugural, fundante, de um “novo tempo”.

Assim, ao mesmo tempo em que o currículo reforçava essa identidade, também podemos entendê-lo como formador de subjetividades. Vejamos:

O director do Ensino Primário determinou ás escolas públicas desta capital e do interior, que promovam amanhã, a realização de sessões cívicas, ás 15 horas, commemorativas da passagem do 3º aniversário da morte do presidente João Pessôa. Os professores deverão fazer uma prelecção sobre a vida do inesquecível parahybano, apontando-o aos seus alumnos **como um exemplo a imitar**. (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 8 grifos nossos).

Como podemos inferir, o currículo era instrumento de poder fortemente marcado pela formação de subjetividades, na medida em que inculcava valores morais constelados no mito, a ponto de sugerir que os alunos deveriam seguir o exemplo de vida do ex-presidente.

Bourdieu questiona frontalmente a neutralidade da escola e do conhecimento escolar, argumentando que o que essa instituição representa e cobra dos alunos são, basicamente, os gostos, as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como cultura universal. A escola teria, assim, um papel ativo - ao definir seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação - no processo social de reprodução das desigualdades sociais. (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002).

Rezando, estudando, soprando, cantando, noticiando, fotografando... assim ia sendo cristalizada a memória mítica de João Pessoa. Memória construída culturalmente, com o objetivo, explícito ou implícito, de manter a estabilidade e a coesão social, uma memória que se pretendia ser de todos os paraibanos, que almejava ter o apoio de diversos segmentos sociais com vistas à legitimação do bloco hegemônico após 1930. Diversas instituições se encarregaram de exercer um verdadeiro *Poder Simbólico*, esse poder que, segundo Bourdieu (1989, p. 14/15), se constituía

(...)pela enunciação, de **fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo**, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, **só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário**. Isso significa que o poder simbólico em forma de uma “*illocutionary force*” mas desta- entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, a crença cuja produção não é de competência das palavras. (Grifos nossos).

Durante os quinze anos da Era Vargas, período delimitado para este trabalho, foi constante a reiteração de tal simbologia, por meio das práticas das comemorações cívicas, que expressavam a ideologia das elites que comandavam a Paraíba, cooptando segmentos da sociedade civil da capital e de outras localidades do estado.

Dessa forma, o *Poder Simbólico*, da memória construída sobre João Pessoa, era socializado por várias instituições e segmentos, se estendendo aos grupos populares, não por meio da violência física, mas pela estratégia da violência simbólica, fazendo uso do poder de mobilização, de enunciação e de crença na legitimidade das palavras de quem as pronunciava.

Talvez - e fica aberto mais um campo temático a futuras investigações - o fato deste poder simbólico não ser reconhecido como arbitrário tenha advindo de um meio

social receptivo à figura do presidente assassinado, a que se soma a comoção com a sua morte. Por outro lado, não se pode esquecer que os vencedores de 1930 foram extremamente eficientes e ágeis na elaboração dos *efeitos de sentido* em torno de João Pessoa na produção de lugares de memória, na ocupação de espaços institucionais de socialização do mito. Prova disso é a persistência desse mito para além do período desse estudo, praticamente até os dias atuais, quando a polêmica acerca da mudança do nome da capital paraibana evidencia que a disputa simbólica emergente nos anos trinta ainda não se encerrou, apesar dos mais de três lustros que nos distanciam dos acontecimentos que a instituíram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, pontuamos algumas considerações, sabendo que não estamos exaurindo o tema. O trabalho, ora exposto, responde, em muito, às nossas inquietações. Com ele nos divertimos bastante, pois, como afirma George Duby, “*não devemos nos iludir: a principal função do discurso histórico sempre foi divertir. A maioria das pessoas lê história para relaxar e sonhar*”, muito embora não seja só para isso. No entanto, algumas outras questões não puderam ser respondidas, afinal, somos conscientes da impossibilidade de “resgatar” todo o passado. Mas a trama que expusemos nessa narrativa, sugere algumas futuras pesquisas, o que implica dizer que o historiador nunca está satisfeito com as respostas que obtém e sempre procura fazer mais perguntas ao passado.

Buscamos, nessa parte de nosso trabalho, tecer algumas considerações a título de inferências de nossa pesquisa.

A construção do mito João Pessoa e sua socialização podem ser entendidas como uma vitória dos liberais contra os perrepistas. Havia uma verdadeira batalha entre memórias, uma guerra simbólica que se arrasta pelos dias atuais. Porém, nos anos 1930/40 (e hoje?), a munição dos liberais era superior, o terreno da luta os favorecia. Tinham em mãos o comando institucional, o que foi decisivo para a materialização da sua memória, colocando-a como a memória coletiva de todos os paraibanos.

De modo que, após a morte de João Pessoa, espalharam-se pelos quatro cantos do Brasil *lugares de memória* com o objetivo de eternizar o mito. São nomes de logradouros públicos, monumentos e praças públicas, bandeira, hino, o nome da capital paraibana, a escrita da História e a institucionalização do feriado do 26 de julho com toda uma gama de comemorações cívicas.

No nosso modo de entender, essa sistematização da memória mítica de João Pessoa atendeu a dois objetivos, em momentos diferentes, embora convergentes. Entre julho e outubro de 1930, a apropriação dessa carga memorial visava legitimar o golpe de Estado, após derrota eleitoral de Getúlio e João Pessoa, nas eleições de março. Foi uma vitória. Em 3 de outubro estourava, na Paraíba a “revolução” que destituiu, em 24 de outubro, Washington Luis do Catete. A partir de então, a memória de João Pessoa e

da “Revolução de 30”, imbricadíssimas, era demasiadamente utilizada a fim de legitimar o Estado Nacional autoritário que emergia daquela conjuntura política, e seus representantes no comando do aparelho de Estado paraibano, sempre encarnados na figura transcendental de João Pessoa.

Em nome de João Pessoa, a Aliança Liberal casou e batizou. A princípio, planejou e conseguiu tomar o Catete. *A posteriori*, rachada, suas duas alas planejavam suas ações tomando o “herói” como ponto de partida. O PP invocava João Pessoa para legitimar José Américo, que se tornou ministro de Vargas. O PRL incorporava o espírito de João Pessoa para tentar a continuidade da família no comando do estado, apostando em Joaquim Pessoa para substituir o irmão. Pelo visto, a alma do ex-presidente paraibano não descansava em paz. Era acionada do além, para trabalhar em prol das querelas terrenas. Foi assim que, em 1932, o interventor Gratuliano de Brito, ao discursar para os soldados paraibanos que partiam para combater os paulistas, se expressou:

(...) Marchae soldados da Parahyba que a Victória é certa. Só tenho duas cousas a pedir-vos: no aceso do combate, lembre-vos de que antes de tudo soes parahybanos e que o espírito de João Pessoa paira por sobre as vossas cabeças, iluminando a vossas trincheiras e abençoando a vossa bravura. (*apud* GURJÃO, 1994, p. 114)

José Américo, discursando em São Paulo, não deixava por menos: “... *E dar a São Paulo a certeza que estamos dispostos a derramar todo o nosso sangue para não macularmos o sangue de João Pessoa, para não sermos infiéis ao sacrifício do nosso grande mártir.*” (GURJÃO, 1994, p. 115).

Em nome da memória de João Pessoa, os interventores paraibanos governaram. Buscaram legitimação. É tanto que festejaram sua memória anualmente, no 26 de julho. Procuravam, por meio de um sujeito singular coletivo chamado “povo paraibano”, coesão social, evitando todos os tipos de lutas e conflitos, apresentando uma imagem oficial de “Paraíba unida”, como se todos comungassem com a memória criada em torno daquele mito. Sendo assim, empurravam para os subterrâneos do silêncio as memórias das elites perrepistas derrotadas nos planos político e simbólico. Essas, tentavam aterrisar, tomar fôlego, gritar, pediam, desesperadamente, que alguém as

ouvisse. E houve quem as escutasse, mas em outras redes de sociabilidades, sobretudo, as familiares, por meio da tradição oral.

Aqui cabem algumas interpelações, uma vez que, como dissemos no início, não temos respostas para tudo, seja pelos limites de tempo e de documentação, seja por não se constituir foco central de nossa proposta. Mas seria interessante perguntarmos: Como se comportava um aluno perrepista ao ter que estudar e/ou comemorar a memória oficial de João Pessoa? Como se sentia um fiel Católico em uma missa em que o sermão do vigário era apologético a João Pessoa? Como procedia um perrepista ao ter que dizer “moro na rua João Pessoa” ou “vou viajar para João Pessoa”? São tantas questões, talvez a história oral não se apresente eficientemente para ser utilizada como metodologia, tendo em vista o recuo no tempo histórico, passados mais de setenta e cinco anos de 1930. De qualquer forma, não custa tentar, pois, se não temos tantos sujeitos que rememorem os acontecimentos vividos pessoalmente, podemos apelar para aqueles que “viveram por tabela”, para utilizarmos a expressão de Pollak.⁸¹

Na cultura histórica paraibana, o maniqueísmo tem sido bastante utilizado nas análises sobre a “Revolução de 30”, ocultando as articulações entre os dois grupos e qualificando os liberais como os “bons” e os perrepistas como os “maus”, parecendo muito mais brincadeiras infantis de mocinho e bandido. A historiografia oficial, como fizemos notar no terceiro capítulo, teve condições contextuais e institucionais de sair na frente e de escrever várias obras sobre a “Revolução” de 1930, ao passo que o único livro perrepista, no período imediatamente subsequente (até 1945), pereceu perante a oficialidade e circulou na clandestinidade. Dessa forma, a versão dos vitoriosos se materializava rapidamente, a reboque do IHGP. Durante muitas décadas, foi assim, e, ainda hoje, existe uma continuidade nessa apologia pessoista na cultura histórica contemporânea. Entretanto, temos rupturas. Primeiro com a publicação de obras perrepistas, entre elas o livro de Inojosa, encomendado por João Pessoa de Queiroz em 1930, com primeira edição no ano de 1980. Segundo, e por último, com o avanço dos cursos de Pós-Graduação no país, de História, Sociologia, Ciência Política, a tendência é a produção de termos alguns trabalhos que vão fugir das abordagens

⁸¹ Pollak refere-se à transmissão da memória através da tradição oral, de modo que, quem viveu os acontecimentos, rememora a quem não vivia à época, que passa a “vivê-los por tabela”.

simplificadoras e maniqueístas dos acontecimentos para entendê-los na complexidade, de que se revestem as tramas históricas.

Por último, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a participação dos segmentos populares no processo de constituição de memória estudado nesse trabalho. Ao que parece, foram eles socializados nessa memória mitificada. Como vimos, o Estado procurava cooptá-los no sentido de conferir homogeneidade político-simbólica, criar um corpo político em torno dos governantes, buscando diluir os conflitos. A idéia era mais ou menos assim: Amai João Pessoa, que amareis a Paraíba e o Brasil. No entanto, essa idéia iria dar legitimidade para conduzi-los ao rumo do “progresso” e do “desenvolvimento”. Amar a Paraíba e o Brasil perpassava pela idéia cristã do *“amai-vos uns aos outros como eu vos amei”*, lembrando os evangelhos com os quais a Igreja Católica combatia o comunismo e defendia o integralismo. Assim, com efeito, procurava-se dar legitimidade ao governo vigente que, apesar de auto-nomear-se “revolucionário”, e mesmo considerando-se as reformas empreendidas pelo regime varguista, era- na Paraíba- ainda controlado pelas elites agrárias. Nesse caminho do “progresso” e do “desenvolvimento”, todos deviam fazer a sua parte, mas cada qual no seu lugar. Assim, aos trabalhadores cumpria trabalharem, sem questionamento, sem conflito, sem criticidade. Comungamos com a historiadora Eliete Gurjão, que quando os trabalhadores se unem e ameaçam com resistência, as elites se esquecem das querelas oligárquicas e se unem contra a força do mundo do trabalho.

O povo sempre foi invocado no processo de construção da memória de João Pessoa: era importante ter as massas a favor, pois, assim sendo, mantinha-se um Estado, aparentemente, de todos.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. v. 18, nº 36, 1998. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 25 jun. 2006.

_____. O Ensino de História como fator de coesão Nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira de História**. v. 13, nº 23/26, 1992/1993, p. 163-174.

AGULHON, Maurice. A República Francesa e Seus Símbolos. **Abril**, 2001. Disponível em www.ambafrance.org.br. Acesso em: 05 set. 2006.

AGUIAR, Wellington. **João Pessoa: O Reformador**. João Pessoa: Idéia, 2005.

_____. **A Velha Paraíba nas Páginas de Jornais**. João Pessoa: A União, 1999.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Memórias do Movimento de 1930 em Taperoá**. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande: mimeo, 2005.

ALBUQUERQUE, Octacílio de. **Nos Pródromos da Revolução**. Coletânea de Togo de Albuquerque. Sergipe: Casa Ávila, 1931.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Negro: Memórias**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

ALMEIDA, Maria das Graças Athaíde. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a Construção do Saber. **Revista Brasileira de História**. nº 33, 1997. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 5 mar. 2006.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3 ed. Editora Presença/Martins Fontes, s/d.

ANDRADE, Marcella Moreno de. João Pessoa, Uma Cidade, Vários Nomes: Uma Interface Entre História e Turismo Cultural. Monografia (Bacharelado em Turismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: mimeo, 2006.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de. **Fortaleza de Ontem e de Hoje**. Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza. Fortaleza: Gráfica Editora R. Estevez, 1991.

AZEVEDO, Cecília. A identidade nacional em questão. In: ABREU, Martha *et al.* **O ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BERTICELLI, Ireno Antonio. Currículo: Tendências e Filosofia. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.) **O Currículo nos Limiares do Contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.159-176.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. As "Tradições Nacionais" e o Ritual das Festas Cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.) **O ensino de História e a criação do fato**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.43-72.

- _____. (Org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Pátria, Civilização e Trabalho**: O Ensino de História nas Escolas Paulistas (1917- 1939). São Paulo: Loyola, 1990.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BOMENY, Helena. (Org.) **Constelação Capanema**: Intelectuais e Políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Tradução de Ana Rabaça. Rio de Janeiro:1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: autêntica, 2003.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CALDAS, Joaquim Moreira. **Porque João Dantas Assassinou João Pessoa**: O Delito do “Glória” e a Tragédia da Penitenciária do Recife em 1930. Rio de Janeiro: Est. de Artes Graphics Mendes Júnior, s/d.
- CALISSI, Luciana. Historiografia Didática. In: FLORES, Élio Chaves; BEHAR, Regina (Orgs.) **A Formação do Historiador**: Tradições e Descobertas. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução**: 70 Dias na Presidência do Estado da Paraíba. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1932.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso. **A Construção do Mito do “Meu Filho Doutor”**: Fundamentos Históricos do Acesso ao Ensino Superior no Brasil. Paraíba. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005.
- CERRI, Luís Fernando. Regionalismo e Ensino de História. **Revista de História Regional**. v. 1, nº 1, 1996. Disponível em www.uepg.br. Acesso em: 3 fev. 2006.
- CERTEAU, Michel de. Operação Histórica. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) **História**: Novos Problemas. Tradução de Théo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: Um Estudo Sobre seu Pensamento Político. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CURY, Cláudia Engler. O Papel dos Intelectuais na Configuração da Brasilidade e das Políticas de Educação: Cultura nos Anos Trinta do Século XX. **Revista Educação em Foco**. v. 7. nº 2. set./fev. 2002/2003. Disponível em www.faced.ufjf.br. Acesso em: 7 ago.2006.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: Leituras de M.Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. v. 13, nº 25/26,1993, p.97-103.

DÂNGELO, Newton. Ouvindo o Brasil: O Ensino de História pelo Rádio. **Revista Brasileira de História**. nº 33, 1997. www.scielo.br. Acesso em: 4 set.2006.

DANTAS, João. **A Verdade de 1930**. Campina Grande: Gráfica Martins, s/d. (Folheto de cordel).

DETIENE, Marcel. O Mito. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) - **História: Novos Objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local- 1905-1930**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

DIEHL, Astor Antonio. **A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos de 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ENDERS, Armelle. Les Lieux de Mémoire, Dez Anos Depois. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n.11, p. 128-137. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 5 maio. 2006.

FAUSTO, Boris. A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: EDART, 1977.

FREITAS, Marcos Cezar. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**- São Paulo: Contexto, 2005.

GAY, Peter. **O Estilo na História**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONÇALVES, Regina Célia. A História e o Oceano da Memória: Algumas Reflexões. **Revista Saeculum/UFPB**, nº 4/5,1999, p 13-39.

GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: A Diversidade Como "Patrimônio Sociocultural". In: ABREU, Martha *et al.* **Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 9 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES, Luíz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**. v. 15, nº 28, 1995, p. 180-193.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

_____. (Org.) **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Ecos da Marselhesa: Dois Séculos Revêem a Revolução Francesa**. Tradução Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa: José Pereira x João Pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

JOFFLY, José. **Revolta e Revolução: Cinquenta Anos Depois**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JULLIARD, Jacques. A Política. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro, F.Alves, 1988.

L'APICCIRELLA, Nadime. O Papel da Educação na Legitimação da Violência Simbólica. **Revista Eletrônica de Ciências**. nº 20, Jun. 2003. Disponível em www.cdcc.sc.usp.br. Acesso em: 2 fev. 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **O Imaginário Medieval**. Tradução de Manuel Ruas. Editorial Estampa, 1994.

LÉLIS, João. **A Campanha de Princesa: 1930**. João Pessoa: A UNIÃO, 1944.

KULESZA, Wojciech Andrezej. A Revolução de 30 e a Educação Popular na Paraíba. In: MELLO, José Octávio de Arruda; LUCENA, Iveraldo (Orgs.) **A Paraíba no século XX: Oligarquias, Açudagem e Resistência**. João Pessoa: Fundação Ulysses Guimarães, 2002.

MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. João Pessoa: A União, 1987.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada: Um Estudo Sobre a Formação do Centralismo em 1930**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1984.

_____. **Ademar Vidal: Diversidade, Erudição e "Entusiasmo" nos Seus Inéditos**. Coleção Historiadores Paraibanos. IHGP

_____. (Org.) **História & Debate na Assembléia da Paraíba.v.1** João Pessoa: A União, 1995.

_____. (Org.) **História & Debate na Assembléia da Paraíba.v.2**. João Pessoa: A União, 2002.

_____. et al (Org.) **Uma Cidade de Quatro Séculos: Evolução e Roteiro**. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, 1989.

MELO, Fernando. **João Dantas: Uma biografia**. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2002.

MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE. João Pessoa: *A União*, 1996.

MEMORIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. JOÃO PESSOA, 1995.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

NEVES, Joana. Participação da Comunidade, Ensino de História e Cultura Histórica. **Revista Saeculum**, nº 6/7, jan./dez./2000/2001, p.35-47.

NOÉ, Alberto. A Relação Educação e Sociedade. **Revista Avaliação Universidade de Campinas**. v. 5, nº 3, set. 2000. Disponível em www.antroposmoderno.com. Acesso em: 3 fev. 2006.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. Pierre Bourdieu Sociologia da Educação: Limites e Contribuições. **Revista Educação & Sociedade**. v. 23, nº 78, 2002. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 26 ago. 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In: **Projeto História**. nº 10, 1993, p7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Revista de Estudos Históricos**. v.2, n. 4, 1989. disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 4 ago. 2006.

_____. (Org.) **Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30**: Uma Bibliografia Comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) **História: Novos Objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989, p. 216-232.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História**: A Realização da Utopia Nacional Oitocentista. Curitiba: Ed.da UFPR, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Em busca de Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, v. 15, nº 29, 1995, p. 9-27.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

_____. Educação Nacional e "Paraibanidade": A História Pátria e o Ensino de História da Paraíba. SCOCUGLIA, Afonso Celso e PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (org.) **Educação & Sociedade**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista de Estudos Históricos**., v.2, n.3, 1989. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 4 mar. 2006.

_____. Memória e Identidade Social. **Revista de Estudos Históricos**. v. 5, n. 10. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 4 mar. 2006.

REIS, José Carlos. **História & Teoria**: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Identidades do Brasil**: de Varnhagem a FHC. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta da Princesa**: Uma Contribuição ao Estudo do Mandonismo Local. João Pessoa: SEC/A UNIÃO, 1978.

ROSA, Maria Nilza. **Usos, Costumes e Encantamentos**: A Cultura Popular na Obra de Ademar Vidal. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: mimeo, 2006.

SANTANA, Martha M. F. de Carvalho. **Poder e Intervenção Estatal**. Paraíba (1930 -1940) João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil-1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Antonio Ozaí da. Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítica. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 42, nov. 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/Comemoração: As Utilizações Sociais da Memória. **Revista Brasileira de História**. v.22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma Introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Materialização das Temporalidades nos Currículos de História. Publicado nos **Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003.

_____. **A Formação do Profissional de História para o século XXI**. Conferência apresentada no XI Encontro Estadual dos Professores de História (ANPUH/PB) Campina Grande, 14 de julho de 2004.

SYLVESTRE, Josué. Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo; fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em Crônicas. In: Do Ó, Alarcon Agra *et al.* **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada**: O Brasil como Corpo Político Autônomo (1780-1831). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STEPHANOU, Maria. Currículo de História: Instaurando Maneiras de Ser, Conhecer e Interpretar. **Revista Brasileira de História**, v. 18, nº 36, 1998, p.15-38.

TARGINO, Itapuan Botto. **Patrimônio Histórico da Paraíba**. João Pessoa: Idéia, 2003.

TEJO, William. **Argemiro**: Confidências de um Líder. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2001.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá**: Crônicas para sua História. João Pessoa: Unipê Editora, 2002.

WEISSEREIMER, Marco. O Legado Crítico de Pierre Bourdieu. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Ano I, nº 10, 2002. Disponível em www.fmemoria.com.br. Acesso em: 6 abr. 2006.

WIKIPÉDIA – Enciclopédia virtual. Disponível em www.wikipedia.esteticatotaitaria.com.br. Acesso: 25 out. 2006.

VEIGA NETO, Alfredo. Currículo e História: Uma Conexão Radical. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.) **Currículo nos Limiares do Contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIDAL, Ademar. **História da Revolução na Parahyba**. São Paulo, Editora Nacional, 1933.

_____. **Do Grande Presidente**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1931.

_____. **O Incrível João Pessoa**. Rio de Janeiro: Editorial Universo, 1931.

_____. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ZARTH, Paulo Afonso. Ensino de História, Participação da Comunidade e Cultura Histórica. **Revista Saeculum**, nº 6/7, Jan./Dez./2000/2001, p.49-58.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

Livros de Atas das Sessões Legislativas (julho a setembro de 1930)

Livro de Projetos de Leis e Pareceres (julho a setembro de 1930)

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA (IHGP)

Jornal *A União* (1930-1945);

Jornal *A União*, 9 maio. 2004.

Arquivo Privado de Adhemar Vidal;

Arquivo Privado de João Pessoa;

Série Produção Intelectual (1910-1940)

ARQUIVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP)

Inventário de Bens Móveis e Integrados do IPHAEP.

ARQUIVO MAURÍLIO DE ALMEIDA

Jornal *Correio da Manhã* (1930-1933)

Jornal *A Liberdade* (1930)

DEPOIMENTOS ORAIS

INADI TORRES VILAR: agricultor, nascido em 2 de fevereiro de 1927. Entrevista em 23 de janeiro de 2005.

REUZA RIBEIRO DE QUEIROZ: professora primária aposentada, nascida em 5 de outubro de 1923. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2005.

MAURA TAVARES DE LIMA: professora aposentada, nascida em 5 de agosto de 1937. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2005.

MANUEL DANTAS VILAR FILHO: engenheiro civil e fazendeiro no município de Taperoá. Entrevista realizada em 11 de maio de 2006.

EDITE CORDEIRO DE SOUZA: agricultora, residente no município de São João do Cariri. Entrevista concedida em 22 de outubro de 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)